

UBIRATÃ

PREFEITURA



000001

PEDIDO DE LICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

1. REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 268/2022

2. OBJETO

Contratação de empresa para prestar serviços de ASO - Atestado de Saúde Ocupacional (admissional, demissional, mudança de função, periódico, exame de Sanidade Física e Mental, retorno ao trabalho por qualquer tipo de afastamento por mais de 30 dias das atividades laborais e licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família) Revisão e/ou atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho: 1.1 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (cfme nr1) (Incluso relatório específico de epis relacionados à cada função). 1.2 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme nr 7). 1.3 Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT, 1.4 Laudo de Insalubridade (cfme NR 15) 1.5 Laudo de Periculosidade (cfme nr16), e exames complementares em consonância ao programa de prevenção de riscos ambientais - ppra,

3. VALOR TOTAL DA REQUISIÇÃO

R\$-178.452,45

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0301	5764	339039999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR		178.452,45

Ubiratã – Paraná, 09 de junho de 2022


SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

5. DESPACHO DA SECRETARIA DAS FINANÇAS E PLANEJAMENTO

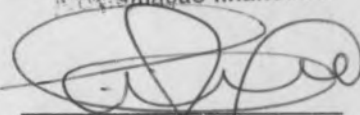
Recebimento: 10/6/2022

Conforme dotação orçamentária indicada, informamos:

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SIM	NÃO
X	

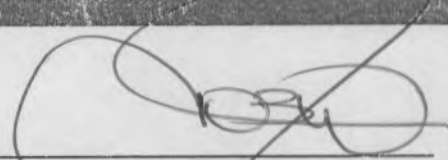

Cristiane Fatima Zolln
Contadora
CPF: 073218/0

RECURSO FINANCEIRO	
SIM	NÃO
De acordo com a programação financeira	


Secretário Financeiro

6. DESPACHO DA AUTORIDADE SUPERIOR

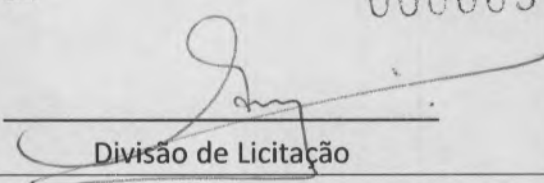
De acordo.


Fábio de Oliveira Dalécio

7. DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Data de recebimento: 20/06/2022

Hora: 08:44


Divisão de Licitação

UBIRATÃ

PREFEITURA



l
000004

TERMO DE REFERÊNCIA

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

ANEXO I
COMPLEMENTO À REQUISIÇÃO Nº 268/2022

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestar serviços de ASO - Atestado de Saúde Ocupacional (admissional, demissional, mudança de função, periódico, exame de Sanidade Física e Mental, retorno ao trabalho por qualquer tipo de afastamento por mais de 30 dias das atividades laborais e licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família) Revisão e/ou atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho: 1.1 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (cfme nr1) (Incluso relatório específico de epi's relacionados à cada função). 1.2 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme nr 7). 1.3 Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT, 1.4 Laudo de Insalubridade (cfme NR 15) 1.5 Laudo de Periculosidade (cfme nr16), e exames complementares em consonância ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A referida contratação é de extrema importância para esta municipalidade, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO - Atestado de Saúde Ocupacional (admissional, demissional, mudança de função, periódico, exame de Sanidade Física e Mental, retorno ao trabalho por qualquer tipo de afastamento por mais de 30 dias das atividades laborais, e licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, o intuito dessas medidas é agir como um agente preventivo que, por meio de exames periódicos e constante acompanhamento profissional, zele pela saúde física e mental dos seus colaboradores. Exame Admissional é realizado antes do candidato assumir suas atividades na empresa, onde será avaliado o estado de saúde do candidato e verificar se está apto a realizar as atividades inerente ao cargo em que prestou concurso. Este serviço também será realizado aos futuros servidores comissionados e estagiários. Tem como objetivo verificar a existência de limitações que possam prejudicar ou agravar a saúde do servidor, no exercício das funções para o cargo que vai ocupar. Os exames periódicos são realizados ao longo das atividades, conforme NR7 aos servidores expostos a riscos que possam levar ao agravamento ou desencadeamento de doença ocupacional. O exame de retorno ao trabalho é realizado no primeiro dia que o trabalhador voltar ao trabalho, quando tiver se ausentado por período igual ou superior a 30 dias, em virtude de doença ou acidente, ocupacional ou não, ou parto, mesmo ao retorno de licença sem remuneração. O objetivo do exame de retorno ao trabalho é análogo ao exame admissional, atestar que o trabalhador encontra-se apto para assumir suas atividades. O exame demissional deverá ser realizado até a data da rescisão do contrato de trabalho/Exoneração. Quanto ao exame de Sanidade Física e mental, serão destinados aos motoristas condutores de transportes de coletivos e ambulâncias, em conformidade com a legislação do Detran. A avaliação por afastamento do servidor por mais de 30 dias de suas atividades laborais e em virtude de licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Estatuto dos Servidores.

A referida licitação objetiva a contratação de empresas especializadas em realizar exames admissionais, periódicos e retorno ao trabalho, os quais serão definidos e solicitados de acordo com cada caso. Eles servirão de suporte para diagnosticar as condições de saúde dos futuros servidores, servidores efetivos e de servidores que por motivos de saúde foram afastados de suas funções.

Os exames admissionais funcionam como a garantia de que o futuro servidor encontra-se em perfeitas condições de saúde, tanto físico quanto mental, para exercer as funções do cargo em que prestou o concurso.

Os exames periódicos são utilizados no decorrer da vida profissional do servidor, de forma preventiva, onde se analisa se houve alguma alteração na saúde do servidor em virtude de sua atividade

profissional. A periodicidade da realização desses exames varia de acordo com a atividade desenvolvida e o risco.

Os exames de retorno ao trabalho têm o intuito de avaliar se o servidor se encontra apto a realizar suas atividades laborais, após ser dispensado de exercer sua atividade profissional por motivo de doença ou acidente de trabalho.

Em todos os casos os exames são solicitados por médico com conhecimentos específicos que de acordo com o laudo PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) solicita os exames onde os servidores os providenciam, que em retorno ao médico há a emissão laudos baseando-se nos resultados dos exames, anteriormente solicitados. Todos os exames e laudos formam um registro importantíssimo, o qual resguarda o município sobre as condições físicas e mentais de todos os servidores.

Considerando que as despesas com tais exames são custeadas pelo Município, considerando ainda que as pessoas submetidas aos mesmos são ou serão servidores públicos municipais, a empresa a realizar o serviço deverá possuir local próprio para atendimento, cumprindo todas as legislações sanitárias, dentro dos limites do Município de Ubitatã. É inviável que a empresa contratada possua sede em outro município, uma vez que a administração não pode custear despesas com deslocamento/alimentação para os servidores, tampouco a empresa poderá arcar com tais custos. Ademais, o Município não pode submeter o servidor a ir para outro município realizar exames para exercício de sua função na administração.

Devido aos exames indicados pelo laudo PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), dentre os quais se destaca vários exames que são realizados via coleta de sangue do paciente, desse modo, a contratação deverá ser feita de maneira global, para que se evite que o servidor, diante da necessidade de realizar mais de um exame, se desloque para empresas diferentes e tenha que ter o sangue coletado mais de uma vez demandando custo e tempo ao futuro servidor. A elaboração dos programas de prevenção de riscos ambientais - ppra e/ou programa de gerenciamento de riscos - pgr, programa de controle médico de saúde ocupacional - pcms, laudo técnico de condições ambientais do trabalho - Itcat, laudo de insalubridade, laudo de periculosidade em face da necessidade de se estabelecer diretrizes atinentes à implementação de ações destinadas à promoção de saúde ocupacional, à prevenção de riscos e doenças referentes ao trabalho, como também à ocorrência de acidentes em serviço.

3. VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O valor estimado para a contratação é de R\$-178.452,45 (Cento e setenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

4. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1. A execução do objeto será custeada pela (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0301	5764	339039999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR		178.452,45

5. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. O período de vigência será de 12 meses

6. INDICAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

6.1. Gestor do Contrato: Maria Inês Bento.

6.2. Fiscal do Contrato: Luiz Carlos da Solidade.

000007

6.3. Fiscal do Contrato Substituto: Félix Tiburcio de Almeida.

7. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Código LC	Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1757	1	1	ASO - Atestado de Saúde Ocupacional (admissional, demissional, mudança de função, retorno ao trabalho e periódico) (CCG - 8818)	400	UN	50,0000	20.000,0000
37451	1	2	Revisão e atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho: 1.1 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA (Incluso relatório específico de epi's relacionados à cada função). (conforme NR 9). 1.2 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7). 1.3 Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT (incluso conclusão sobre Insalubridade e Periculosidade). (CCG - 17825)	1	UN.	5.972,4500	5.972,4500
33390	1	3	Ácido hipúrico. (CCG - 6750)	100	UN.	38,0000	3.800,0000
33391	1	4	Ácido meti-hipúrico	100	UN.	43,0000	4.300,0000
33392	1	5	Ácido transmucônico. (CCG - 22373)	100	UN.	52,0000	5.200,0000
33381	1	6	Acuidade Visual. (CCG - 22373)	100	UN.	20,0000	2.000,0000
37457	1	7	Audiometria. (CCG - 22373)	100	UN.	36,0000	3.600,0000
33385	1	8	Coprocultura. (CCG - 8940)	100	UN.	37,0000	3.700,0000
37462	1	9	eletrocardiograma. (CCG - 6491)	100	UN.	80,0000	8.000,0000
37463	1	10	eletroencefalograma. (CCG - 7021)	100	UN.	150,0000	15.000,0000
8001	1	11	Espirometria. (CCG - 9121)	100	UN.	55,0000	5.500,0000
37464	1	12	Exame Clínico. (CCG - 5916)	100	UN.	50,0000	5.000,0000
7999	1	13	Exame toxicológico de larga janela de detecção para renovação ou alteração de categoria da Carteira Nacional de Habilitação. (CCG - 20184)	100	UN.	190,0000	19.000,0000
37469	1	14	Micologico Cuticula. (CCG - 22373)	100	UN.	35,0000	3.500,0000
9633	1	15	Parasitológico de Fezes. (CCG - 8940)	100	UN.	16,0000	1.600,0000
574	1	16	Parcial de Urina. (CCG - 9040)	100	UN.	26,0000	2.600,0000
37470	1	17	Raio-x Lombar. (CCG - 22373)	100	UN.	100,0000	10.000,0000
37471	1	18	Raio X Torax com laudo OIT. (CCG - 22373)	100	UN.	110,0000	11.000,0000
37473	1	19	Validação de Atestados Médicos. (CCG - 22373)	100	UN.	50,0000	5.000,0000
553	1	20	Ácido Úrico. (CCG 20184)	100	UN.	10,0000	1.000,0000
37458	1	21	Brucelose igg. (CCG - 20184)	100	UN.	38,0000	3.800,0000
37459	1	22	Brucelose igm. (CCG - 20184)	100	UN.	40,0000	4.000,0000
37460	1	23	Carboxihemoglobina. (CCG - 20184)	100	UN.	29,5000	2.950,0000

554	1	24	Colesterol Total e Frações	100	UN.	32,5000	3.250,0000
1791	1	25	Colinesterase. (CCG - 20184)	100	UN.	22,3000	2.230,0000
555	1	26	Creatinina. (CCG - 20184)	100	UN.	9,0000	900,0000
1809	1	27	Gama GT. (CCG - 20184)	100	UN.	22,0000	2.200,0000
556	1	28	Glicemia. (CCG - 20184)	100	UN.	14,5000	1.450,0000
563	1	29	Hemograma Completo. (CCG - 20184)	100	UN.	24,0000	2.400,0000
37467	1	30	Hepatite B (Anti-HBS). (CCG - 20184)	100	UN.	38,0000	3.800,0000
37468	1	31	Hepatite B HBSAG. (CCG - 20184)	100	UN.	28,5000	2.850,0000
37466	1	32	Hepatite C (Anti-HCV). (CCG - 20184)	100	UN.	28,5000	2.850,0000
42261	1	33	Plaquetas	100	UN.	13,0000	1.300,0000
561	1	34	TGO. (CCG - 20184)	100	UN.	9,0000	900,0000
562	1	35	TGP. (CCG - 20184)	100	UN.	9,0000	900,0000
559	1	36	Triglicerídeos	100	UN.	10,0000	1.000,0000
560	1	37	Uréia. (CCG 20184)	100	UN.	9,0000	900,0000
33383	1	38	VDRL. (CCG - 20184)	100	UN.	15,0000	1.500,0000
38549	1	39	Anti-HIV (CCG - 20184)	100	Un	35,000	3.500,000

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO ITEM 01.

8.1. Detalhamento dos serviços: Os serviços compreenderão a Realização de ASO:

8.2. CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

8.3. A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura do instrumento de contrato, sem possibilidade de prorrogação.

8.4. CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS

8.5. Os serviços serão solicitados imediatamente a contar da assinatura do contrato.

8.6. A execução dos serviços de ASOS (item 1) será por meio de agendamentos, onde a Divisão de Recursos Humanos fará o envio por e-mail da requisição do serviço, devendo os atendimentos ser realizados em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de envio da requisição, exceto nos casos de avaliação de retorno ao trabalho que deverá ser de até 1 (um) dia útil.

8.7. O prazo para refazimento dos serviços que venham a ser rejeitados será de metade do prazo estipulado para execução.

8.8. Na contagem dos prazos, exclui-se o de início e inclui-se o do vencimento.

8.9. A execução dos serviços de ASOS (item 1) será de maneira fracionada, balizando-se na necessidade da secretaria requisitante, devendo a execução ocorrer pelo período de 12 meses, sendo este o prazo de vigência da futura contratação.

8.10. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à execução, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

8.11. A empresa deverá emitir os atestados de saúde ocupacional imediatamente após a realização do exame, devendo estar identificados e assinados pelo servidor/candidato e profissional habilitado indicado, em três vias, sendo uma via remetida à Divisão de Recursos Humanos, uma via entregue ao servidor/candidato, e uma via ficará em posse da empresa, junto ao prontuário de atendimento.

8.12. Os serviços deverão ser executados de segunda à sexta-feira, durante o horário de expediente.

8.13. O serviço deverá ser realizado de maneira ágil, de acordo com o agendamento. Todo material necessário para a perfeita execução do atendimento é de responsabilidade da contratada.

8.14. Os atendimentos poderão ser realizados por médicos que atendem o trabalhador, independentemente de sua especialidade, conforme Resolução CFM nº 1.488/1998, em consonância com os PPRA, LTCAT e PCMSO e sem nenhum tipo de ligação com a contratante.

8.15. Os exames deverão ser realizados nas dependências da empresa. A empresa deverá possuir estabelecimento dentro do limite urbano do município.

8.16. O pagamento será efetuado após execução total dos serviços, em conta bancária nominal à Contratada, após o recebimento da Nota Fiscal preenchida sem rasuras, contendo o número do

processo, número da Agência e da Conta-Corrente, a ser certificada pela Secretaria da Administração, a quem competirá à fiscalização do objeto, dando cumprimento de todas as exigências e condições sobre os serviços executados em conformidade com normas previstas no edital, seus documentos anexos e o contrato.

5. REGIME DE EXECUÇÃO ITEM 02.

5.1 Detalhamento dos serviços: Os serviços compreenderão a Revisão e Atualização dos Laudos:

- a) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Risco (conforme NR 1);
- b) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7);
- c) Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT ;
- d) Laudo de Insalubridade (conforme NR 15);
- e) Laudo de Periculosidade (conforme NR 16).

5.2. Os serviços e análises serão realizados in loco nas 14 secretarias do município de Ubatã e distrito de Yolanda com aproximadamente 1000 servidores lotados nos cargos de Advogado, Agente Comunitario de Saude, Agente da Defesa Civil, Agente de Combate a Endemias, Agente de Saude, Agente Sanitario, Agente Social, Artesao, Assistente de Administracao, Assistente de O. Educacional, Assistente Social, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Biblioteca, Auxiliar de Contabilidade, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Saneamento Auxiliar de Secretaria, Auxiliar de Servicos Diversos, Auxiliar Educacional, Auxiliar em Saude Bucal, Baba, Bioquimico, Borracheiro, Cirurgiao D. Protese Dentaria, Cirurgião Dentista, Contador, Costureira, Coveiro, Cozinheiro, Cuidador Social, Educador Fisico, Eletricista Instalador, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Farmaceutico, Fiscal de Obra, Fiscal Tributario, Fisioterapeuta, Fonoaudiologo, Funileiro, Gari, Guardiao de Bens Publicos, Instrutor de Arte, Instrutor de Informatica, Instrutor de Musica, Jardineiro, Lavador de Veiculos e Maquinas, Lubrificador Veiculos Maquinas, Margarida, Mecanico de Maquinas Pesadas, Mecanico de Veiculos Leves, Mecanico de Veiculos Pesados, Mecanico em Geral, Medico Clinico Geral, Merendeira, Monitor (com 2o Grau Completo), Monitor (com Magisterio), Motorista, Motorista de Veiculos Leves, Nutricionista, Odontologo, Operador de Maquinas, Operador de PABX, Padeiro, Pedreiro, Pintor, Procurador Juridico, Professor, Professor de Musica, Psicologo, Servente de Limpeza, Servente de Pedreiro, Tecnico de Vigilancia em Saude, Tecnico Desportivo, Tecnico em Contabilidade, Tecnico em Enfermagem, Tecnico em Informatica, Tecnico em Saude Bucal, Tecnico Semi-Desportivo, Tecnico Tributacao e Cadastro, Telefonista, Terapeuta Ocupacional, Zelador.

5.3. Os serviços deverão obedecer rigorosamente as leis e normas que tratam do tema;

5.4. Os programas e o laudo deverão ser elaborados de maneira integrada;

5.5. Os programas PPRA e PCMSO dever ser elaborados por profissionais devidamente inscritos em seus conselhos. 5.7.6. Prazo de execução será de 60 (sessenta) dias após recebimento da ordem de serviços. 5.7.7. Todas as despesas decorrentes dos custos para execução dos serviços contratados ficarão única e exclusivamente por conta da empresa.

5.8. Condições: Na hipótese de constatação de anormalidade na execução dos serviços, bem como se constatado divergência com o serviço contratado e o realizado a empresa será orientada a adequar e/ou refazer os serviços, conforme dispõe o art. 76 da Lei Federal n.º 8.666/93, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for solicitada a adequação, sem ônus para o Município conforme Art. 69 da Lei 8.666/93, sob pena de não o fazendo, ensejar as penalidades previstas no presente Contrato;

5.9. Condições: Na hipótese de constatação de anormalidade na execução dos serviços, bem como se constatado divergência com o serviço.

6. REGIME DE EXECUÇÃO ITEM 03 – 39.

6.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO EXAMES LABORATORIAIS

6.2. A execução dos serviços será de maneira fracionada, balizando-se na necessidade da secretaria requisitante, devendo a execução ocorrer pelo período de 12 meses, sendo este o prazo de vigência da futura contratação.

6.3. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à execução, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.4. Os exames ora licitados deverão ser realizados e executados atendendo os previstos do presente Termo de Referência, de acordo com cada caso: Exames Laboratoriais Local de Execução: Nas dependências da licitante, que deverá estar localizada dentro do perímetro urbano do município de Ubitatã. Prazo: A contratada deverá atender o servidor em até 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da ordem de serviço. O servidor irá até o estabelecimento da contratada munido da ordem de serviço, onde a contratada deverá realizar o exame imediatamente ou em até 2 (dois) úteis, devidamente agendado. Os resultados dos exames deverão estar prontos em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da coleta. Os resultados deverão ser retirados pelo paciente.

Detalhamento dos serviços: A empresa vencedora deverá prestar os serviços especializados em análise laboratorial com atendimento de segunda a sexta-feira em horário de expediente. A coleta deverá ser realizada somente, mediante apresentação da Ordem de Serviço emitida pela Divisão de Recursos Humano do Município, na qual estará descrito quais exames deverão ser realizados.

6.5. O atendimento deverá ser realizado de maneira ágil, de acordo com a ordem de chegada. Todo material descartável a ser utilizado na coleta do exame é de responsabilidade da licitante. Os resultados dos exames deverão ser impressos, devidamente identificados e assinados por profissional devidamente habilitado.

6.6. Prestar o serviço com qualidade em estabelecimento próprio, observando os dispostos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

6.7. Caso a licitante não seja sediada dentro dos limites urbanos do Município de Ubitatã, a mesma deverá se responsabilizar pelo deslocamento dos servidores. Sendo que todas as despesas recaíam única e exclusivamente por conta da Licitante.

6.8. Em caso de substituição e/ou inclusão dos profissionais responsáveis pela realização dos exames, a contratada deverá protocolar na Divisão de Licitações os mesmos documentos solicitados na qualificação técnica, sob pena de aceitabilidade ou não, anteriormente a execução do serviço.

6.9. É estritamente vedado a cobrança de qualquer valor adicional dos servidores.

6.10. Fornecer todo e qualquer tipo de material necessário para a realização dos exames, inclusive o material de coleta.

6.11. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos específicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

6.12. Manter seu estabelecimento de acordo com as normas exigências dos órgãos fiscalizadores.

6.13. Assegurar aos servidores encaminhados pelo Município o atendimento idêntico ao realizado aos particulares, não utilizando de discriminação ou cobranças adicionais e indevidas pelos serviços executados.

6.14. Responsabilizar-se pelos danos causados ao Município ou aos servidores, decorrentes da execução incorreta dos serviços contratados, inclusive, acidentes, mortes, deficiências, invalidez parcial ou total, participação com imperícia, imprudência ou negligência, arcando com todo ônus que possa surgir com relação ao contrato, inclusive as de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária.

6.15. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto.

6.16. Refazer, reparar ou corrigir, às suas expensas, sem qualquer custo ao município nem ao servidor, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços realizados incorretamente. 4

6.17. Comunicar ao Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação.

6.18. Relatar ao Município toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no presente Contrato e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto,

sendo que nos preços praticados em sua proposta deverão estar previstos custos referentes à mão de obra, impostos, encargos sociais, entre outros.

7.2. Prestar o serviço com qualidade, conforme especificações, prazo e local constantes no presente Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal.

7.3. Responsabilizar-se por danos ocasionados a administração ou a terceiros, causados durante a execução do objeto.

7.4. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto.

7.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078 de 1990).

7.6. Refazer, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no presente Contrato, os serviços realizados incorretamente.

7.7. Comunicar ao Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação.

7.8. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos especializados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, responsabilizando-se pela segurança individual e coletiva dos mesmos.

7.9. Relatar ao Município toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

7.10. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo Município.

7.11. Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato.

7.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do contrato.

8. PRAZOS

8.1. O prazo para solicitação do objeto a contar da assinatura do contrato será de: imediato a partir da assinatura do contrato.

8.2. O prazo para entrega/execução do objeto a contar da emissão da Ordem de Compras será de: 60 dias úteis para os itens 01 e 02 e para os itens 03 – 39 de imediato após assinatura do contrato.

8.3. O prazo de vigência da contratação será de: 12 meses.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

9.1. O Pagamento será efetuado para o item 01 e 02 na entrega do serviço e mensalmente conforme execução do serviço para o item 03 – 39.

10. INDICAÇÃO DO GESTOR E DO FISCAL DA CONTRATAÇÃO

10.1. Caberá a gestão do contrato ao servidor: Maria Inês Bento

10.2. Caberá a fiscalização do contrato ao servidor: Luiz Carlos da Solidade.

10.3. Será suplente do Fiscal do Contrato o servidor: Félix Tibúrcio de Almeida

Ubiratã, 09 de junho de 2022.

TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

REQUISIÇÃO 268/2022

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços de ASO - Atestado de Saúde Ocupacional (admissional, demissional, mudança de função, periódico, exame de Sanidade Física e Mental, retorno ao trabalho por qualquer tipo de afastamento por mais de 30 dias das atividades laborais e licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família) Revisão e/ou atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho: 1.1 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (cfme nr1) (Incluso relatório específico de epis relacionados à cada função). 1.2 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme nr 7). 1.3 Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT, 1.4 Laudo de Insalubridade (cfme NR 15) 1.5 Laudo de Periculosidade (cfme nr16), e exames complementares em consonância ao programa de prevenção de riscos ambientais - pprra,

TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

Declaro que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse processo e essa portaria, acompanhando a sua execução e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas do instrumento e disposições legais que regulam a matéria.

SECRETARIA: Secretaria de Administração

SERVIDOR: Luiz Carlos da Solidade

CARGO/ FUNÇÃO: Assistente de Administração

SETOR DE LOTAÇÃO: Recursos Humanos

FONE DE CONTATO: (44) 3543-8014

Ubiratã, 9 de junho de 2022.

Luiz Carlos da Solidade
Assistente de Administração

Assinatura do fiscal do contrato

UBIRATÃ

PREFEITURA



000013

PESQUISA DE MERCADO

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

000014

RAZÃO SOCIAL: Medenge Clínica Médica e Segurança do Trabalho Ltda.

CNPJ: 13.031.310/0001-15

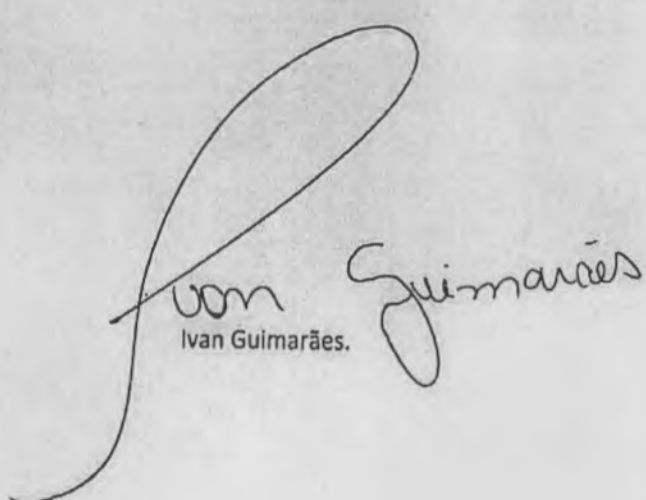
ENDEREÇO: Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1551- Ubiratã - Pr

TELEFONE: (44) 3543-3058

E-MAIL: Ivan.medenge@outlook.com

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	Un	V.TOTAL	MARCA
01	01	Revisão e atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho: 1.1 Programa de Gerenciamento de Risco PGR (conforme NR 9). 1.2 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7). 1.3 Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT (incluso conclusão sobre Insalubridade e Periculosidade).	01	R\$ 34.000,00	R\$34.000,00	
02	01	Contratação de empresa para prestar serviços de ASO - Atestado de Saúde Ocupacional (admissional, demissional, mudança de função, periódico, exame de Sanidade Física e Mental, retorno ao trabalho por qualquer tipo de afastamento por mais de 30 dias das atividades laborais e licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família)	400	R\$98,00	R\$39.200,00	

Ubiratã, 01 de junho de 2022.


Ivan Guimarães.

000015

ORÇAMENTO EXAMES

RAZÃO SOCIAL: GRO SOLUÇÕES UBIRATÁ LTDA

42.232.974/0001-40

ENDEREÇO: AV JOÃO PIPINO, 281. UBIRATÁ-PR

TELEFONE: (44) 99102-2200 - (44) 99118-6678 (Drª Luiza) - (44) 99992-0301 (Engº Marcio)

E-MAIL: contato.gros@gmail.com

Lote	Item	Descrição	Qtd.	Un.	V. Unit	V. Total
1	1	Ácido hipúrico.	100	UN.	R\$ 38,00	R\$ 3.800,00
1	2	Ácido metil-hipúrico.	100	UN.	R\$ 43,00	R\$ 4.300,00
1	3	Ácido transmucônico.	100	UN.	R\$ 65,00	R\$ 6.500,00
1	4	Acuidade Visual.	100	UN.	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
1	5	Audiometria.	100	UN.	R\$ 36,00	R\$ 3.600,00
1	6	Coprocultura.	100	UN.	R\$ 38,00	R\$ 3.800,00
1	7	Eletrocardiograma.	100	UN.	R\$ 80,00	R\$ 8.000,00
1	8	Eletroencefalograma.	100	UN.	R\$ 170,00	R\$ 17.000,00
1	9	Espirometria.	100	UN.	R\$ 55,00	R\$ 5.500,00
1	10	Exame Clínico.	100	UN.	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00
1	11	Exame toxicológico de larga janela de detecção para renovação ou alteração de categoria da Carteira Nacional de Habilitação.	100	UN.	R\$ 200,00	R\$ 20.000,00
1	12	Micotológico Cutícula.	100	UN.	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
1	13	Parasitológico de Fezes.	100	UN.	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
1	14	Parcial de Urina.	100	UN.	R\$ 26,00	R\$ 2.600,00
1	15	Raio x Lombar.	100	UN.	R\$ 110,00	R\$ 11.000,00
1	16	Raio X de Tórax com laudo (OIT)	100	UN.	R\$ 110,00	R\$ 11.000,00
1	17	Validação de Atestados Médicos.	100	UN.	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00
TOTAL						R\$ 114.600,00

Lote	Item	Descrição	Qtd.	Un.	V. Unit	V. Total
2	18	Ácido úrico.	100	UN.	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
2	19	Brucelose igg.	100	UN.	R\$ 120,00	R\$ 12.000,00
2	20	Brucelose igm.	100	UN.	R\$ 120,00	R\$ 12.000,00
2	21	Carboxihemoglobina.	100	UN.	R\$ 39,00	R\$ 3.900,00
2	22	Colesterol total e frações.	100	UN.	R\$ 32,50	R\$ 3.250,00
2	23	Colinesterase.	100	UN.	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
2	24	Creatinina.	100	UN.	R\$ 9,00	R\$ 900,00
2	25	Gama GT.	100	UN.	R\$ 22,00	R\$ 2.200,00
2	26	Glicemia.	100	UN.	R\$ 18,00	R\$ 1.800,00
2	27	Hemograma Completo.	100	UN.	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
2	28	Hepatite B (Anti-HBS).	100	UN.	R\$ 38,00	R\$ 3.800,00
2	29	Hepatite B HBSAG.	100	UN.	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
2	30	Hepatite C (Anti-HCV).	100	UN.	R\$ 38,00	R\$ 3.800,00
2	31	HIV (CCG-20184).	100	UN.	R\$ 1,00	R\$ 100,00
2	32	Plaquetas	100	UN.	R\$ 13,00	R\$ 1.300,00
2	33	TGO.	100	UN.	R\$ 9,00	R\$ 900,00
2	34	TGP.	100	UN.	R\$ 9,00	R\$ 900,00
2	35	Triglicerídeos.	100	UN.	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
2	36	URÉIA.	100	UN.	R\$ 9,00	R\$ 900,00
2	37	VDRL.	100	UN.	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
TOTAL						R\$ 59.750,00

Local e data: UBIRATÁ, 03 de Junho de 2022.

Responsável pelo Orçamento

ORÇAMENTO

000016

RAZÃO SOCIAL: Medenge clínica Médica e segurança do Trabalho Ltda.

CNPJ: 13.031310/0001-15

ENDEREÇO: Av. Nilza de Oliveira Pipino Nº 1551 2º Centro – Ubitatã- Paraná

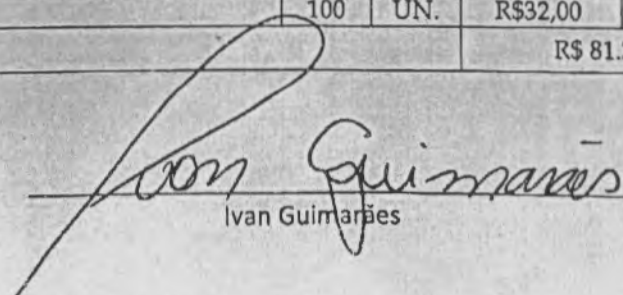
TELEFONE: (44) 3543-3058

E-MAIL: Ivan.medenge@outlook.com

Lote	Item	Descrição	Qtd.	Un.	V. Unit	V. Total
1	1	Ácido hipúrico.	100	UN.	R\$47,00	R\$4.700,00
1	2	Ácido metil-hipúrico.	100	UN.	R\$66,00	R\$6.600,00
1	3	Ácido transmucônico.	100	UN.	R\$59,00	R\$5.900,00
1	4	Acuidade Visual.	100	UN.	R\$25,00	R\$2.500,00
1	5	Audiometria.	100	UN.	R\$40,00	R\$4.000,00
1	6	Coprocultura.	100	UN.	R\$ 37,00	R\$3.700,00
1	7	Eletrocardiograma.	100	UN.	R\$ 110,00	R\$11.000,0
1	8	Eletroencefalograma.	100	UN.	R\$ 150,00	R\$15.000,0
1	9	Espirometria.	100	UN.	R\$ 55,00	R\$5.500,00
1	10	Exame Clínico.	100	UN.	R\$ 98,00	R\$ 9.800,00
1	11	Exame toxicológico de larga janela de detecção para renovação ou alteração de categoria da Carteira Nacional de Habilitação.	100	UN.	R\$220,00	R\$22.000,00
1	12	Micológico Cutícula.	100	UN.	R\$ 42,00	R\$4.200,00
1	13	Parasitológico de Fezes.	100	UN.	R\$ 27,00	R\$2.700,00
1	14	Parcial de Urina.	100	UN.	R\$ 28,00	R\$2.800,00
1	15	Raio x lombar.	100	UN.	R\$ 100,00	R\$10.000,0
1	16	Raio X de Tórax com laudo (OIT)	100	UN.	R\$110,00	R\$11.000,0
1	17	Validação de Atestados Médicos.	100	UN.	R\$100,00	R\$10.000,0
TOTAL					R\$ 131.400,00	

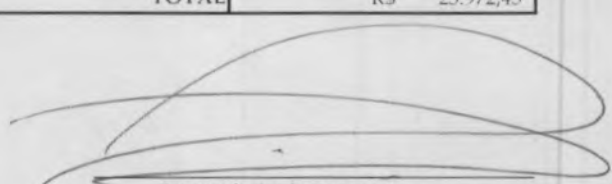
Lote	Item	Descrição	Qtd.	Un.	V. Unit	V. Total
2	18	Ácido úrico.	100	UN.	R\$19,80	R\$1.980,00
2	19	Brucelose igg.	100	UN.	R\$93,00	R\$9.300,00
2	20	Brucelose igm.	100	UN.	R\$ 93,00	R\$9.300,00
2	21	Carboxihemoglobina.	100	UN.	R\$ 29,50	R\$2.950,00
2	22	Colesterol total e frações.	100	UN.	R\$44,00	R\$4.400,00
2	23	Colinesterase.	100	UN.	R\$ 27,00	R\$2.700,00
2	24	Creatinina.	100	UN.	R\$ 23,00	R\$2.300,00
2	25	Gama GT.	100	UN.	R\$22,00	R\$2.200,00
2	26	Glicemia.	100	UN.	R\$22,00	R\$2.200,00
2	27	Hemograma Completo.	100	UN.	R\$28,50	R\$2.850,00
2	28	Hepatite B (Anti-HBS).	100	UN.	R\$58,00	R\$5.800,00
2	29	Hepatite B HBSAG.	100	UN.	R\$63,00	R\$6.300,00
2	30	Hepatite C (Anti-HCV).	100	UN.	R\$65,00	R\$6.500,00
2	31	HIV (CCG-20184).	100	UN.	R\$63,00	R\$6.300,00
2	32	Plaquetas	100	UN.	R\$25,00	R\$2.500,00
2	33	TGO.	100	UN.	R\$25,00	R\$2.500,00
2	34	TGP.	100	UN.	R\$25,00	R\$2.500,00
2	35	Triglicerídeos .	100	UN.	R\$19,00	R\$1.900,00
2	36	URÉIA .	100	UN.	R\$37,00	R\$3.700,00
2	37	VDRL.	100	UN.	R\$32,00	R\$3.200,00
TOTAL					R\$ 81.380,00	

Ubitatã, 30 de maio de 2022


 Ivan Guimarães

000017

ORÇAMENTO LAUDOS						
RAZÃO SOCIAL: GRO SOLUÇÕES UBIRATÁ LTDA						
42.232.974/0001-40						
ENDEREÇO: AV JOÃO PIPINO, 281. UBIRATÁ-PR						
TELEFONE: (44) 99102-2200 - (44) 99118-6678 (Drª Luiza) - (44) 99992-0301 (Engº Marcio)						
E-MAIL: contato.gros@gmail.com						
Lote	Item	Descrição	Qtd.	Un.	V. Unit	V. Total
1	1	Revisão e atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho: 1.1 Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1). 1.2 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7). 1.3 Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT em conformidade com a INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022. 1.4 Laudo de Insalubridade (conforme NR 15). 1.5 Laudo de Periculosidade (conforme NR 16). 1.6 Envio dos eventos para os vínculos regidos pela CLT e servidores estatutários vinculados ao RGPS. S 2210 - Comunicação de Acidente de Trabalho, S 2220 Monitoramento da Saúde do Trabalhador (ASO), S 2240 Condições Ambientais do Trabalho - Fatores de Risco.	1	Doc	R\$ 5.972,45	R\$ 5.972,45
2	1	Contratação de empresa para prestar serviços de ASO - Atestado de Saúde Ocupacional (admissional, demissional, mudança de função, periódico, exame de Sanidade Física e Mental, retorno ao trabalho por qualquer tipo de afastamento por mais de 30 dias das atividades laborais e licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família)	400	UN.	R\$ 50,00	R\$ 20.000,00
TOTAL					R\$	25.972,45

Local e data: UBIRATÁ, 03 de JUNHO de 2022.
Responsável pelo Orçamento

RAZÃO SOCIAL: ELWI SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA

CNPJ: 23.809.147/0001-22

ENDEREÇO: Av: Guilherme de Paula Xavier Nº 2933

TELEFONE: 44 – 3525-5983 -- 44 – 9 9925-8302

E-MAIL: contatoelwi@gmail.com CREA – 65998

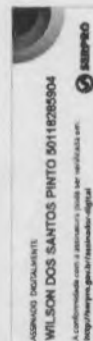
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	Un	V.UNIT	MARCA
01	01	Revisão e atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho: 1.1 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA (conforme NR 9). 1.2 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7). 1.3 Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT (incluso conclusão sobre Insalubridade e Periculosidade).	01		R\$ 40.000,00	
02	01	Contratação de empresa para prestar serviços de ASO - Atestado de Saúde Ocupacional (admissional, demissional, mudança de função, periódico, exame de Sanidade Física e Mental, retorno ao trabalho por qualquer tipo de afastamento por mais de 30 dias das atividades laborais e licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família)	400		R\$ 22.500,00	

Local e Data

Campo Mourão, 30 de Maio de 2022

Responsável do fornecedor pelo orçamento

Wilson Dos Santos Pinto



000018

ORÇAMENTO

RAZÃO SOCIAL: LABORATORIO BIOCLINICO MIGUEL

CNPJ: 80.869.217-0001/71

000019

ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL-305

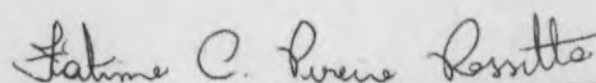
TELEFONE: 44-3543-1771

E-MAIL: labbioclinicomiguel@gmail.com

Lote	Item	Descrição	Qtd.	Un.	V. Unit	V. Total
1	1	Ácido hipúrico.	100	UN.	56.00	5.600
1	2	Ácido metil-hipúrico.	100	UN.	56.00	5.600
1	3	Ácido transmucônico.	100	UN.	55.00	5.500
1	4	Acuidade Visual.	100	UN.		
1	5	Audiometria.	100	UN.		
1	6	Coprocultura.	100	UN.	49.00	4.900
1	7	Eletrocardiograma.	100	UN.		
1	8	Eletroencefalograma.	100	UN.		
1	9	Espirometria.	100	UN.		
1	10	Exame Clínico.	100	UN.		
1	11	Exame toxicológico de larga janela de detecção para renovação ou alteração de categoria da Carteira Nacional de Habilitação.	100	UN.	210.00	21.000
1	12	Micotológico Cutícula.	100	UN.	60.00	6.000
1	13	Parasitológico de Fezes.	100	UN.	16.00	1.600
1	14	Parcial de Urina.	100	UN.	33.00	3.300
1	15	Raio x Lombar.	100	UN.		
1	16	Raio X de Tórax com laudo (OIT)	100	UN.		
1	17	Validação de Atestados Médicos.	100	UN.		
TOTAL					535.00	53.500

Lote	Item	Descrição	Qtd.	Un.	V. Unit	V. Total
2	18	Ácido úrico.	100	UN.	14.00	1.400
2	19	Brucelose igg.	100	UN.	40.00	4.000
2	20	Brucelose igm.	100	UN.	40.00	4.000
2	21	Carboxihemoglobina.	100	UN.	63.00	6.300
2	22	Colesterol total e frações.	100	UN.	45.50	4.550
2	23	Colinesterase.	100	UN.	22.30	2.230
2	24	Creatinina.	100	UN.	14.50	1.450
2	25	Gama GT.	100	UN.	22.00	2.200
2	26	Glicemia.	100	UN.	14.50	1.450
2	27	Hemograma Completo.	100	UN.	24.00	2.400
2	28	Hepatite B (Anti-HBS).	100	UN.	41.50	4.150
2	29	Hepatite B HBSAG.	100	UN.	28.50	2.850
2	30	Hepatite C (Anti-HCV).	100	UN.	28.50	2.850
2	31	HIV (CCG-20184).	100	UN.	35.00	3.500
2	32	Plaquetas	100	UN.	14.50	1.450
2	33	TGO.	100	UN.	14.50	1.450
2	34	TGP.	100	UN.	14.50	1.450
2	35	Triglicerídios.	100	UN.	25.00	2.500
2	36	URÉIA.	100	UN.	14.50	1.450
2	37	VDRL.	100	UN.	18.00	1.800
TOTAL					534.30	53.430

Local e data :



Responsável pelo Orçamento

Assunto: Re: Solicitação de orçamento para exames complementares - Prefeitura Municipal de Ubatã.

De: LABORATORIO BIOCLINICO MIGUEL FATIMA <labbioclinicomiguel@gmail.com>

Data: 24/05/2022 17:26

Para: Recursos Humanos <recursoshumanos@ubirata.pr.gov.br>

000020

Boa tarde.

Ok

Estou Mandando Atualizado

Obrigado

Daniely



Laboratório Bioclínico Miguel

Avenida Brasil, 305 - Ubatã - PR

Fone: (44) 3453-1772/ (44) 99806-2506

Siga o Laboratório Miguel nas redes sociais! Clique: Resultado de imagem para siga-nos no instagram [Imagem relacionada](#)

Em ter., 24 de mai. de 2022 às 14:07, Recursos Humanos <recursoshumanos@ubirata.pr.gov.br> escreveu:

Boa tarde Daniely!

Mudamos a quantidade de exames do ultimo orçamento, poderia atualizar este novo orçamento em anexo.

Att, Luiz.

Divisão de Recursos Humanos.

Em 12/04/2022 16:39, LABORATORIO BIOCLINICO MIGUEL FATIMA escreveu:



LABORATÓRIO BIOCLÍNICO MIGUEL

AVENIDA BRASIL, 305

UBIRATÃ-PR

FONE: (44) 3543-1772 / (44) 99838-5655

Em ter., 12 de abr. de 2022 às 08:44, Recursos Humanos
<recursoshumanos@ubirata.pr.gov.br> escreveu:

Bom dia!

Obrigado pelo retorno. por favor, seria possivel nos mandar um scanner deste documento com assinatura?

Att, Luiz.

Divisão de Recursos Humanos.

Em 12/04/2022 08:39, LABORATORIO BIOCLINICO MIGUEL FATIMA escreveu:

Bom dia Segue Valores

Obrigado

Daniely



LABORATÓRIO BIOCLÍNICO MIGUEL
AVENIDA BRASIL, 305
UBIRATÃ-PR
FONE: (44) 3543-1772 / (44) 99838-5655

Em ter., 5 de abr. de 2022 às 16:20, Recursos Humanos
<recursoshumanos@ubirata.pr.gov.br> escreveu:

Boa tarde!

Favor desconsiderar a planilha anterior.

Att, Luiz.

Divisão de Recursos Humanos.

----- Mensagem encaminhada -----

Assunto:Solicitação de orçamento para exames complementares - Prefeitura Municipal de Ubiratã.

Data:Tue, 5 Apr 2022 16:08:45 -0300

De:Recursos Humanos <recursoshumanos@ubirata.pr.gov.br>

Para:labbioclinicomiguel@gmail.com

Boa Tarde!

000022

Através do presente, solicitamos à empresa orçamento dos exames a fim de compor o procedimento de licitação visando à escolha da proposta mais vantajosa para o seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS, DE EXAMES COMPLEMENTARES EM CONSONÂNCIA AO PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, NAS CONDIÇÕES DETALHADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL**

Informamos que a fim de de auxiliar na composição dos preços, deverá ser considerado:

A) A solicitação dos serviços será de maneira fracionada, balizando-se na necessidade da Divisão de Recursos Humanos.

B) O prazo de vigência da futura contratação será de 12 meses.

Por fim, solicitamos que o arquivo em anexo seja preenchido com os dados da empresa, o valor unitário para o item, bem como seja datado e assinado.

Desde já agradecemos e nos colocamos à disposição nos casos de dúvidas.

Att, Luiz.

Divisão de Recursos Humanos.

Prefeitura Municipal de Ubatã

Anexos:

image001.png	0 bytes
image002.jpg	0 bytes
PREFEITURA.pdf	471KB

ORÇAMENTO

000023

RAZÃO SOCIAL: Laboratório Ubiratã de Análises Clínicas LTDA.

CNPJ: 77.363.562/0001-24

ENDEREÇO: Rua Brasília, 913 – Centro.

TELEFONE: (44) 3543-1220 / (44) 99839-8685

E-MAIL: laboratorioubirata@gmail.com

Lote	Item	Descrição	Qtd.	Un.	V. Unit	V. Total
1	1	Ácido hipúrico.	100	UN.	55,00	5.500,00
1	2	Ácido metil-hipúrico.	100	UN.	55,00	5.500,00
1	3	Ácido transmucônico.	100	UN.	55,00	5.500,00
1	4	Acuidade Visual.	100	UN.		
1	5	Audiometria.	100	UN.		
1	6	Coprocultura.	100	UN.	58,00	5.800,00
1	7	Eletrocardiograma.	100	UN.		
1	8	Eletroencefalograma.	100	UN.		
1	9	Espirometria.	100	UN.		
1	10	Exame Clínico.	100	UN.		
1	11	Exame toxicológico de larga janela de detecção para renovação ou alteração de categoria da Carteira Nacional de Habilitação.	100	UN.	190,00	19.000,00
1	12	Micotológico Cutícula.	100	UN.	72,00	7.200,00
1	13	Parasitológico de Fezes.	100	UN.	22,00	2.200,00
1	14	Parcial de Urina.	100	UN.	35,00	3.500,00
1	15	Raio x Lombar.	100	UN.		
1	16	Raio X de Tórax com laudo (OIT)	100	UN.		
1	17	Validação de Atestados Médicos.	100	UN.		
TOTAL					54.200,00	

Lote	Item	Descrição	Qtd.	Un.	V. Unit	V. Total
2	18	Ácido úrico.	100	UN.	18,00	1.800,00
2	19	Brucelose igg.	100	UN.	38,00	3.800,00
2	20	Brucelose igm.	100	UN.	40,00	4.000,00
2	21	Carboxihemoglobina.	100	UN.	66,00	6.600,00
2	22	Colesterol total e frações.	100	UN.	48,00	4.800,00
2	23	Colinesterase.	100	UN.	25,00	2.500,00
2	24	Creatinina.	100	UN.	18,00	1.800,00
2	25	Gama GT.	100	UN.	22,00	2.200,00
2	26	Glicemia.	100	UN.	18,00	1.800,00
2	27	Hemograma Completo.	100	UN.	24,00	2.400,00
2	28	Hepatite B (Anti-HBS).	100	UN.	44,00	4.400,00
2	29	Hepatite B HBSAG.	100	UN.	31,00	3.100,00
2	30	Hepatite C (Anti-HCV).	100	UN.	31,00	3.100,00
2	31	HIV (CCG-20184).	100	UN.	38,00	3.800,00
2	32	Plaquetas	100	UN.	18,00	1.800,00
2	33	TGO.	100	UN.	18,00	1.800,00
2	34	TGP.	100	UN.	18,00	1.800,00
2	35	Triglicerídios.	100	UN.	25,00	2.500,00
2	36	URÉIA.	100	UN.	18,00	1.800,00
2	37	VDRL.	100	UN.	21,00	2.100,00
TOTAL					57.900,00	

Local e data: 02/06/2022


LAB. UBIRATÃ DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.
CNPJ 77.363.562/0001-24

Responsável pelo Orçamento

ORÇAMENTO	
RAZÃO SOCIAL: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS GALENO LTDA	
CNPJ: 76318716000101	
ENDEREÇO: AVENIDA YOLANDA LOUREIRO DE CARVALHO Nº 938	
TELEFONE: (44) 3543-2000	
E-MAIL: labgaleno@gmail.com	

Lote	Item	Descrição	Qtd.	Un.	V. Unit	V. Total
1	1	Ácido hipúrico.	100	UN.	55,00	5,500
1	2	Ácido metil-hipúrico.	100	UN.	55,00	5,500
1	3	Ácido transmucônico.	100	UN.	52,00	5,200
1	4	Acuidade Visual.	100	UN.		
1	5	Audiometria.	100	UN.	58,00	5,800
1	6	Coprocultura.	100	UN.		
1	7	Eletrocardiograma.	100	UN.		
1	8	Eletroencefalograma.	100	UN.		
1	9	Espirometria.	100	UN.		
1	10	Exame Clínico.	100	UN.		
1	11	Exame toxicológico de larga janela de detecção para renovação ou alteração de categoria da Carteira Nacional de Habilitação.	100	UN.	190,00	19,000
1	12	Micotológico Cutícula.	100	UN.	65,00	6,500
1	13	Parasitológico de Fezes.	100	UN.	21,00	2,100
1	14	Parcial de Urina.	100	UN.	32,00	3,200
1	15	Raio x Lombar.	100	UN.		
1	16	Raio X de Tórax com laudo (OIT)	100	UN.		
1	17	Validação de Atestados Médicos.	100	UN.		
TOTAL						

Lote	Item	Descrição	Qtd.	Un.	V. Unit	V. Total
2	18	Ácido úrico.	100	UN.	18,00	1,800
2	19	Brucelose igg.	100	UN.	58,00	5,800
2	20	Brucelose igm.	100	UN.	60,00	6,000
	21	Carboxihemoglobina.	100	UN.	62,00	6,200
2	22	Colesterol total e frações.	100	UN.	46,00	4,600
2	23	Colinesterase.	100	UN.	27,00	2,700
2	24	Creatinina.	100	UN.	18,00	1,800
2	25	Gama GT.	100	UN.	22,00	2,200
2	26	Glicemia	100	UN.	18,00	1,800
2	27	Hemograma Completo.	100	UN.	42,00	4,200
2	28	Hepatite B (Anti-HBS).	100	UN.	32,00	3,200
2	29	Hepatite B HBSAG.	100	UN.	32,00	3,200
2	30	Hepatite C (Anti-HC).	100	UN.	53,00	5,300
2	31	HIV (CCG-20184).	100	UN.	18,00	1,800
2	32	Plaquetas	100	UN.	18,00	1,800
2	33	TGO.	100	UN.	18,00	1,800
2	34	TGP.	100	UN.	35,00	3,500
2	35	Triglicerídios.	100	UN.	18,00	1,800
2	36	URÉIA.	100	UN.	20,00	2,000
2	37	VDRL.	100	UN.		
TOTAL						117.500

Marilda Mendes Azevedo Silva
RG: 6450680-3

Anexos:

PREFEITURA ORÇ. GALENO.jpg

597KB

Assunto: Orçamento Prefeitura

De: Marilda Meneses Azevedo Silva <mari_meneses10@hotmail.com>

Data: 06/06/2022 18:13

Para: Recursos Humanos <recursoshumanos@ubirata.pr.gov.br>

Boa tarde

Segue o orçamento solicitado

Favor responder se recebeu o mesmo

Grata,

Mari

Lab. Galeno

— PREFEITURA ORÇ. GALENO.jpg —

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

000027

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta..... =	77	Credito Orcamentario	1 ordinario
Orgao..... =	03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
Unidade Orcamentaria.. =	03.01	Divisao de Recursos Humanos	
Funcional..... =	041280002	Administracao	
Projeto/Atividade..... =	2005000	Manutencao das atividades de recursos humanos	
Natureza da Despesa... =	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Fonte de Recursos..... =	0	Recursos livres	

Saldos de 01/06/2022 ate 10/06/2022

Dotacao Inicial..... =	50.000,00
Credito Suplementar.... =	0,00
Reducao Orcamentaria... =	0,00
Empenhado no Periodo... =	0,00
Liquidado no Periodo... =	0,00
Anulado no Periodo..... =	0,00
Pago no Periodo..... =	39,38
Empenhado ate o Periodo. =	14.961,21
Liquidado ate o Periodo. =	14.961,21
Pago ate o Periodo..... =	14.961,21
A Pagar Processado..... =	0,00
A Pagar nao Processado.. =	0,00
Total a Pagar..... =	0,00
Saldo Bloqueado..... =	0,00
Saldo Reservado..... =	0,00
Saldo Disponivel..... =	35.038,79

FONTE: GOVBR - Execução Orcamentaria e Contabilidade Publica, 10/Jun/2022, 09h e 15m.

UBIRATÃ

PREFEITURA



Handwritten signature
000028

PARECER JURÍDICO

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

Divisão de Licitação

De: "Divisão de Licitação" <licitacao@ubirata.pr.gov.br>
Data: quarta-feira, 29 de junho de 2022 13:11
Para: <assessoriajuridica@ubirata.pr.gov.br>
Anexar: EDITAL.docx; PEDIDO.pdf
Assunto: SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO - PEDIDO 268/2022
Boa tarde.

Solicitamos a emissão de parecer jurídico referente à minuta do edital de pregão em anexo.

Atenciosamente,

Divisão de Licitação
Tel: (44) 3543-8019

000030

Divisão de Licitação

De: <assessoriajuridica@ubirata.pr.gov.br>
Data: terça-feira, 5 de julho de 2022 15:21
Para: "Divisão de Licitação" <licitacao@ubirata.pr.gov.br>
Anexar: PARECER JURÍDICO- Pregão eletrônico nº 268-2022.pdf
Assunto: Re: SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO - PEDIDO 268/2022

Prezado(a),

Segue anexo parecer jurídico.

Atenciosamente

Carlos Daniel Sobierai Machado
Assessor Jurídico
OAB/PR 65.323

Em 2022-06-29 13:11, Divisão de Licitação escreveu:

> Boa tarde.

>

> Solicitamos a emissão de parecer jurídico referente à minuta do
> edital de pregão em anexo.

>

> Atenciosamente,

>

> Divisão de Licitação

> Tel: (44) 3543-8019



PARECER JURÍDICO

Ao Departamento de Licitações

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 268/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL, REVISÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES, CONFORME DETALHAMENTO CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, na qual requer análise jurídica da legalidade do **Processo de Licitação em epígrafe**, bem como a análise da Minuta do Edital do Pregão Eletrônico, para contratação de empresa para realizar serviços de atestado de saúde ocupacional, revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho e realização de exames complementares, conforme detalhamento constante no termo de referência.

Foram apresentados ao processo cópia do ato de Requisição de Licitação, bem como minuta do instrumento convocatório para tal desiderato, instruído de edital de licitação, termo de referência, modelo de proposta de preços, bem como, modelo de declarações exigidas em lei e requeridas no Edital, declaração de habilitação e declaração de cumprimento dos requisitos legais e minuta do contrato.

A justificativa para o pedido de contratação encontra-se devidamente acostada ao presente processo.

É o breve relatório. Passo a opinar.

Desde logo, cumpre destacar que ao Assessor Jurídico não cabe analisar o mérito da contratação, o qual pertence exclusivamente aos ordenadores de despesas. Entretanto, incumbe a este profissional verificar o cumprimento das normas e princípios que regem a atividade da Administração Pública e, especialmente, avaliar as minutas de edital de licitação e do respectivo contrato, na forma do artigo 38, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, quanto aos **aspectos jurídicos envolvidos**, alertando os gestores quanto aos possíveis riscos de suas condutas.

Isso compreendido, passemos ao exame.



Consta dos autos a indicação da fonte de recursos para atender a despesa, o que atende a exigência do art. 7º §2º, inc. III, da Lei Federal nº 8.66/93, haja vista haver informação suficiente de que existe disponibilidade para cobrir a despesa.

Rememore-se, ainda, que o procedimento em questão apresenta formulário de dotação orçamentária, evidenciando a existência de previsão desta despesa ao especificar o valor, projeto, elemento de despesa, fonte de recursos e o plano interno, ratificado pelo ordenador de despesas do órgão.

Nesse sentido, o formulário cumpre com os requisitos legais exigidos pela Lei nº 8.666/93.

Nesta esteira, cabe analisar a modalidade licitatória, apontando-se que é admitida e indicada a realização de pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, "cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado" (art. 1º, parágrafo único, Lei nº 10.520/2002).

Conforme Marçal Justen Filho:

[...] há casos em que a Administração necessita de bens que estão disponíveis no mercado, configurados em termos mais ou menos variáveis. São hipóteses em que é público o domínio das técnicas para a produção do objeto e seu fornecimento ao adquirente (inclusive à Administração), de tal modo que não existe dificuldade em localizar um universo de fornecedores em condições de satisfazer plenamente o interesse público. Em outros casos, o objeto deverá ser produzido sob encomenda ou adequado às configurações de um caso concreto. (g. n.)

O pregão eletrônico é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço.

Cumprе salientar que papel do órgão jurídico é o de verificar o preenchimento dos pressupostos legais, decorrentes da interpretação das normas pela doutrina e jurisprudência. Nesta seara, consta do processo a indicação para a realização do pregão eletrônico.



Restou acostado ainda a minuta do edital de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o critério menor preço global, tendo por objeto a contratação de empresa para realizar serviços de atestado de saúde ocupacional, revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho e realização de exames complementares, conforme detalhamento constante no termo de referência.

Quanto ao exame da regularidade do procedimento de licitação, no que diz respeito à sua fase interna, foram observadas as exigências do art. 3º, I, da Lei 10.520/02, bem como, o ato administrativo segue as diretrizes do art. 50, da Lei n.º 9.784/99.

Quanto à minuta do edital apresentada, essa contém as cláusulas obrigatórias exigidas pelo art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93 sendo que as exigências de qualificação são aquelas previstas expressamente nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93.

O critério menor preço global, é admissível na modalidade pregão eletrônico, é adequado, considerando que não foram observadas características especiais que demandariam a análise da melhor técnica nas propostas a serem apresentadas.

No que diz respeito à especificação do objeto da licitação, trata-se de matéria que se insere no âmbito da discricionariedade técnica, devendo a autoridade competente assumir as responsabilidades daí decorrentes, tanto no que diz respeito à sua qualificação como "serviço comum", quanto atentando para que sejam mantidas no edital apenas as exigências que, rigorosamente, sejam indispensáveis, sob pena de se frustrar a competitividade da licitação, com violação do art. 3º, §1º, inc. I da Lei Federal nº 8.666/93.

Cabe advertir que a descrição do objeto, como preconiza o mesmo art. 3º, em seu inciso II, deve ser precisa, suficiente e clara, destacando-se que devem ser evitadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias (art. 3º, II), primando-se por certa padronização nos descritivos dos itens, de modo que sua definição seja interpretada de forma inequívoca pelos participantes do processo licitatório.

Convém salientar que a análise da adequação desta descrição escapa à matéria de conhecimento do profissional da área jurídica, a quem cabe apontar à autoridade solicitante quais as cautelas recomendáveis para garantir a higidez do certame, com o cumprimento das normas aplicáveis, no entanto,

UBIRATÃ

PREFEITURA



000034

aparentemente, não existem defeitos grosseiros, capazes de ser constatados por este profissional.

No demais, em virtude da aparente regularidade da fase preparatória, sopesando-se o princípio da boa-fé, da presunção de legitimidade dos atos administrativos e limitando-se à análise dos elementos devidamente expostos nos autos, entende-se que o procedimento e a modalidade são adequados.

Do exposto, opino pela aprovação da minuta do edital de licitação, na modalidade pregão eletrônico, sob o critério menor preço global, tendo por objeto a contratação de empresa para realizar serviços de atestado de saúde ocupacional, revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho e realização de exames complementares, conforme detalhamento constante no termo de referência

Por todo o exposto, entende esta Assessoria Jurídica que, o procedimento encontra-se de acordo com a lei federal n.º 8.666/93 e lei 10.520/2002, razões pela qual, diante das justificativas, opino pela sequência do procedimento na modalidade Pregão, na forma Eletrônica.

É o parecer.

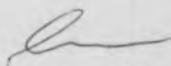
Ubiratã, 05 de julho de 2022.

Carlos Daniel Sobierai Machado
Assessor Jurídico
OAB/PR 65.323

UBIRATÃ

PREFEITURA




000035

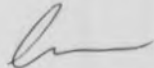
EDITAL E PUBLICAÇÕES

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5726/2022


000036

LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Ubitatã, pessoa jurídica de direito público, UASG 987933, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubitatã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por intermédio do Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, torna pública a realização da Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 001/2012, Decreto Municipal nº 11, de 12 de fevereiro de 2020 e subsidiariamente às exigências do presente edital.

1.2. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, conforme datas e horários definidos abaixo:

1.2.1. DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: ATÉ ÀS 14 HORAS DO DIA 22 DE JULHO DE 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.2.2. DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: A PARTIR DAS 14 HORAS DO DIA 22 DE JULHO DE 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.3. Este edital e o termo de referência foram elaborados dentro dos moldes fornecidos pela secretaria requisitante.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação visa à escolha da proposta mais vantajosa para o seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL, REVISÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES, CONFORME DETALHAMENTO CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

2.2. Havendo divergências entre as especificações dos itens deste edital com as constantes no Compras.gov.br, em especial quanto ao detalhamento do objeto licitado, prevalecerão as previstas em edital.

2.3. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, devendo lance ser ofertado pelo VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO, observadas às exigências contidas neste edital e seus anexos quanto à especificação do objeto.

3. DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

3.1. O valor máximo aceitável deste certame está fixado em R\$ 178.452,45 (cento e setenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

3.2. Serão sumariamente desclassificadas as propostas que após a etapa de lances/negociação possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos estabelecidos pelo edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0301	5764	339039999900	Demais serviços de terceiros pessoa jurídica		178.452,45

5. DA NÃO APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS DO ART. 48 DA LC Nº 123/06

5.1. A presente licitação estabelece a ampla concorrência uma vez que o valor da contratação supera o limite previsto no art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006.

5.2. A ampla concorrência na presente licitação não exclui os benefícios de regularização fiscal e trabalhista tardia e empate ficto expressos nos arts. 43 e 44 da LC nº 123/06.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer cidadão ou licitante poderá requisitar esclarecimentos ou impugnar este edital.

6.2. O pedido de esclarecimento ou impugnação poderá ser realizado por forma eletrônica, através do e-mail licitacao@ubirata.pr.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço disposto no preâmbulo deste edital.

6.3. O pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimento ou à impugnação em até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, com base nos subsídios formais requisitados aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos.

6.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou impugnação será encaminhado via e-mail à requerente, divulgado no Compras.gov.br e disponibilizado no Portal da Transparência do Município, junto aos demais documentos do presente pregão.

6.5. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

6.6. Os pedidos de esclarecimento ou impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7. Os casos excepcionais de concessão de efeito suspensivo serão motivados pelo pregoeiro, nos autos do processo da licitação.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.4. A Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

8.1. Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no SICAF.

8.1.1. As Licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.

8.2. Não poderão participar da presente licitação:

8.2.1. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

8.2.2. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o município de Ubatã, conforme Art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;

8.2.3. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública com fulcro no Art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

8.2.4. Que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

8.2.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

8.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

8.3. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

8.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC nº 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

8.3.1.1. A assinalação do campo “não” produzirá o efeito de a Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC nº 123/06, mesmo que MEI/ME/EPP/COOP.

8.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

8.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

8.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

8.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.3.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

8.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a Licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

8.5. A declaração digital acima descrita substitui o envio de declaração assinada via sistema.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. As Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, até as **ATÉ ÀS 14 HORAS DO DIA 22 DE JULHO DE 2022**, horário de Brasília, Distrito Federal, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. Concomitantemente com a proposta, a Licitante deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos no edital.

9.3. As Licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no cadastro.

9.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.5. As Licitantes qualificadas como MEI/ME/EPP/COOP deverão apresentar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/06, sob pena de inabilitação.

9.6. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.7. Até a abertura da sessão pública, as Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da Licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. A Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações referentes à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.1.2. Valor unitário e total do item, com no máximo duas casas decimais;

10.1.1. O preenchimento dos valores no sistema deverá obedecer à forma disposta no Termo de Referência para fins do julgamento objetivo da licitação, devendo ser preenchido o valor global da licitação nos campos de valor unitário e valor total, sob pena de desclassificação da proposta conforme disposto no subitem 11.4 do presente edital.

10.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.4. O prazo de validade da proposta será de noventa dias, a contar da data de sua apresentação.

10.5. A proposta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A apresentação da proposta implicará:

10.6.1. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este edital e seus anexos;

10.6.2. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais e condições para execução dos serviços.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

11.1. A partir das **14 HORAS DO DIA 22 DE JULHO DE 2022**, horário de Brasília - DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.3. Cabe à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis, **apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento**, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.

11.4.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a Licitante.

11.4.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.6.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, devendo o lance ser ofertado pelo VALOR TOTAL DO ITEM.

A. As Licitantes que ofertarem lances sobre o valor unitário do item, caso não seja possível a exclusão pelo pregoeiro, deverão honrar a proposta no preço ofertado para a execução do quantitativo total do objeto, sob pena de aplicação das penalidades previstas em edital pelo não mantimento da proposta.

11.6.2. No caso de o lance da Licitante incidir em valor unitário com mais de duas casas após a vírgula, serão desconsiderados os demais valores, prevalecendo apenas duas casas decimais para fins de contratação.

A. Nesse caso, o valor arredondado será informado pelo pregoeiro no campo "valor negociado".

11.7. As Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

11.8. A Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$-10,00 (dez reais).

11.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA "ABERTO", em que as Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.10.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.12. Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da Licitante.

11.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.15. Caso a Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.16. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às MEI/ME/EPP/COOP participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/06.

11.16.1. Nessas condições, as propostas de MEI/ME/EPP/COOP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.16.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.16.3. Caso a MEI/ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.17. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta a Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

11.18.1. Nessa fase, a Licitante que tiver ofertado proposta ou lance superior ao máximo estabelecido pelo edital e não aceitar a negociação de preços será desclassificada para o item;

11.18.2. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a Licitante para que seja obtido preço melhor.

11.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final da Licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de **duas horas** a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema Compras.gov.br, e deverá conter:

12.1.1. O número e a modalidade da presente licitação;

12.1.2. Razão social, endereço, telefone, e-mail e o CNPJ da proponente;

12.1.3. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela Licitante ou seu representante legal;

12.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da Licitante vencedora, para fins de pagamento;

12.1.5. Conter a indicação do preposto da Licitante, apto a representá-la na execução do Contrato;

12.1.6. Conter os preços unitários e totais dos itens que compõem os serviços readequados ao último lance ofertado, vedada à apresentação de valores superiores aos máximos estabelecidos pelo Termo de Referência.

12.2. O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação da Licitante convocada ou por decisão do pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

12.3. O modelo de proposta consta no Anexo II do presente edital.

12.4. A Licitante que abandonar o certame deixando de enviar a proposta quando convocada será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.5. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

12.6.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra Licitante.

12.8. As propostas e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto ao estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

13.2. Serão desclassificadas as propostas:

13.2.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

13.2.2. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

13.2.3. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

13.2.4. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

13.3. Também será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.3.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.3.4. O pregoeiro poderá convocar a Licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.3.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela Licitante, antes de findo o prazo.

13.3.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço/bem/produto ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro

meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.5. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

13.6. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da Licitante, observado o disposto neste edital.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. SICAF;

14.1.2. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

14.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

14.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

14.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será diligenciado para verificação de fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.3.3. A Licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.4. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a Licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

14.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das Licitantes será verificada, primeiramente, por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, conforme documentação exigida para esta licitação.

14.6.1. A Licitante deverá anexar no sistema Compras.gov.br, juntamente com o cadastro da proposta eletrônica e até a abertura da sessão pública, os documentos desatualizados ou não abrangidos pelo SICAF.

14.6.2. É dever de a Licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

14.6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da Licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).

14.6.4. A Licitante detentora do menor preço qualificada como MEI/ME/EPP/COOP deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a Licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.

14.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais e não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.10. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Para a habilitação da Licitante detentora da melhor oferta, será exigida a documentação relativa a:

14.11.1. Habilitação Jurídica:

- A. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- B. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- C. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- D. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- E. Documento de identificação com foto (RG) do (s) sócio (s) proprietário (s);
- F. Cadastro de Pessoa Física (CPF) do (s) sócio (s) proprietário (s).

14.11.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.11.3. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

14.11.4. Todos os documentos deverão ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial, autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

14.11.5. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

14.11.6. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

14.11.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- A. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- B. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal;
- C. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- D. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

E. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante;

F. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante.

14.11.8. Qualificação Técnica:

A. Não será exigida qualificação técnica para a presente licitação.

14.11.9. Qualificação Técnica

A. Não será exigida qualificação econômico-financeira para a presente licitação.

14.11.10. Documentação Complementar

A. Declaração Unificada, conforme modelo constante no Anexo III.

14.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela Licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.14. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.16. Será inabilitada a Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos junto à proposta eletrônica, através do SICAF ou quando convocada, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

14.17. Havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, a Licitante será declarada vencedora.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2. Havendo quem se manifeste, o pregoeiro verificará a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2. No juízo de admissibilidade das intenções de recurso será avaliado pelo pregoeiro tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

15.2.3. A falta de manifestação motivada da Licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a Licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todas as Licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da Licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto da licitação será adjudicado a Licitante declarada vencedora, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado ou aceito e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo para assinatura ou devolução do Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município.

18.3. Se a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das Licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora, conforme disposto no art. 4º, incisos XVI e XXIII da Lei 10.520/02.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Sujeitam-se as Licitantes as seguintes penalidades:

19.1.1. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicado à penalidade de impedimento de licitar e contratar com o município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Ensejar o retardamento na execução do objeto do certame;
- B - Fizer declaração falsa;
- C - Cometer fraude fiscal quanto aos documentos desta natureza utilizado para habilitar-se nas licitações;
- D - Omitir o real enquadramento da empresa;
- E - Realizar conluio, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.1.1.1. Considera-se o retardamento na execução do objeto do certame previsto na alínea "A", qualquer ação ou omissão da licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato.

19.1.2. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

A - Não manter proposta e/ou deixar de encaminhar proposta readequada quando convocada;

B - Recusar-se injustificadamente em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ou não atender os requisitos exigidos para qualificação técnica, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

19.1.2.1. Considera-se o não mantimento da proposta previsto na alínea "A", a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigido, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

19.1.3. Detenção de 02 (dois) a 04 (quatro) anos à Licitante que:

A - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da Licitação.

19.2. Concomitante às penalidades previstas, se sujeita à Licitante ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02

19.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

19.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estarão previstas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato.

20. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

20.1. Fica garantido ao Município de Ubiratã o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

20.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

20.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

20.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

20.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e o Município de Ubiratã não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.2. Município de Ubiratã não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital obtidas por meio de terceiros.

21.3. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

21.5. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.6. No interesse do Município, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

21.6.1. Adiada a data da abertura desta licitação;

21.6.2. Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

21.7. É facultado ao (à) pregoeiro (a), ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.9. Todos os documentos que se exige cópia autêntica poderão ser autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

21.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

21.13. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.15. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

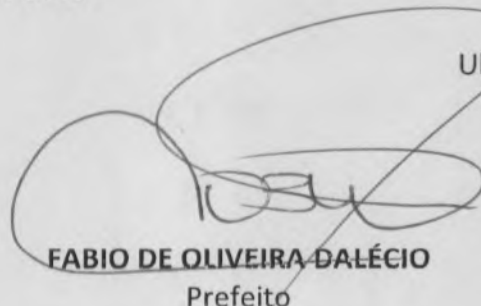
21.16. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

21.17. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.ubirata.pr.gov.br, <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Divisão de Licitação, localizada no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.18. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 21.18.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 21.18.2. Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;
- 21.18.3. Anexo III - Modelo de Declaração Unificada;
- 21.18.4. Anexo IV - Minuta de Contrato.

Ubiratã, Paraná, 06 de julho de 2022.


FABIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5726/2022

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, se destina à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL, REVISÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES, CONFORME DETALHAMENTO CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. O intuito da realização do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO (admissional, demissional, mudança de função, periódico, exame de sanidade física e mental, retorno ao trabalho por qualquer tipo de afastamento por mais de 30 dias das atividades laborais e licença por motivo de doença em pessoa da família), é agir como um agente preventivo que, por meio de exames periódicos e constante acompanhamento profissional, zele pela saúde física e mental dos seus colaboradores. O exame admissional é realizado antes de o candidato assumir suas atividades na empresa, onde será avaliado o estado de saúde do candidato e verificar se está apto a realizar as atividades inerentes ao cargo em que prestou concurso. Este serviço também será realizado aos futuros servidores comissionados e estagiários. Tem como objetivo verificar a existência de limitações que possam prejudicar ou agravar a saúde do servidor, no exercício das funções para o cargo que vai ocupar. Os exames periódicos são realizados ao longo das atividades, conforme NR7, aos servidores expostos a riscos que possam levar ao agravamento ou desencadeamento de doença ocupacional. O exame de retorno ao trabalho é realizado no primeiro dia que o trabalhador voltar ao trabalho, quando tiver se ausentado por período igual ou superior a 30 dias, em virtude de doença ou acidente, ocupacional ou não, ou parto, mesmo ao retorno de licença sem remuneração. O objetivo do exame de retorno ao trabalho é análogo ao exame admissional, atestar que o trabalhador encontra-se apto para assumir suas atividades. O exame demissional deverá ser realizado até a data da rescisão do contrato de trabalho/exoneração. Quanto ao exame de sanidade física e mental, serão destinados aos motoristas condutores de transportes de coletivos e ambulâncias, em conformidade com a legislação do DETRAN. A avaliação por afastamento do servidor por mais de 30 dias de suas atividades laborais e em virtude de licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Estatuto dos Servidores.

Em se tratando da elaboração dos Programas de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, laudo de insalubridade, laudo de periculosidade em face da necessidade de se estabelecer diretrizes atinentes à implementação de ações destinadas à promoção de saúde ocupacional, à prevenção de riscos e doenças referentes ao trabalho, como também à ocorrência de acidentes em serviço.

Quanto à contratação de empresas especializadas em realizar exames admissionais, periódicos e retorno ao trabalho, os mesmos servirão de suporte para diagnosticar as condições de saúde dos futuros servidores, servidores efetivos e de servidores que por motivos de saúde foram afastados de suas funções. Os exames admissionais funcionam como a garantia de que o futuro servidor encontra-se em perfeitas condições de saúde, tanto físico quanto mental, para exercer as funções do cargo em que prestou o

concurso. Os exames periódicos são utilizados no decorrer da vida profissional do servidor, de forma preventiva, onde se analisa se houve alguma alteração na saúde do servidor em virtude de sua atividade profissional. A periodicidade da realização desses exames varia de acordo com a atividade desenvolvida e o risco. Os exames de retorno ao trabalho têm o intuito de avaliar se o servidor se encontra apto a realizar suas atividades laborais, após ser dispensado de exercer sua atividade profissional por motivo de doença ou acidente de trabalho. Em todos os casos os exames são solicitados por médico com conhecimentos específicos que de acordo com o laudo PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) solicita os exames onde os servidores os providenciam, que em retorno ao médico há a emissão laudos baseando-se nos resultados dos exames, anteriormente solicitados. Todos os exames e laudos formam um registro importantíssimo, o qual resguarda o município sobre as condições físicas e mentais de todos os servidores.

Considerando que as despesas com tais exames são custeadas pelo Município, considerando ainda que as pessoas submetidas aos mesmos são ou serão servidores públicos municipais, a empresa a realizar o serviço deverá possuir local próprio para atendimento, cumprindo todas as legislações sanitárias, dentro dos limites do Município de Ubatuba. É inviável que a empresa contratada possua sede em outro município, uma vez que a administração não pode custear despesas com deslocamento/alimentação para os servidores, tampouco a empresa poderá arcar com tais custos. Ademais, o Município não pode submeter o servidor a ir para outro município realizar exames para exercício de sua função na administração.

Devido aos exames indicados pelo laudo PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), dentre os quais se destaca vários exames que são realizados via coleta de sangue do paciente, desse modo, a contratação deverá ser feita de maneira global, para que se evite que o servidor, diante da necessidade de realizar mais de um exame, se desloque para empresas diferentes e tenha que ter o sangue coletado mais de uma vez demandando custo e tempo ao futuro servidor.

3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Visa-se a contratação do objeto na seguinte especificação, quantidade e valores unitários e totais máximos:

CATSER	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
17825	1	Contratação de empresa para prestar serviços de: - Atestado de Saúde Ocupacional - ASO (admissional, demissional, mudança de função, periódico, exame de sanidade física e mental, retorno ao trabalho por qualquer tipo de afastamento por mais de 30 dias das atividades laborais e licença por motivo de doença em pessoa da família); - Revisão e/ou atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho, compreendendo: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (conforme NR 16); - Exames complementares em consonância ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA.	1	178.452,45	178.452,45

3.2. Os serviços serão divididos conforme quadros a seguir, sendo que a execução se dará conforme necessidade do Município:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
------	-----------	-----	----	-------------	--------------

1	Atestado de Saúde Ocupacional - ASO (admissional, demissional, mudança de função, retorno ao trabalho e periódico).	400	UN	50,00	20.000,00
---	---	-----	----	-------	-----------

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
2	Revisão e/ou atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho, compreendendo: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (conforme NR 16).	1	UN.	5.972,45	5.972,45

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
3	Ácido hipúrico.	100	UN.	38,00	3.800,00
4	Ácido meti-hipúrico	100	UN.	43,00	4.300,00
5	Ácido transmucônico.	100	UN.	52,00	5.200,00
6	Acuidade Visual.	100	UN.	20,00	2.000,00
7	Audiometria.	100	UN.	36,00	3.600,00
8	Coprocultura.	100	UN.	37,00	3.700,00
9	Eletrocardiograma.	100	UN.	80,00	8.000,00
10	Eletroencefalograma.	100	UN.	150,00	15.000,00
11	Espirometria.	100	UN.	55,00	5.500,00
12	Exame clínico.	100	UN.	50,00	5.000,00
13	Exame toxicológico de larga janela de detecção para renovação ou alteração de categoria da Carteira Nacional de Habilitação.	100	UN.	190,00	19.000,00
14	Micitológico cutícula.	100	UN.	35,00	3.500,00
15	Parasitológico de Fezes.	100	UN.	16,00	1.600,00
16	Parcial de Urina.	100	UN.	26,00	2.600,00
17	Raios-X Lombar. X	100	UN.	100,00	10.000,00
18	Raios-X Tórax com laudo OIT. X	100	UN.	110,00	11.000,00
19	Validação de Atestados Médicos.	100	UN.	50,00	5.000,00
20	Ácido Úrico.	100	UN.	10,00	1.000,00
21	Brucelose IgG.	100	UN.	38,00	3.800,00
22	Brucelose IgM.	100	UN.	40,00	4.000,00
23	Carboxihemoglobina.	100	UN.	29,50	2.950,00
24	Colesterol Total e Frações	100	UN.	32,50	3.250,00
25	Colinesterase.	100	UN.	22,30	2.230,00
26	Creatinina.	100	UN.	9,00	900,00
27	Gama GT.	100	UN.	22,00	2.200,00
28	Glicemia.	100	UN.	14,50	1.450,00
29	Hemograma Completo.	100	UN.	24,00	2.400,00
30	Hepatite B (Anti-HBS).	100	UN.	38,00	3.800,00
31	Hepatite B HBSAG.	100	UN.	28,50	2.850,00
32	Hepatite C (Anti-HCV).	100	UN.	28,50	2.850,00
33	Plaquetas	100	UN.	13,00	1.300,00
34	TGO.	100	UN.	9,00	900,00
35	TGP.	100	UN.	9,00	900,00
36	Triglicerídeos	100	UN.	10,00	1.000,00
37	Uréia.	100	UN.	9,00	900,00
38	VDRL.	100	UN.	15,00	1.500,00
39	Anti-HIV (CCG - 20184)	100	Un	35,00	3.500,00

4. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A vigência da contratação será de doze meses, iniciada a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta meses, nos termos do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. Referente aos serviços de Atestado de Saúde Ocupacional - ASO:

5.1.1. A execução dos serviços será de maneira fracionada, conforme necessidade do Município.

5.1.2. Os serviços serão solicitados imediatamente a contar da assinatura do contrato.

5.1.3. A execução dos serviços será por meio de agendamento, sendo que a Divisão de Recursos Humanos fará o envio por e-mail da requisição do serviço, devendo os atendimentos ser realizados em até cinco dias úteis a contar da data de envio da requisição, exceto nos casos de avaliação de retorno ao trabalho que deverá ser de até um dia útil.

5.1.3.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para refazimento/readequação será a metade do prazo inicialmente estipulado para execução, sujeitando-se à empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.

5.1.3.2. Os prazos de que tratam o presente item poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.1.4. A empresa deverá emitir os atestados de saúde ocupacional imediatamente após a realização do exame, devendo estar identificados e assinados pelo servidor/candidato e profissional habilitado indicado, em três vias, sendo uma via remetida à Divisão de Recursos Humanos, uma via entregue ao servidor/candidato, e uma via ficará em posse da empresa, junto ao prontuário de atendimento.

5.1.5. Os serviços deverão ser executados de segunda à sexta-feira, durante o horário de expediente.

5.1.6. O serviço deverá ser realizado de maneira ágil, de acordo com o agendamento. Todo material necessário para a perfeita execução do atendimento é de responsabilidade da empresa.

5.1.7. Os atendimentos poderão ser realizados por médicos que atendem o trabalhador, independentemente de sua especialidade, conforme Resolução CFM nº 1.488/1998, em consonância com os PPRA, LTCAT e PCMSO e sem nenhum tipo de ligação com o Município.

5.1.8. Os exames deverão ser realizados nas dependências da empresa.

5.1.9. A fim de não onerar o Município e os servidores/candidatos com despesas como transporte, alimentação, entre outras, a empresa deverá possuir local de atendimento dentro do perímetro urbano do Município de Ubatuba, sendo que os atendimentos deverão ser executados nos prazos estabelecidos.

5.1.10. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à execução dos serviços.

5.2. Referente aos serviços de revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho:

5.2.1. Os serviços compreenderão na Revisão e/ou atualização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (conforme NR 16).

5.2.2. Os serviços e análises serão realizados in loco nas secretarias e respectivas divisões da estrutura administrativa do Município de Ubiratã, com aproximadamente 1000 servidores lotados nos cargos de Advogado, Agente Comunitário de Saúde, Agente da Defesa Civil, Agente de Combate a Endemias, Agente de Saúde, Agente Sanitário, Agente Social, Artesão, Assistente de Administração, Assistente de O. Educacional, Assistente Social, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Biblioteca, Auxiliar de Contabilidade, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Saneamento Auxiliar de Secretaria, Auxiliar de Serviços Diversos, Auxiliar Educacional, Auxiliar em Saúde Bucal, Baba, Bioquímico, Borracheiro, Cirurgião D. Prótese Dentaria, Cirurgião Dentista, Contador, Costureira, Coveiro, Cozinheiro, Cuidador Social, Educador Físico, Eletricista Instalador, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Farmacêutico, Fiscal de Obra, Fiscal Tributário, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Funileiro, Gari, Guardião de Bens Públicos, Instrutor de Arte, Instrutor de Informática, Instrutor de Musica, Jardineiro, Lavador de Veículos e Máquinas, Lubrificador Veículos Maquinas, Margarida, Mecânico de Maquinas Pesadas, Mecânico de Veículos Leves, Mecânico de Veículos Pesados, Mecânico em Geral, Medico Clinico Geral, Merendeira, Monitor (com 2º Grau Completo), Monitor (com Magistério), Motorista, Motorista de Veículos Leves, Nutricionista, Odontólogo, Operador de Maquinas, Operador de PABX, Padeiro, Pedreiro, Pintor, Procurador Jurídico, Professor, Professor de Musica, Psicólogo, Servente de Limpeza, Servente de Pedreiro, Técnico de Vigilância em Saúde, Técnico Desportivo, Técnico em Contabilidade, Técnico em Enfermagem, Técnico em Informática, Técnico em Saúde Bucal, Técnico Semidesportivo, Técnico em Tributação e Cadastro, Telefonista, Terapeuta Ocupacional, Zelador.

5.2.3. Os serviços deverão obedecer rigorosamente às leis e normas que tratam do tema.

5.2.4. Os programas e laudos deverão ser elaborados de maneira integrada.

5.2.5. Os programas PPRA e PCMSO deverão ser elaborados por profissionais devidamente inscritos em seus conselhos de classe.

5.2.6. O prazo de execução será de sessenta dias após recebimento da ordem de serviços.

5.2.6.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para refazimento/readequação será a metade do prazo inicialmente estipulado para execução, sujeitando-se à empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.

5.2.6.2. Os prazos de que tratam o presente item poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2.7. Todas as despesas decorrentes dos custos para execução dos serviços contratados ficarão única e exclusivamente por conta da empresa.

5.3. Referente aos serviços de exames complementares:

5.3.1. A execução dos serviços será de maneira fracionada.

5.3.2. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à execução, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

5.3.3. Os exames deverão ser realizados e executados atendendo os previstos do presente Termo de Referência, de acordo com cada caso.

5.3.4. A fim de não onerar o Município e os servidores/candidatos com despesas como transporte, alimentação, entre outras, a empresa deverá possuir local de atendimento dentro do perímetro urbano do Município de Ubiratã, sendo que os atendimentos deverão ser executados nos prazos estabelecidos.

5.3.5. A empresa deverá manter seu estabelecimento de acordo com as normas exigências dos órgãos fiscalizadores.

5.3.6. O servidor irá até o estabelecimento da empresa munido da ordem de serviço, onde a empresa deverá realizar o exame imediatamente ou em até dois úteis, conforme agendamento. Os resultados dos exames deverão estar prontos em até cinco dias úteis, a contar da data da coleta. Os resultados deverão ser retirados pelo paciente.

5.3.6.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para refazimento/readequação será a metade do prazo inicialmente estipulado para execução, sujeitando-se à empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.

5.3.6.2. Os prazos de que tratam o presente item poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.3.7. A empresa deverá prestar os serviços de segunda à sexta-feira, em horário de expediente. A coleta deverá ser realizada somente mediante apresentação da Ordem de Serviço emitida pela Divisão de Recursos Humano do Município, na qual estará descrito quais exames deverão ser realizados.

5.3.8. Os resultados dos exames deverão ser impressos, devidamente identificados e assinados por profissional devidamente habilitado.

5.3.9. O atendimento deverá ser realizado de maneira ágil, de acordo com a ordem de chegada.

5.3.10. Todo material descartável a ser utilizado na coleta do exame é de responsabilidade da empresa.

5.3.11. A empresa deverá prestar o serviço com qualidade em estabelecimento próprio, observando os dispostos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

5.3.12. É estritamente vedada a cobrança de qualquer valor adicional dos servidores.

5.3.13. A empresa deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos específicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

5.3.14. A empresa deverá assegurar aos servidores encaminhados pelo Município o atendimento idêntico ao realizado aos particulares, não utilizando de discriminação ou cobranças adicionais e indevidas pelos serviços executados.

6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO

6.1. Após a execução do serviço constante na Ordem de Serviços, o mesmo será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

6.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar serviços que não tenham sido executados em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

6.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal do Contrato através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Serviços.

6.3. A empresa é obrigada a corrigir/refazer/substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

6.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a correção/refazimento/substituição correrão exclusivamente por conta da empresa.

6.4. O serviço que por ventura venha a ser recusado deverá ser corrigido/refeito/substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Os direitos e responsabilidades das partes são os dispostos na Cláusula Sétima da Minuta do Contrato.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após a execução de cada serviço solicitado, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

8.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0301	5764	339039999900	Demais serviços de terceiros pessoa jurídica		178.452,45

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. Caberá a gestão da contratação à servidora Maria Inês Bento.

9.2. Caberá a fiscalização da contratação ao servidor Luiz Carlos da Solidade, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Félix Tiburcio de Almeida.

9.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

9.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

9.5. As comunicações entre o município e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

10. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

10.1. As penalidades pelo descumprimento das obrigações assumidas serão as dispostas na Cláusula Décima Terceira da Minuta de Contrato.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

NOME DA LICITANTE
Nº DO CNPJ
Endereço, Cidade e Estado.
Nº do Telefone.
Endereço de e-mail.

Referente ao Pregão Eletrônico nº 106/2022.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

- 1.1. O valor global para a execução do objeto é de R\$ (valor por extenso).
- 1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.
- 1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.

2. Se vencedora da Licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Contratada para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

5. Detalhamento da proposta:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
1	Atestado de Saúde Ocupacional - ASO (admissional, demissional, mudança de função, retorno ao trabalho e periódico).	400	UN		

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
2	Revisão e/ou atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho, compreendendo: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (conforme NR 16).	1	UN.		

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
3	Ácido hipúrico.	100	UN.		
4	Ácido meti-hipúrico	100	UN.		
5	Ácido transmucônico.	100	UN.		
6	Acuidade Visual.	100	UN.		
7	Audiometria.	100	UN.		
8	Coprocultura.	100	UN.		



9	Eletrocardiograma.	100	UN.		
10	Eletroencefalograma.	100	UN.		
11	Espirometria.	100	UN.		
12	Exame Clínico.	100	UN.		
13	Exame toxicológico de larga janela de detecção para renovação ou alteração de categoria da Carteira Nacional de Habilitação.	100	UN.		
14	Micológico Cuticula.	100	UN.		
15	Parasitológico de Fezes.	100	UN.		
16	Parcial de Urina.	100	UN.		
17	Raios-X Lombar.	100	UN.		
18	Raios-X Tórax com laudo OIT.	100	UN.		
19	Validação de Atestados Médicos.	100	UN.		
20	Ácido Úrico.	100	UN.		
21	Brucelose IgG.	100	UN.		
22	Brucelose IgM.	100	UN.		
23	Carboxihemoglobina.	100	UN.		
24	Colesterol Total e Frações	100	UN.		
25	Colinesterase.	100	UN.		
26	Creatinina.	100	UN.		
27	Gama GT.	100	UN.		
28	Glicemia.	100	UN.		
29	Hemograma Completo.	100	UN.		
30	Hepatite B (Anti-HBS).	100	UN.		
31	Hepatite B HBSAG.	100	UN.		
32	Hepatite C (Anti-HCV).	100	UN.		
33	Plaquetas	100	UN.		
34	TGO.	100	UN.		
35	TGP.	100	UN.		
36	Triglicerídeos	100	UN.		
37	Uréia.	100	UN.		
38	VDRL.	100	UN.		
39	Anti-HIV (CCG - 20184)	100	Un		

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal
CPF e RG



000065

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL:

E-MAIL:

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

A. Ter pleno conhecimento bem como atender a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame;

B. Inexistir fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos da lei e que não está suspensa de licitar e contratar com o Município de Ubitatã, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;

C. Que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

D. Que não possui em seu quadro societário servidores públicos do Município de Ubitatã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado como CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, situada na _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, telefone nº _____ e e-mail _____, doravante designada como CONTRATADA, firmam o presente contrato que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5726/2022, Pregão Eletrônico nº 106/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL, REVISÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES, CONFORME DETALHAMENTO CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto do contrato se dará na seguinte especificação, quantidade, valores unitários e totais:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATADO

3.1. O valor global da contratação está fixado em R\$ ().

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A vigência da contratação será de doze meses, iniciada a partir da assinatura do instrumento de contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta meses, nos termos do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2. Será permitida a prorrogação desde que haja autorização formal da autoridade competente e sejam observados os seguintes requisitos:

4.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.2.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que o Município mantém interesse na realização do serviço;

4.2.3. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

4.2.4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

4.2.5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. Referente aos serviços de Atestado de Saúde Ocupacional - ASO:

5.1.1. A execução dos serviços será de maneira fracionada, conforme necessidade do CONTRATANTE.

5.1.2. Os serviços serão solicitados imediatamente a contar da assinatura do contrato.

5.1.3. A execução dos serviços será por meio de agendamento, sendo que a Divisão de Recursos Humanos fará o envio por e-mail da requisição do serviço, devendo os atendimentos ser realizados em até cinco dias úteis a contar da data de envio da requisição, exceto nos casos de avaliação de retorno ao trabalho que deverá ser de até um dia útil.

5.1.3.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para refazimento/readequação será a metade do prazo inicialmente estipulado para execução, sujeitando-se à CONTRATADA às penalidades previstas no presente contrato.

5.1.3.2. Os prazos de que tratam o presente item poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.1.4. A CONTRATADA deverá emitir os atestados de saúde ocupacional imediatamente após a realização do exame, devendo estar identificados e assinados pelo servidor/candidato e profissional habilitado indicado, em três vias, sendo uma via remetida à Divisão de Recursos Humanos, uma via entregue ao servidor/candidato, e uma via ficará em posse da CONTRATADA, junto ao prontuário de atendimento.

5.1.5. Os serviços deverão ser executados de segunda à sexta-feira, durante o horário de expediente.

5.1.6. O serviço deverá ser realizado de maneira ágil, de acordo com o agendamento. Todo material necessário para a perfeita execução do atendimento é de responsabilidade da CONTRATADA.

5.1.7. Os atendimentos poderão ser realizados por médicos que atendem o trabalhador, independentemente de sua especialidade, conforme Resolução CFM nº 1.488/1998, em consonância com os PPRA, LTCAT e PCMSO e sem nenhum tipo de ligação com o CONTRATANTE.

5.1.8. Os exames deverão ser realizados nas dependências da CONTRATADA.

5.1.9. A fim de não onerar o CONTRATANTE e os servidores/candidatos com despesas como transporte, alimentação, entre outras, a CONTRATADA deverá possuir local de atendimento dentro do perímetro urbano do Município de Ubiratã, sendo que os atendimentos deverão ser executados nos prazos estabelecidos.

5.1.10. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes à execução dos serviços.

5.2. Referente aos serviços de revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho:

5.2.1. Os serviços compreenderão na Revisão e/ou atualização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (conforme NR 16).

5.2.2. Os serviços e análises serão realizados in loco nas secretarias e respectivas divisões da estrutura administrativa do Município de Ubiratã, com aproximadamente 1000 servidores lotados nos cargos de Advogado, Agente Comunitário de Saúde, Agente da Defesa Civil, Agente de Combate a Endemias, Agente de Saúde, Agente Sanitário, Agente Social, Artesão, Assistente de Administração, Assistente de O. Educacional, Assistente Social, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Biblioteca, Auxiliar de Contabilidade, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Saneamento Auxiliar de Secretaria, Auxiliar de Serviços Diversos, Auxiliar Educacional, Auxiliar em Saúde Bucal, Baba, Bioquímico, Borracheiro, Cirurgião D. Prótese Dentaria, Cirurgião Dentista, Contador, Costureira, Coveiro, Cozinheiro, Cuidador Social, Educador Físico, Eletricista Instalador, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Farmacêutico, Fiscal de Obra, Fiscal Tributário, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Funileiro, Gari, Guardião de Bens Públicos, Instrutor de Arte, Instrutor de Informática, Instrutor de Musica, Jardineiro, Lavador de Veículos e Máquinas, Lubrificador Veículos Maquinas, Margarida, Mecânico de Maquinas Pesadas, Mecânico de Veículos Leves, Mecânico de Veículos Pesados, Mecânico em Geral, Medico Clinico Geral, Merendeira, Monitor (com 2º Grau Completo), Monitor (com Magistério), Motorista, Motorista de Veículos Leves, Nutricionista, Odontólogo, Operador de Maquinas, Operador de PABX, Padeiro, Pedreiro, Pintor, Procurador Jurídico, Professor, Professor de Musica, Psicólogo, Servente de Limpeza, Servente de Pedreiro, Técnico de Vigilância em Saúde, Técnico Desportivo, Técnico em Contabilidade, Técnico em Enfermagem, Técnico em Informática, Técnico em Saúde Bucal, Técnico Semidesportivo, Técnico em Tributação e Cadastro, Telefonista, Terapeuta Ocupacional, Zelador.

5.2.3. Os serviços deverão obedecer rigorosamente às leis e normas que tratam do tema.

5.2.4. Os programas e laudos deverão ser elaborados de maneira integrada.

5.2.5. Os programas PPRA e PCMSO deverão ser elaborados por profissionais devidamente inscritos em seus conselhos de classe.

5.2.6. O prazo de execução será de sessenta dias após recebimento da ordem de serviços.

5.2.6.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para refazimento/readequação será a metade do prazo inicialmente estipulado para execução, sujeitando-se à CONTRATADA às penalidades previstas no presente contrato.

5.2.6.2. Os prazos de que tratam o presente item poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2.7. Todas as despesas decorrentes dos custos para execução dos serviços contratados ficarão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

5.3. Referente aos serviços de exames complementares:

5.3.1. A execução dos serviços será de maneira fracionada.

5.3.2. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes à execução, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

5.3.3. Os exames deverão ser realizados e executados atendendo os previstos do presente contrato, de acordo com cada caso.

5.3.4. A fim de não onerar o CONTRATANTE e os servidores/candidatos com despesas como transporte, alimentação, entre outras, a CONTRATADA deverá possuir local de atendimento dentro do perímetro urbano do Município de Ubiratã, sendo que os atendimentos deverão ser executados nos prazos estabelecidos.

5.3.5. A CONTRATADA deverá manter seu estabelecimento de acordo com as normas exigências dos órgãos fiscalizadores.

5.3.6. O servidor irá até o estabelecimento da CONTRATADA munido da ordem de serviço, onde a CONTRATADA deverá realizar o exame imediatamente ou em até dois úteis, conforme agendamento. Os resultados dos exames deverão estar prontos em até cinco dias úteis, a contar da data da coleta. Os resultados deverão ser retirados pelo paciente.

5.3.6.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para refazimento/readequação será a metade do prazo inicialmente estipulado para execução, sujeitando-se à CONTRATADA às penalidades previstas no presente contrato.

5.3.6.2. Os prazos de que tratam o presente item poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.3.7. A CONTRATADA deverá prestar os serviços de segunda à sexta-feira, em horário de expediente. A coleta deverá ser realizada somente mediante apresentação da Ordem de Serviço emitida pela Divisão de Recursos Humano do Município, na qual estará descrito quais exames deverão ser realizados.

5.3.8. Os resultados dos exames deverão ser impressos, devidamente identificados e assinados por profissional devidamente habilitado.

5.3.9. O atendimento deverá ser realizado de maneira ágil, de acordo com a ordem de chegada.

5.3.10. Todo material descartável a ser utilizado na coleta do exame é de responsabilidade da CONTRATADA.

5.3.11. A CONTRATADA deverá prestar o serviço com qualidade em estabelecimento próprio, observando os dispostos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

5.3.12. É estritamente vedada a cobrança de qualquer valor adicional dos servidores.

5.3.13. A CONTRATADA deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos específicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

5.3.14. A CONTRATADA deverá assegurar aos servidores encaminhados pelo CONTRATANTE o atendimento idêntico ao realizado aos particulares, não utilizando de discriminação ou cobranças adicionais e indevidas pelos serviços executados.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO

6.1. Após a execução do serviço constante na Ordem de Serviços, o mesmo será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

6.2. O CONTRATANTE se reserva ao direito de não aceitar serviços que não tenham sido executados em conformidade com as exigências apresentadas no presente contrato.

6.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal do Contrato através de notificação, encaminhada por escrito à CONTRATADA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Serviços.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a corrigir/refazer/substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

6.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a correção/refazimento/substituição correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA.

6.4. O serviço que por ventura venha a ser recusado deverá ser corrigido/refeito/substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos da CONTRATANTE:

7.1.1. Receber a prestação do objeto deste contrato nas condições previstas;

7.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no presente contrato;

7.1.3. Modificar, unilateralmente, o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

7.1.4. Fiscalizar a execução do presente contrato;

7.1.5. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

7.2. São obrigações da CONTRATANTE:

7.2.1. Adquirir o objeto do presente contrato em sua totalidade, salvo nas hipóteses previstas em lei;

7.2.2. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

7.2.3. Cumprir os prazos previstos no presente contrato;

7.2.4. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

7.2.5. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução do objeto contratual;

7.2.6. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da contratação;

7.2.7. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.

7.3. São obrigações da CONTRATADA:

7.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes no presente contrato e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

7.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados a CONTRATANTE ou a terceiros, causados durante a execução do contrato;

7.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

7.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

7.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no presente contrato, o objeto com avarias ou defeitos;

7.3.6. Manter contatos com a CONTRATANTE, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

7.3.7. Comunicar a CONTRATANTE, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

7.3.8. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pela CONTRATANTE;

7.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

7.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

7.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do contrato;

7.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los à CONTRATANTE no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após a execução de cada serviço, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.2. A fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

8.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0301	5764	339039999900	Demais serviços de terceiros pessoa jurídica		178.452,45

9. CLÁUSULA NONA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

9.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

bela, amada e gentil

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. Os preços contratados poderão ser alterados visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10.2.1. Em eventual solicitação de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá encaminhar pedido de reequilíbrio econômico financeiro ao Gestor do Contrato, demonstrando quais itens da planilha de custos estão economicamente defasados e que estão ocasionando desequilíbrio do contrato.

10.2.2. Recebida a solicitação, a CONTRATANTE verificará os custos dos itens constantes da proposta da CONTRATADA, em confronto com a planilha de custos que deve acompanhar a solicitação de reequilíbrio e a ocorrência de fato que justifique modificações do contrato para mais ou para menos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

11.1. Os preços poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

11.2. O reajuste do preço contratado estará limitado à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, considerando o índice do mês anterior ao da apresentação da proposta e o índice do mês anterior ao do aniversário da proposta.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da contratação à servidora Maria Inês Bento.

12.2. Caberá a fiscalização da contratação ao servidor Luiz Carlos da Solidade, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Félix Tiburcio de Almeida.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula contratual durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela sua inexecução total.

13.3. A CONTRATADA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução do contrato;

13.3.2. Incorrer em inexecução contratual; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A CONTRATADA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução contratual;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação contratual;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubiratã ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a CONTRATADA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1. Constituem motivos para rescisão contratual:

14.1.1. A inexecução parcial ou total das obrigações assumidas;

14.1.2. As hipóteses especificadas nos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. A rescisão do contrato poderá ser:

14.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

14.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

14.2.3. Judicial, nos termos da legislação.

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. À CONTRATADA é vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente os direitos e obrigações decorrentes do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VINCULAÇÃO AO CONTRATO

16.1. Ficam vinculados ao contrato, dele fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da CONTRATADA.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

17.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

17.1.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

17.1.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

17.2. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

18.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubiratã, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubiratã - Paraná, XX de XXXXXX de 2022.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

000077

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00106/2022-000

1 - Itens da Licitação

1 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho

Descrição Detalhada: Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Valor Total (R\$): 178.452,45

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 10,00

Local de Entrega (Quantidade): Ubatã/PR (1)

000078

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

06/07/2022 15:37:31

Pedido de Cotação Eletrônica



Este Aviso de Licitação será Divulgado no Portal de Compras (www.gov.br/compras) na data de 07/07/2022.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão

96120 - ESTADO DO PARANA

UASG Responsável

987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA

Modalidade de Licitação

Pregão

Nº da Licitação

00106/2022

Forma de Realização

Eletrônico

Característica

Tradicional

Modo de Disputa

Aberto

Nº do Processo

5726

Tipo de Licitação

Menor Preço

Quantidade de Itens

☐ Equalização de ICMS☐ Internacional

1

Objeto

Contratação de empresa para realizar serviços de atestado de saúde ocupacional, revisão e/ou atualização de serviços na área da saúde e segurança do trabalho e realização de exames complementares, conforme detalhamento constante no termo de referência.

Data da Divulgação

07/07/2022

Data da Disponibilidade do Edital

A partir de 07/07/2022 às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação

Em 22/07/2022 às 14:00

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR 000079

QUARTA-FEIRA, 6 DE JULHO DE 2022

EDIÇÃO ESPECIAL Nº 1.590- ANO: XVII

Página 3 de 5

www.ubirata.pr.gov.br

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear servidor aprovado no Concurso Público nº 01/2018, Eduardo Lopes de Souza, para o cargo de Operador de Máquinas, 40h, Grupo Ocupacional – Operacional e de Apoio, Classe VII, Grau A, Nível 1, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos e Pavimentação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de julho de 2022.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

PORTARIA Nº 399, DE 6 DE JULHO DE 2022

Retorna servidor as suas funções, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Portaria de Designação nº 7, de 4 de janeiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Retornar as suas funções o servidor Adão Floriano de Souza, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria da Assistência Social, que se encontrava em licença para tratamento de saúde, com efeitos retroativos 01/07/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS BENTO

PROCESSOS LICITATÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5725/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2022

O Município de Ubiratã torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Por Item, visando a AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS, DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE SÃO JOÃO.

Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 8h30min do dia 22 de julho de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 8h30min do dia 22 de julho de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/> a partir de 07 de julho de 2022.

Ubiratã, Paraná, 06 de julho de 2022.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5726/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022

O Município de Ubiratã torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Global, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL, REVISÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES, CONFORME DETALHAMENTO CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 14 horas do dia 22 de julho de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 14 horas do dia 22 de julho de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/> a partir de 07 de julho de 2022.

Ubiratã, Paraná, 06 de julho de 2022.

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5620/2022

CONCORRÊNCIA Nº 3/2022

OBJETO: MICRORREVESTIMENTO ASFÁLTICO EM RUAS DO MUNICÍPIO.

A Comissão de Licitação do Município de Ubiratã comunica que depois de analisada a proposta de preços da empresa CONSTRUTORA LIOTTO – EPP, encaminhada via e-mail no dia 28 de junho de 2022, para a execução do objeto da concorrência em epígrafe, resolve aceitar e reclassificar as propostas conforme quadro a seguir:

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR
1º	CONSTRUTORA LIOTTO – EPP	R\$ 2.673.328,35
2º	PEDREIRA ITAIPU IND. E COM. DE BRITAS E ASFALTO LTDA	R\$ 2.673.408,70
3º	PAVIMENTAÇÕES E TERRAPLANAGENS SCHMITT LTDA	R\$ 2.756.117,79
4º	ENGPAV ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO LTDA	R\$ 2.789.939,62
5º	ECO SUL BRASIL CONSTRUTORA EIRELI	R\$ 3.211.727,00

Diante da necessidade de iniciar o período recursal estabelecido pelo art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 quanto à fase de julgamento das propostas, a Comissão de Licitação comunica que o inteiro teor do processo licitatório se encontra disponibilizado no Portal da Transparência do Município.

Ubiratã, Paraná, 06 de julho de 2022.

Félix Tibúrcio de Almeida

Comissão de Licitação

Guilherme Santa Rosa

Comissão de Licitação

Vitor Hugo Tibúrcio de Almeida

Comissão de Licitação



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubiratã. A Prefeitura Municipal Ubiratã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online.

[Início](#)

5726



BUSCA AVANÇADA

000080

Início (<http://www.ingadigital.com.br/transparencia>) / Busca Avançada

Icones Encontrados

Artigos Encontrados

Processos Licitatórios

(http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?id_cliente=46&sessao=2493fd822e3m24) 1

▶ PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 5726/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 106/2022

Publicação: 07/07/2022

Abertura: 22/07/2022 às 14:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

Valor Máximo: R\$ 178.452,45 (cento e setenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

Objeto:

Contratação de empresa para realizar serviços de atestado de saúde ocupacional, revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho e realização de exames complementares, conforme detalhamento constante no termo de referência.

Anexos

EDITAL

Fale Conosco

Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1852 - Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt

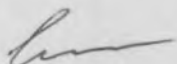
CEP: 85440-000 - Ubirata - Paraná

(44) 3543-8000

✉ ubirata@ubirata.pr.gov.br



↶ Voltar ao Site (<http://ubirata.pr.gov.br>)


000081

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Segunda à Sexta-feira: das 8h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00



Última Atualização: 07/07/2022 08:42:31

UBIRATÃ

PREFEITURA



[Handwritten signature]
000082

PORTARIAS

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

000083

PORTARIA Nº 16, DE 10 DE JANEIRO DE 2022

Designa pregoeiras e equipe de apoio, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras **Carla Baena Aguilar Melo**, ocupante do cargo de assistente de administração, e **Daniele da Costa Bartz Zem**, ocupante do cargo de Assessora II, lotadas na Secretaria da Administração, para assumirem a função de pregoeiras do Município de Ubatatã, nas licitações instauradas na modalidade Pregão, no período de 10/01/2022 a 31/12/2022.

Art. 2º Designar para integrarem equipe de apoio os servidores **Nicollas Marçal Piveta**, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Compras, CC 08, **Renan Felipe da Silva Lima**, ocupante do cargo de Assistente de Administração e **Elza de Oliveira Souza Lemes**, ocupante do cargo de Assessora II, lotados na Secretaria da Administração.

Art. 3º Caberá às Pregoeiras, em especial, conduzir a sessão pública; receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e seus anexos, mediante requerimento de subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos; verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital; coordenar a sessão pública e o envio de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Art. 4º Os trabalhos dos servidores designados serão executados conforme as disposições constantes na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:6007
6020959

Assinado de forma
digital por FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2022.01.10
16:16:52 -03'00'

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

UBIRATÃ

PREFEITURA



000084

PORTARIA Nº 5, DE 3 DE JANEIRO DE 2022

Designa gestores dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubiratã, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e considerando:

O disposto nos arts. 58, 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993, que impõem à administração o dever de fiscalização e recebimento formal e adequado dos objetos contratuais;

A necessidade do acompanhamento da qualidade, economia e minimização de riscos na execução contratual;

A necessidade de a administração pública adotar as cautelas necessárias para evitar o recebimento de bens, produtos e serviços que não atendam às necessidades do município ou estejam em desacordo com o licitado; e

Que o município deve acompanhar a efetivação dos serviços contratados assim como o recebimento dos bens e produtos adquiridos para garantir a adequação às exigências legais, contratuais e técnicas dentro de um determinado setor,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para, no uso de suas atribuições, atuarem em seu respectivo órgão como gestores dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubiratã, pelo período de 03.01.2022 a 31.12.2022:

Gabinete do Prefeito
Geraldo José dos Santos

Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Laércio França de Oliveira

Secretaria da Administração
Maria Inês Bento

Secretaria de S. Urbanos e Pavimentação
Ronaldo Felipe Maciel

Secretaria da Assistência Social
Claudíneia de Souza Lazaretti

Secretaria de Viação e Serviços Rurais
Lulz Antônio Marafon

Secretaria da Saúde
Orlando Francisco Vieira Filho

Secretaria do Esporte e Lazer
Sullivan José Mohanna Rocha

Secretaria das Finanças e Planejamento
Valdinei da Silva

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br



§1º São atribuições do Gestor de Contratos:

I - indicação do regime de execução e vigência do contrato, obrigações do município e da contratada, condições de pagamento, entre outras, durante a fase de elaboração do Termo de Referência do Edital;

II - controle geral de contratos;

III - conferência e aprovação de notas fiscais e recibos;

IV - análise da viabilidade, legalidade para recomendação à autoridade superior de concessão de reajustes e revisão de preços;

V - formalização de pedidos de termos aditivos para autorização da autoridade superior;

VI - formalização de pedidos de abertura de processo administrativo para notificação, análise e recomendação à autoridade superior para aplicação de sanções à contratada;

VII - apoiar e orientar os fiscais de contrato quanto às ocorrências registradas;

VIII - designar, nos casos de muitas divisões em seu órgão, os responsáveis de cada divisão para realizar o recebimento dos bens, produtos e serviços, orientando os responsáveis pelo recebimento e repassar a estes cópias dos contratos ou instrumento equivalente e demais informações pertinentes para o correto desenvolvimento de suas atividades; e

IX - demais obrigações decorrentes dos contratos firmados.

§2º Caberá ao Gestor designar servidores munidos de conhecimento prévio suficiente, para, no uso de suas atribuições, atuarem em seu respectivo órgão como fiscais dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubatuba, os quais terão as seguintes atribuições:

I - realizar o recebimento dos bens, produtos e serviços;

II - conhecer detalhadamente o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis, especialmente os responsáveis pelo recebimento, objetivando o fiel cumprimento do contrato;

III - conhecer a descrição dos serviços a serem executados (prazos, locais, material a ser empregado) e dos bens e produtos a serem adquiridos (marca, prazos e locais de entrega);

IV - solicitar, quando for o caso, que os serviços sejam refeitos e os produtos sejam substituídos quando apresentarem vícios, imperfeições ou incompatibilidade com disposto em contrato ou instrumento equivalente;

V - estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Gestor do Contrato às ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do serviço ou em relação a terceiros;

VI - anotar em livro de ocorrências todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

VII - responsabilizar-se pelo primeiro contato com a contratada nos casos de atraso na execução do contrato, devendo o mesmo ser efetuado através de notificação por escrito, de modo a se confirmar o recebimento;

VIII - comunicar ao Gestor do Contrato eventuais atrasos nos prazos de entrega ou execução do objeto, para que se proceda ao disposto no §1º inciso VI do artigo anterior;

bela, amada e gentil

UBIRATÃ

PREFEITURA



[Handwritten signature]
000086

IX - sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;

X - zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

XI - controlar os contratos quanto ao saldo e vigência dos mesmos, verificando a necessidade de aditivos ou novas licitações;

XII - monitorar os preços dos itens quanto à elevação ou redução providenciando os documentos e orçamentos necessários à readequação de acordo com o valor de mercado e encaminhando Solicitação de Revisão de Preços à Divisão de Licitação;

XIII - encaminhar Solicitação de Aditivo Contratual devidamente assinado pelo Gestor com justificativa e orçamentos que comprovem a viabilidade do aditamento;

XIV - planejar, organizar, estimar, orçar e encaminhar solicitações de licitações à Divisão de Licitação contendo especificações detalhadas de cada item, prazos e condições de entrega ou execução, dotação orçamentária apropriada e assinatura do secretário;

XV - acompanhar e atender prontamente os responsáveis pelo recebimento, acatando e registrando suas ocorrências, assim como dirimi-las junto aos fornecedores, ou solicitar providências ao Gestor do Contrato; e

XVI - acompanhar a Comissão de Fiscalização dos órgãos municipais e promover as adequações observadas por ela.

Art. 2º Os fiscais serão designados em cada instrumento contratual conforme indicação prévia do Gestor.

Art. 3º Os gestores e fiscais desempenharão suas funções concomitantemente com as atribuições de seus cargos ou funções.

Art. 4º Os fiscais indicados poderão, conforme solicitação prévia, serem designados para atuar em órgãos que não sejam o da sua lotação, desde que o objeto da contratação seja pertinente com a sua atuação.

Art. 5º A substituição de algum membro se dará mediante desligamento do serviço público, justificativa plausível ou inexecução de suas atribuições.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 511, de 21 de dezembro de 2021.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

O presente ato foi publicado no Jornal Oficial Eletrônico do Município de Ubiratã, Edição nº 1493, do dia 03/01/22, e está disponível no site www.ubirata.pr.gov.br, menu Jornal Oficial Online.

Secretaria da Administração
Divisão de Legislação

[Handwritten signature]
FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

h

000087

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

ILUSTRES SENHORES MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO PROCESSO LICITATÓRIO
MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ - PR

Senhor Pregoeiro

PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.515.302/0001-07, com sede na Rua Minas Gerais, 67-E, Centro, Chapecó – SC, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **MARCELO KOPSTEIN**, portador (a) da Carteira de Identidade nº 4.558.678 e do CPF nº 060.469.039-80, vem com o denodo habitual, tempestivamente e legitimamente, apresentar com fundamentos no edital do certame licitatório, bem como na lei 10.520/02 e também com fundamento no artigo 109 parágrafo 3º da lei 8666/93, interpor,

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

1. DA LEGITIMIDADE E TEMPESTIVIDADE

Consoante previsão expressa do edital no item 6 e seguintes, o prazo de impugnação é de 03 (três) dias úteis anteriores à abertura do certame, contudo, conforme previsão expressa no art. 41, § 2º, a empresa licitante poderá impugnar este edital em até 02 (dois) dias úteis anteriores a data fixada para recebimento das propostas, *in verbis*:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 2º. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as fúlsas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Desta forma, considerando prazo para impugnação de até 02 (dois) dias úteis anteriores a data fixada para recebimento das propostas, bem como o poder da licitante e de seu representante legal para a prática de tal ato, totalmente **tempestiva e legítima** a presente impugnação.

2. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO:

O motivo pelo qual passa a impugnar o edital se refere à **SEPARAÇÃO POR LOTES** dos serviços de **LAUDOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO** dos serviços relacionados a **AVALIAÇÕES CLÍNICAS E EXAMES COMPLEMENTARES**, bem como **ACERCA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, considerando a ausência da qualificação, pelos fundamentos a seguir expostos, razão pela qual solicitamos que seja incluso no edital as seguintes exigências:

a) DA SEPARAÇÃO POR LOTES DOS SERVIÇOS DE LAUDOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS À AVALIAÇÕES CLÍNICAS, EXAMES E PERÍCIA MÉDICA AUDIÇÃO

O Edital traz todos os serviços num lote único, contudo, podemos ver claramente que os serviços possuem naturezas distintas entre si, desta forma, indo ao desencontro ao princípio da competitividade, visto que em diversos órgãos públicos e privados, as empresas que realizam os laudos ocupacionais como PGR, LTCAT, PCMSO, PPP e Laudo de Insalubridade, por inúmeras vezes, não realizam exames, como admissionais, demissionais, periódicos e exames complementares.

A elaboração dos laudos ocupacionais requer uma **equipe técnica específica** composta por médico do trabalho, engenheiro de segurança do trabalho e técnico de segurança do trabalho, **profissionais com acentuada expertise**, tanto na parte relacionada aos laudos de segurança do trabalho, bem como na parte relacionada ao programa médico, considerando ainda que devem ser realizadas medições de luminosidade, vibração, ruído entre outras, conforme consta no edital e termo de referência, para a correta elaboração.

Os **serviços relacionados a avaliações e exames** elencados no edital, que são audiometria, que é realizada pelo profissional fonoaudiólogo, e os exames médicos periódicos, realizados pelo profissional médico, dentre outros, conforme termo de referência, não sendo necessariamente da especialidade do trabalho, **não requerem uma empresa licitante específica da área de medicina do trabalho.**

Assim, entende-se que as avaliações e exames podem ser realizados pro clínicas médicas locais, valorizando inclusive a economia regional, bem como agilizando muito a realização dos mesmos, já, na questão dos serviços de laudos, deve uma empresa especialista na área de medicina e segurança do trabalho, com a devida expertise, realizar os serviços, garantindo a qualidade nos laudos de suma importância para a municipalidade.

Desta forma, pelo fato de ir ao desencontro do princípio da competitividade, impedindo que diversas empresas que realizam somente os laudos, possam participar do certame, o que se traduz na redução da competitividade, a qual é vedada pela Lei 8.666/93, em seu art. 3º, § 1º, inciso I, vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 2 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Ainda, sobre o assunto, ou seja, A ADJUDICAÇÃO POR ITEM, E NÃO POR PREÇO GLOBAL, o Tribunal de Contas da União já publicou súmula sobre, vejamos:

SÚMULA Nº 247

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Na mesma feita, se faz importante a leitura da manifestação do TCU, vejamos:

TCU – Acórdão 2079/2005 – 1ª Câmara – "9.3.1. abstenha-se de incluir nos instrumentos convocatórios condições não justificadas que restrinjam o caráter competitivo das licitações, em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93;"

TCU – Decisão 369/1999 – Plenário – "8.2.6 abstenha-se de impor, em futuros editais de licitações, restrições ao caráter competitivo do certame e que limitem a participação de empresas capazes de fornecer o objeto buscado pela Administração Pública, consoante reza o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93;"

TCU – Acórdão 1580/2005 – 1ª Câmara – "Observe o § 1º, inciso I, do art. 3º da Lei 8.666/1993, de forma a adequadamente justificar a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir o universo de licitantes."

Ainda, importante se faz a leitura do renomado doutrinador Marçal Justen Filho, em sua obra *Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 13ª edição, onde o mesmo fala:

"O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter "competitivo" da licitação" (grifo nosso)

Igualmente, o doutrinador Bittencourt, em sua obra *Licitação passo a passo*, 4ª ed. Atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Temas & ideias Editora, 2002, fala sobre a invalidade das exigências que maculem o caráter competitivo da licitação, vejamos:

"O ato convocatório deve estabelecer, portanto, regras para o certame, respeitando as exigências necessárias para assegurar a proposta mais vantajosa, sendo inválidas todas que maculem o caráter competitivo da licitação, uma vez que, nos casos de competição inviável, há a autorização legal de contratação direta." (Grifo nosso)

Desta forma, por frustrar o princípio da competitividade, bem como pelo fato de que os laudos ocupacionais devem ser elaborados por empresa e profissionais com a devida expertise para tal, e considerando o fato de que os exames médicos ocupacionais, e exames audiométricos podem ser realizados por empresas e profissionais locais, fomentando a economia regional, requeremos a separação dos serviços em 02 (dois) lotes distintos, sendo:

- **LOTE 01**, referente os serviços da medicina ocupacional e da segurança do trabalho, sendo a elaboração dos laudos PPRA/PGR, PCMSO, LTCAT e LIP
- **LOTE 02** referentes aos serviços de avaliações e exames, sendo ASO – atestado de saúde ocupacional e EXAMES COMPLEMENTARES.

Por fim, caso não seja aceita a separação lotes, que a presente licitação seja julgada pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, em observância à Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União e dada a observância de que a proposta detalhada apresenta três itens distintos.

b) **DO REGISTRO DA EMPRESA E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO NO CRM E CREA**

Senhor (a) Pregoeiro (a), considerando a natureza dos serviços, devem as empresas licitantes serem devidamente registradas nos conselhos de classe pertinentes, ou seja, no CRM – Conselho Regional de Medicina e no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

O edital em comento traz a prestação dos serviços de elaboração do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos, LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho, PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional em como da elaboração de PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário.

Note que tais inscrições junto ao conselho de classe profissional devem ser tanto da pessoa física, quanto da pessoa jurídica, portanto, tanto os profissionais, como as empresas, devem ter registro no CRM e CREA.

Veja, segundo a legislação pertinente, o LTCAT pode ser elaborado tanto pelo Médico do Trabalho, bem como pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho, a Instrução Normativa nº 77, de 21 de janeiro de 2015¹, no Parágrafo único do art. 262, dispõe que:

Art. 262. Na análise do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT, quando apresentado, deverá ser verificados e constam os seguintes elementos informativos básicos constitutivos:

[...]

Parágrafo único. O LTCAT deverá ser assinado por engenheiro de segurança do trabalho, com o respectivo número da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou por médico do trabalho, indicando os registros profissionais para ambos. (Grifo nosso)

Igualmente, traz o §1º do art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991²:

Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 1º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista. (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98) (grifo nosso)

¹ https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/32120879/do1-2015-01-22-instrucao-normativa-n-77-de-21-de-janeiro-de-2015-32120750

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm

Ainda, acerca do PGR – Programa de Gerenciamento dos Riscos Ambientais, que substitui o PPRA – Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais, no início de 2022, pode ser elaborado tanto pelo engenheiro de segurança do trabalho tanto quanto pelo técnico em segurança do trabalho, bem como as vistorias e medições necessárias para a elaboração do laudo em comento podem ser realizados por ambos, considerando que a Lei não traz em momento algum a obrigatoriedade da elaboração e avaliação pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho.

Já, o PCMSO, é de elaboração privativa do Profissional Médico do Trabalho, possuidor do devido RQE – Registro de Qualificação de Especialidade, emitido pelo CRM - Conselho Regional de Medicina.

Desta forma, devem as empresas apresentarem registro de INSCRIÇÃO JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA -CRM DA SUA JURISDIÇÃO bem como O REGISTRO DO SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO JUNTO AO CRM, juntamente com o REGISTRO DA EMPRESA JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE AGRONOMIA E ENGENHARIA -CREA DE SUA JURISDIÇÃO bem como o REGISTRO DE SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO JUNTO AO CREA.

c) DO RQE – REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALISTA – DO MÉDICO DO TRABALHO

Considerando que a função precípua do objeto deste edital, mister se faz que tem a indicar o médico do trabalho com RQE - Registro de Qualidade de Especialista, emitido pelo CRM e que seja compatível com a atividade objeto deste edital, ou seja, compatível com **MEDICINA DO TRABALHO**.

O LTCAT pode ser elaborado tanto pelo médico do trabalho como pelo engenheiro de segurança do trabalho, já, o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional é de elaboração privativa do profissional médico, com especialidade em medicina do trabalho, desta feita, mais que necessário exigir a obrigatoria apresentação de tal documento

d) DO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Considerando que o PGR – Programa de Gerenciamento dos Riscos Ambientais, que substitui o PPRA – Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais, no início de 2022, pode ser elaborado tanto pelo engenheiro de segurança do trabalho tanto quanto pelo técnico em segurança do trabalho, bem como as vistorias e medições necessárias para a elaboração do laudo em comento podem ser realizados por ambos, requer-se a exigência no edital, para que seja obrigatório à apresentação de profissional técnico em segurança do trabalho, com registro no MTE.

e) **DA CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO REGISTRADA NO CREA**

Sr. Pregoeiro, a CAT – Certidão de Acervo Técnico, é o documento que comprova que o profissional engenheiro de segurança do trabalho, executou serviços iguais e/ou relacionados com os licitados, desta forma, para fim de comprovar a plena capacidade do engenheiro em segurança do trabalho, requer seja incluso na qualificação técnica, a apresentação de **CAT – Certidão de Acervo Técnico registrada no CREA da jurisdição do profissional, referente aos serviços de PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais ou PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos e ao LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho**

f) **DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Sr. Pregoeiro, o atestado de capacidade técnica é o documento que comprova que a empresa licitante desempenha e já desempenhou, com qualidade, serviços iguais e/ou relacionados com os licitados.

Veja, o art. 30, II, da lei 8.666/93 traz o amparo do pedido formulado, *in verbis*:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Desta forma, requer-se que seja incluso no edital em comento a apresentação de atestado de aptidão ou capacidade técnica, EM NOME DA LICITANTE (pessoa jurídica) para desempenho das atividades licitadas, compatível com as características o objeto licitado, com assinatura digital para fins da comprovação de sua autenticidade.

g) **DO ALVARÁ SANITÁRIO E DE FUNCIONAMENTO**

Considerando o objeto da presente licitação, que seja obrigatória a apresentação do alvará sanitário e de funcionamento da sede da empresa, onde serão realizados os serviços de consultas ocupacionais, devidamente vigente e nos termos da sua área e atividades de atuação.

h) **CADASTRO NO CONSELHO NACIONAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE**

EXIGIR que o estabelecimento de saúde possua o CNES. O CNES é a sigla do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, o qual é uma determinação do Ministério da Saúde para todos os estabelecimentos que prestem algum tipo de assistência à saúde.



000094

i) **DO BALANÇO PATRIMONIAL COM DEMONSTRATIVOS DE RENDIMENTO**

Que seja incluso no edital a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, a fim de comprovar a boa situação da empresa licitante.

j) **DA APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DE CALIBRAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO.**

Para desenvolver o integral mister desse trabalho, é necessário fazer algumas avaliações quantitativas, de modo que as empresas devem demonstrar que estão com seus aparelhos devidamente calibrados para execução destas no ato da entrega da documentação de habilitação, mediante apresentação da cópia dos seguintes equipamentos de medição:

- A) Dosímetro de Ruído;
- B) Vibrato
- C) Decibelímetro;
- D) Luxímetro;

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a licitação e o procedimento licitatório não se consubstanciam um fim em si mesmo, a finalidade administrativa, seu mérito, reside em garantir ao órgão público o melhor serviço, aliado ao melhor preço, com o fito precípua de se alcançar o interesse público. Portanto, se mantida essa decisão, estaremos na contramão do que se propõe, uma vez que a licitação é um meio para se alcançar os objetivos da administração, sobretudo o interesse público;

Deste modo, requer-se ao senhor pregoeiro:

1. Que sejam separados em lotes distintos os serviços de LAUDOS e AVALIAÇÕES AMBIENTAIS relacionados à medicina e segurança do trabalho, dos serviços de EXAMES CLÍNICOS E COMPLEMENTARES, e, no caso da não procedência do pedido, que a presente licitação seja julgada pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, em observância à Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, conforme item 3, alínea “a”;

2. Que sejam alteradas a exigência de qualificação técnica, nos termos do item 3, alíneas “b” a “J” desta impugnação, incluindo-as no presente edital;

Razões pela qual, pede-se o recebimento e conhecimento da presente impugnação, e que seja procedente em sua totalidade.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Chapecó - SC, 08 de julho de 2022.

MARCELO
KOPSTEIN:0604690
3980

Assinado de forma digital por
MARCELO
KOPSTEIN:06046903980
Dados: 2022.07.08 16:14:12
-03'00'

PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA - CNPJ 14.515.302/0001-07

MARCELO KOPSTEIN - REPRESENTANTE LEGAL

JUCESC 1960

CONTRATO SOCIAL

Sociedade: **PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA**

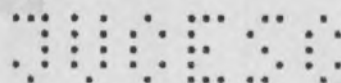
Que fazem entre si, **BERENICE REIS KOPSTEIN**, brasileira, separada judicialmente, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 2.852.626, expedida pela SSP/SC, em 02/06/2009, inscrito no CPF sob o nº 442.468.460-15, nascida em 27/03/1966, natural de Santa Maria-RS, residente e domiciliada na Rua Minas Gerais, 67- E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, Cep: 89.801-015; **MARCELO KOPSTEIN**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.558.678 expedida pela SSP/SC, em 02/06/2006, inscrita no CPF sob o nº 060.469.039-80, nascido em 25/11/1988, natural de Chapecó-SC, residente e domiciliado Rua Minas Gerais, 67 E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, Cep: 89.801-015 e **MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de Comunhão Universal de Bens, portador da cédula de identidade 9017389711, expedida pela SSP/RS em 15/07/1980, inscrito no CPF sob nº 117.867.360-04, nascido em 08/11/1947, natural de Rio Grande-RS, residente e domiciliado na Rua Israel, 530 D, Bairro Santa Maria, na cidade de Chapecó-SC, CEP 89.812-500, por este instrumento particular e na melhor forma de direito, constituem uma **SOCIEDADE LIMITADA**, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade ora constituída girará sob o nome empresarial de "**PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA**", e sua sede social será na Rua Minas Gerais, 67 E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, Cep: 89.801-015, tendo como nome fantasia "**PREVEN MED**".

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade constituiu uma filial denominada **PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA**, estabelecida na Rua Plínio Arlindo de Nes, 270 D, Acesso BR 282, Bairro Lider, na cidade de Chapecó-SC, CEP 89.805-290.



JUCESC 1961

CLÁUSULA TERCEIRA

O capital social é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) dividido em 5.000 (cinco mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e integralizadas neste ato em moeda corrente nacional pelos sócios, e distribuída na seguinte proporção:

BERENICE REIS KOPSTEIN	40% de participação	2.000 quotas	R\$ 2.000,00
MARCELO KOPSTEIN	40% de participação	2.000 quotas	R\$ 2.000,00
MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA	20% de participação	1.000 quotas	R\$ 1.000,00
TOTAL	100% de participação	5.000 quotas	R\$ 5.000,00

CLÁUSULA QUARTA

O capital social fica assim distribuído entre Matriz e Filial:

PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA - MATRIZ	R\$ 4.000,00
PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA - FILIAL	R\$ 1.000,00
Total	R\$ 5.000,00

CLÁUSULA QUINTA

O objeto social será: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À EMPRESAS EM MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO; SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR REGISTRO GRÁFICO; POSTO DE COLETA DE MATERIAL PARA ANÁLISES CLÍNICAS.**

Parágrafo Único: A responsabilidade técnica perante o Conselho Regional de Medicina é de **Marcus Vinicius da Silveira**, inscrito no CRM/SC sob nº 11.464.

CLÁUSULA SEXTA

A sociedade iniciará suas atividades em 25 de outubro de 2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

mk

000098

JUCESC 1962

CLÁUSULA SETIMA

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA NONA

A administração da sociedade caberá a sócia **BERENICE REIS KOPSTEIN** e ao sócio **MARCELO KOPSTEIN**, de forma conjunta ou isoladamente, com poderes e atribuições de administrador autorizando o uso do nome empresarial, dispensando-os de caução e investidos dos mais amplos e gerais poderes, podendo representá-la em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, assinando todos os documentos necessários à gestão dos negócios, podendo inclusive nomear procuradores.

CLÁUSULA DÉCIMA

Pelo exercício da administração, os sócios-administradores farão jus a uma retirada mensal a título de pró-labore, reajustável a qualquer época do exercício social, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

mk
R

JUCESC

JUCESC 1963

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O falecimento ou retirada de qualquer sócio não acarretará a dissolução da sociedade, que prosseguirá sem interrupção com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A sociedade será dissolvida por deliberação unânime dos sócios e nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os administradores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

MK
R

000100

JUCESC 1964

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA

Nos casos omissos ou duvidosos que surgirem na vigência do presente contrato, serão dirimidos pela Lei 10.406/2002 e de outros dispositivos legais que lhe sejam aplicáveis, ficando eleito o fórum de Chapecó-SC.

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Chapecó-SC, 17 de outubro de 2011.

Berenice Reis Kopstein
BERENICE REIS KOPSTEIN

Marcelo Kopstein
MARCELO KOPSTEIN

Marcos Bongalharo da Silveira
MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA

1º Tabelionato de Notas e Oficial de Protestos - Bel. Ivanio Loss Porto - Tabelião
Rua Barão do Rio Branco nº 133-D - Centro - 89.801-030, Chapecó-SC - (49) 3322-0702

Reconheço verdadeira a(s) firma(s) de:
MARCELO KOPSTEIN.....
MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA.....
BERENICE REIS KOPSTEIN.....
Dou fé. Chapecó, 17 de Outubro de 2011
Em testemunho _____ da Verdade.

VERONI PEREIRA DE OLIVEIRA REMUS - ESCRIVENTA
Emolumentos 6,00 + Selo 3,60 = Total 9,60
Selo de Autenticidade nº CFN28271 a CFN28273



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 25/10/2011 SOB Nº: 42204768114
Protocolo: 11/305411-4, DE 24/10/2011

PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA

Blasco Borges Barcellos
BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 27/10/2011 SOB Nº: 42900950697
Protocolo: 11/305411-4, DE 24/10/2011

Empresa: 42 2 0476811 4
PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA

Blasco Borges Barcellos
BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL

00010100100



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4BIX078PLD10Uq013-eHwchave2=Ug8cwmsph_-ckg55CvuirA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 06046903980-MARCELO KOPSTEIN|11786736004-MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE
PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
CNPJ Nº 14.515.302/0001-07**

MARCELO KOPSTEIN nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 25/11/1988, SOLTEIRO, natural da cidade de(o) CHAPECO - SC, EMPRESARIO, CPF nº 060.469.039-80, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 4.558.678, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA MINAS GERAIS, 67 E, CENTRO, CHAPECO, SC, CEP 89.801-015, BRASIL.

MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 08/11/1947, CASADO em COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, natural da cidade de(o) RIO GRANDE - RS, EMPRESARIO, CPF nº 117.867.360-04, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 9017389711, órgão expedidor SSP - RS, residente e domiciliado(a) no(a) RUA GUAPORE- E, 72, APTO 501, CENTRO, CHAPECO, SC, CEP 89.802-300, BRASIL.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial **PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº **42204768114**, com sede Rua Minas Gerais, 67 E, Centro Chapecó, SC, CEP 89801015, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº **14.515.302/0001-07**, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

QUADRO SOCIETÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Retira-se da sociedade o sócio **MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA**, detentor de 9.000 (Nove Mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, correspondendo a R\$ 9.000,00 (Nove Mil Reais).

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

CLÁUSULA SEGUNDA. O sócio **MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA** transfere suas quotas de capital social, que perfaz o valor total de R\$9.000,00 (Nove Mil Reais), direta e irrestritamente ao sócio **MARCELO KOPSTEIN**, da seguinte forma: VENDA, dando plena, geral e irrevogável quitação.

Após a cessão e transferência de quotas, e da retirada de sócio, fica assim distribuído: **MARCELO KOPSTEIN**, com 180.000 (Cento e Oitenta Mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 180.000,00 (Cento e Oitenta Mil Reais)

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) **MARCELO KOPSTEIN** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA QUARTA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia

Req: 81900001446620

Página 1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 06/11/2019

Arquivamento 20195277279 Protocolo 195277279 de 06/11/2019 NIRE 42204768114

Nome da empresa PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 245371888031344

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/11/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;



06/11/2019

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE
PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
CNPJ Nº 14.515.302/0001-07**

popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA QUINTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em CHAPECÓ-SC.

CLÁUSULA SEXTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob o nome empresarial de “**PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA**”, tem sua sede social na Rua Minas Gerais, 67 E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, Cep: 89.801-015, tendo como nome fantasia “**PREVEN MED**”.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade constituiu uma filial denominada **PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA**, estabelecida na Av. Brasil, 530, Sala 01 e 02, Bairro Centro, em Pato Branco -PR, CEP 85.501.071, com o mesmo objeto social da matriz.

CLÁUSULA TERCEIRA

O capital social é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) dividido em 180.000 (cento e oitenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas pelos sócios em moeda corrente nacional, e distribuída na seguinte proporção:

MARCELO KOPSTEIN, com 180.000 (cento e oitenta mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) integralizado.

CLÁUSULA QUARTA

O objeto social é: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À EMPRESAS EM MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO e SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR REGISTRO GRÁFICO.**

Parágrafo Único: A responsabilidade técnica perante o Conselho Regional de Medicina é de **Marcus Vinícius da Silveira**, inscrito no CRM/SC sob nº 11.464.

CLÁUSULA QUINTA

A sociedade iniciou suas atividades em 25 de outubro de 2011 e seu prazo de duração é indeterminado.



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE
PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
CNPJ Nº 14.515.302/0001-07**

CLÁUSULA SEXTA

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA

A administração da sociedade caberá isoladamente ao sócio **MARCELO KOPSTEIN**, com poderes e atribuições de administrador autorizando o uso do nome empresarial, dispensando-os de caução e investidos dos mais amplos e gerais poderes, podendo representá-la em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, assinando todos os documentos necessários à gestão dos negócios, podendo inclusive nomear procuradores.

CLÁUSULA NONA

Pelo exercício da administração, o sócio-administrador fará jus a uma retirada mensal a título de pró-labore, reajustável a qualquer época do exercício social, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O falecimento ou retirada de qualquer sócio não acarretará a dissolução da sociedade, que prosseguirá sem interrupção com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE
PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
CNPJ Nº 14.515.302/0001-07**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A sociedade será dissolvida por deliberação unânime dos sócios e nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer o comércio ou a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Nos casos omissos ou duvidosos que surgirem na vigência do presente contrato, serão dirimidos pela Lei 10.406/2002 e de outros dispositivos legais que lhe sejam aplicáveis, ficando eleito o fórum de Chapecó-SC.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

CHAPECÓ-SC, 6 de novembro de 2019.

MARCELO KOPSTEIN

MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA



000105

**JUCESC**
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA

195277279

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
PROTOCOLO	195277279 - 06/11/2019
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42204768114
CNPJ 14.515.302/0001-07
CERTIFICO O REGISTRO EM 06/11/2019
SOB N: 20195277279

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 06046903980 - MARCELO KOPSTEIN
Cpf: 11786736004 - MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

06/11/2019

Certifico o Registro em 06/11/2019

Arquivamento 20195277279 Protocolo 195277279 de 06/11/2019 NIRE 42204768114

Nome da empresa PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 245371888031344

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/11/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

Handwritten signature



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2312731264

NOME MARCELO KOPSTEIN	
DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF 4558678 SSP SC	
CPF 060.469.039-80	DATA NASCIMENTO 25/11/1988
FILIAÇÃO DEYVIS KOPSTEIN BERENICE REIS KOPSTEIN	
PERMISSÃO []	ACC []
CAT. HAB. A.B.	
Nº REGISTRO 04053659803	VALIDADE 05/01/2032
1ª HABILITAÇÃO 05/03/2007	

OBSERVAÇÕES

Marcelo Kopstein

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL FLORIANÓPOLIS, SC	DATA EMISSÃO 06/01/2022
----------------------------	----------------------------

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

62868198675
SC171449436

SANTA CATARINA

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



000107

ANÁLISE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 106/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 5726/2022

Objeto: Contratação de empresa para realizar serviços de atestado de saúde ocupacional, revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho e realização de exames complementares, conforme detalhamento constante no termo de referência.

A empresa **PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA**, encaminhou pedido de impugnação ao referido processo, onde discorre das razões;

O motivo pelo qual passa a impugnar o edital se refere à SEPARAÇÃO POR LOTES dos serviços de LAUDOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO dos serviços relacionados à AVALIAÇÕES CLÍNICAS E EXAMES COMPLEMENTARES, bem como ACERCA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, considerando a ausência da qualificação, pelos fundamentos a seguir expostos, razão pela qual solicitamos que seja incluso no edital as seguintes exigências:

A) DA SEPARAÇÃO POR LOTES DOS SERVIÇOS DE LAUDOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS À AVALIAÇÕES CLÍNICAS, EXAMES E PERÍCIA MÉDICA AUDIÇÃO

O Edital traz todos os serviços num lote único, contudo, podemos ver claramente que os serviços possuem naturezas distintas entre si, desta forma, indo ao desencontro ao princípio da competitividade, visto que em diversos órgãos públicos e privados, as empresas que realizam os laudos ocupacionais como PGR, LTCAT, PCMSO, PPP e Laudo de Insalubridade, por inúmeras vezes, não realizam exames, como admissionais, demissionais, periódicos e exames complementares.

A elaboração dos laudos ocupacionais requer uma equipe técnica específica composta por médico do trabalho, engenheiro de segurança do trabalho e técnico de segurança do trabalho, profissionais com acentuada expertise, tanto na parte relacionada aos laudos de segurança do trabalho, bem como na parte relacionada ao programa médico, considerando ainda que devem ser realizadas medições de luminosidade, vibração, ruído entre outras, conforme consta no edital e termo de referência, para a correta elaboração. Os serviços relacionados a avaliações e exames elencados no edital, que são audiometria, que é realizada pelo profissional fonoaudiólogo, e os exames médicos periódicos, realizados pelo profissional médico, dentre outros, conforme termo de referência, não sendo necessariamente da especialidade do trabalho, não requerem uma empresa licitante específica da área de medicina do trabalho.

B) DO REGISTRO DA EMPRESA E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO NO CRM E CREA

Senhor (a) Pregoeiro (a), considerando a natureza dos serviços, devem as empresas licitantes serem devidamente registradas nos conselhos de classe pertinentes, ou seja, no CRM – Conselho Regional de Medicina e no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. O edital em comento traz a prestação dos serviços de elaboração do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos, LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho, PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional em como da elaboração de PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário.

Note que tais inscrições junto ao conselho de classe profissional devem ser tanto da pessoa física, quanto da pessoa jurídica, portanto, tanto os profissionais, como as empresas, devem ter registro no CRM e CREA.



000108

- C) DO RQE – REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALISTA – DO MÉDICO DO TRABALHO
- D) DO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
- E) DA CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO REGISTRADA NO CREA
- F) DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
- G) DO ALVARÁ SANITÁRIO E DE FUNCIONAMENTO
- H) CADASTRO NO CONSELHO NACIONAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE
- I) DO BALANÇO PATROMINAL COM DEMONSTRATIVOS DE RENDIMENTO
- J) DA APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DE CALIBRAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO.

A pregoeira solicitou parecer do auxílio técnico do departamento emissor do termo de referência, ao qual informou que de fato avaliou ser necessário realizar modificações ao edital e de acrescentar as informações necessárias.

Dessa forma em análise feita pela pregoeira conforme resposta da área técnica da provimento a impugnação, se fazendo necessário a retificação do edital e a reposição do prazo inicialmente concedido para reabertura da sessão.

Ubatuba/Pr. 11 de Julho de 2022.

DANIELE DA
COSTA BARTZ
ZEM:07973318917

Assinado de forma digital
por DANIELE DA COSTA
BARTZ ZEM:07973318917
Dados: 2022.07.11
16:13:11 -03'00'

Daniele da Costa Bartz Zem
Pregoeira

licitacao@ubirata.pr.gov.br

De: <licitacao@ubirata.pr.gov.br>
Data: segunda-feira, 11 de julho de 2022 15:46
Para: <licitacoes@totallifebrasil.com.br>
Anexar: LICITAÇÃO ASO RH 2020_pdf.pdf
Assunto: Re: PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS - Pregão Eletrônico N° 106/2022

Boa tarde Sr. fornecedor,

Segue resposta ao pedido de esclarecimento. Vendo alguns pontos do edital que precisa ser alterado o edital será retificado e prorrogado, em breve será republicado.

É correto afirmar que a subcontratação vetada no Edital não está configurada a forma de prestação de serviços acima?

conforme item 15.1:

15.1. É CONTRATADA vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente os direitos e obrigações decorrentes do contrato.

b) É correto afirmar que uma vez que possuímos rede credenciada no Município de Ubatuba, podemos participar do processo licitatório, não sendo necessário a comprovação de filial ou sede no presente Município? A empresa deverá seguir os itens do edital. (Edital sofrerá alteração, em breve será republicado).

2 - Considerando que no portal da Transparência, não localizamos os contratos e/ou Atas de Registros de Preços com o objeto de prestação em Medicina do trabalho, questionamos se o objeto em questão do presente Edital, está sendo licitado a primeira vez ou se já fora licitado anteriormente?

R: Sim, temos o processo em anexo que está na íntegra.

Daniele

Divisão de Licitação

From: licitacoes@totallifebrasil.com.br
Sent: Friday, July 08, 2022 3:42 PM
To: licitacao@ubirata.pr.gov.br
Cc: 'Rubens Miguel, Comercial - Total Life Brasil'
Subject: PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS - Pregão Eletrônico N° 106/2022

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

Dados do Solicitante:

Razão social: Total Life Assistência Vida Ltda.

CNPJ: 09.079.572.0001/82

Endereço: Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 260, sala 303 - Edifício Royal Business Center - Centro, Florianópolis/SC, cep: 88015-100

Telefone: (48) 3028-5858

E-mail: licitacoes@totallifebrasil.com.br

PREGÃO ELETRÔNICO N° 106/2022

Ao Senhor Responsável do Setor de Licitações,

A Total Life Assistência à Vida Ltda, devidamente informada nos dados supra, vem respeitosamente, solicitar esclarecimentos sobre o Edital do Pregão Eletrônico nº: 106/2022.

Os questionamentos a seguir, sustentados pelo princípio da Transparência, da Isonomia, da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Probidade Administrativa, da Igualdade, e principalmente, do Julgamento Objetivo.

Por esta razão, o pedido de esclarecimentos tem o escopo de: Garantir o orçamento correto para todos os itens da proposta de preço; Garantir a saúde da equação econômico-financeira das partes; Evitar desclassificação por omissão de informação ou informação errônea; Garantir a qualidade objeto pela contratada; Identificar o padrão de julgamento da Planilha de Custo e Formação de Preço realizado por esta, e por estes motivos requer atenção na leitura para que as respostas dos esclarecimentos possam ser feitas de forma clara, objetiva, exata, sem subjetividade e eliminando qualquer ruído no entendimento entre o licitante e a administração.

Deste modo, seguem abaixo as dúvidas a serem sanadas, com base nos itens do Edital Pregão Eletrônico nº: 106/2022. vejamos.

Questionamentos:

1 - A licitante é uma empresa especializada em gestão e execução de serviços com ênfase em medicina e segurança ocupacional. Nossa empresa possui uma ampla rede credenciada por todo País. Nossos atendimentos são realizados em parte, através da nossa sede, passando pela nossa gestão, agendamento de consultas e resultados, e, parte através de nossa rede credenciada, como apoio. Deste modo, questionamos:

a) É correto afirmar que a subcontratação vetada no Edital não está configurada a forma de prestação de serviços acima?

b) É correto afirmar que uma vez que possuímos rede credenciada no Município de Ubatuba, podemos participar do processo licitatório, não sendo necessário a comprovação de filial ou sede no presente Município?

2 - Considerando que no portal da Transparência, não localizamos os contratos e/ou Atas de Registros de Preços com o objeto de prestação em Medicina do trabalho, questionamos se o objeto em questão do presente Edital, está sendo licitado a primeira vez ou se já fora licitado anteriormente?

Se caso já tenha sido ocorrido outro contrato anterior, solicitamos por gentileza cópia do contrato, visto que no site da transparência não demonstra essas informações.

Sem mais para o momento.

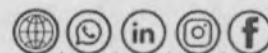
Atenciosamente,



Maira Rosa
Suporte de Licitações

Telefone: 48 3028-5858
Ramal: 3062

TOTALlife®
Assistência à Vida



EDITAL RETIFICADO

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

EDITAL RETIFICADO E PRORROGADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5726/2022

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI/ME/EPP

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Ubiratã, pessoa jurídica de direito público, UASG 987933, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por intermédio do Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, torna pública a realização da Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 001/2012, Decreto Municipal nº 11, de 12 de fevereiro de 2020 e subsidiariamente às exigências do presente edital.

1.2. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, conforme datas e horários definidos abaixo:

1.2.1. DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: ATÉ ÀS 08H30MIN DO DIA 28 DE JULHO DE 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.2.2. DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: A PARTIR DAS 08H30MIN DO DIA 28 DE JULHO DE 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.3. Este edital e o termo de referência foram elaborados dentro dos moldes fornecidos pela secretaria requisitante.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação visa à escolha da proposta mais vantajosa para o seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL, REVISÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES, CONFORME DETALHAMENTO CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

2.2. Havendo divergências entre as especificações dos itens deste edital com as constantes no Compras.gov.br, em especial quanto ao detalhamento do objeto licitado, prevalecerão as previstas em edital.

2.3. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, devendo o lance ser ofertado pelo VALOR TOTAL DE CADA ITEM, observadas às exigências contidas neste edital e seus anexos quanto à especificação do objeto.

3. DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

3.1. O valor máximo aceitável deste certame está fixado em R\$ 178.452,45 (cento e setenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

3.2. Serão sumariamente desclassificadas as propostas que após a etapa de lances/negociação possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos estabelecidos pelo edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0301	5764	339039999900	Demais serviços de terceiros pessoa jurídica		178.452,45

5. DA APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS DO ART. 48 DA LC Nº 123/06

5.1. A presente licitação estabelece a participação exclusiva de MEI/ME/EPP uma vez que os valores dos itens de contratação não superam o limite previsto no art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer cidadão ou licitante poderá requisitar esclarecimentos ou impugnar este edital.

6.2. O pedido de esclarecimento ou impugnação poderá ser realizado por forma eletrônica, através do e-mail licitacao@ubirata.pr.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço disposto no preâmbulo deste edital.

6.3. O pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimento ou à impugnação em até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, com base nos subsídios formais requisitados aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos.

6.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou impugnação será encaminhado via e-mail à requerente, divulgado no Compras.gov.br e disponibilizado no Portal da Transparência do Município, junto aos demais documentos do presente pregão.

6.5. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

6.6. Os pedidos de esclarecimento ou impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7. Os casos excepcionais de concessão de efeito suspensivo serão motivados pelo pregoeiro, nos autos do processo da licitação.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.4. A Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

8.1. Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no SICAF.

8.1.1. As Licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.

8.2. Não poderão participar da presente licitação:

8.2.1. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

8.2.2. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o município de Ubiratã, conforme Art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;

8.2.3. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública com fulcro no Art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

8.2.4. Que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

8.2.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

8.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

8.3. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

8.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC nº 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

8.3.1.1. A assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do certame.

8.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

8.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

8.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

8.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.3.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

8.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a Licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

8.5. A declaração digital acima descrita substitui o envio de declaração assinada via sistema.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. As Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, até as **ATÉ ÀS 08H30MIN DO DIA 28 DE JULHO DE 2022**, horário de Brasília, Distrito Federal, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. Concomitantemente com a proposta, a Licitante deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos no edital.

9.3. As Licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no cadastro.

9.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.5. As Licitantes deverão apresentar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/06, sob pena de inabilitação.

9.6. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.7. Até a abertura da sessão pública, as Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da Licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. A Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações referentes à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.1.2. Valor unitário e total do item, com no máximo duas casas decimais;

10.1.1. O preenchimento dos valores no sistema deverá obedecer à forma disposta no Termo de Referência para fins do julgamento objetivo da licitação, sob pena de desclassificação da proposta conforme disposto no subitem 11.4 do presente edital.

10.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.4. O prazo de validade da proposta será de noventa dias, a contar da data de sua apresentação.

10.5. A proposta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A apresentação da proposta implicará:

10.6.1. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este edital e seus anexos;

10.6.2. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais e condições para execução dos serviços.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

11.1. A partir das **08H30MIN DO DIA 28 DE JULHO DE 2022**, horário de Brasília - DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.3. Cabe à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis, **apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento**, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.

11.4.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a Licitante.

11.4.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.6.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, devendo o lance ser ofertado pelo **VALOR TOTAL DE CADA ITEM**.

A. As Licitantes que ofertarem lances sobre o valor unitário do item, caso não seja possível a exclusão pelo pregoeiro, deverão honrar a proposta no preço ofertado para a execução do quantitativo total do objeto, sob pena de aplicação das penalidades previstas em edital pelo não mantimento da proposta.

11.6.2. No caso de o lance da Licitante incidir em valor unitário com mais de duas casas após a vírgula, serão desconsiderados os demais valores, prevalecendo apenas duas casas decimais para fins de contratação.

A. Nesse caso, o valor arredondado será informado pelo pregoeiro no campo "valor negociado".

11.7. As Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

11.8. A Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

11.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA "ABERTO", em que as Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.10.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.12. Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da Licitante.

11.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.15. Caso a Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.16. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta a Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

11.17.1. Nessa fase, a Licitante que tiver ofertado proposta ou lance superior ao máximo estabelecido pelo edital e não aceitar a negociação de preços será desclassificada para o item;

11.17.2. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a Licitante para que seja obtido preço melhor.

11.17.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final da Licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de **duas horas** a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema Compras.gov.br, e deverá conter:

12.1.1. O número e a modalidade da presente licitação;

12.1.2. Razão social, endereço, telefone, e-mail e o CNPJ da proponente;

12.1.3. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela Licitante ou seu representante legal;

12.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da Licitante vencedora, para fins de pagamento;

12.1.5. Conter a indicação do preposto da Licitante, apto a representá-la na execução do Contrato;

12.1.6. Conter os preços unitários e totais dos itens que compõem os serviços readequados ao último lance ofertado, vedada à apresentação de valores superiores aos máximos estabelecidos pelo Termo de Referência.

12.2. O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação da Licitante convocada ou por decisão do pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

12.3. O modelo de proposta consta no Anexo II do presente edital.

12.4. A Licitante que abandonar o certame deixando de enviar a proposta quando convocada será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.5. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

12.6.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra Licitante.

12.8. As propostas e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto ao estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

13.2. Serão desclassificadas as propostas:

13.2.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

13.2.2. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

13.2.3. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

13.2.4. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

13.3. Também será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.3.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.3.4. O pregoeiro poderá convocar a Licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.3.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela Licitante, antes de findo o prazo.

13.3.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço/bem/produto ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.5. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

13.6. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da Licitante, observado o disposto neste edital.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. SICAF;

14.1.2. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

14.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

14.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

14.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será diligenciado para verificação de fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.3.3. A Licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.4. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a Licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

14.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das Licitantes será verificada, primeiramente, por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, conforme documentação exigida para esta licitação.

14.6.1. A Licitante deverá anexar no sistema Compras.gov.br, juntamente com o cadastro da proposta eletrônica e até a abertura da sessão pública, os documentos desatualizados ou não abrangidos pelo SICAF.

14.6.2. É dever de a Licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

14.6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da Licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).

14.6.4. A Licitante detentora do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a Licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.

14.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais e não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.10. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Para a habilitação da Licitante detentora da melhor oferta, será exigida a documentação relativa a:

14.11.1. Habilitação Jurídica:

A. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

B. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

C. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

D. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

E. Documento de identificação com foto (RG) do (s) sócio (s) proprietário (s);

F. Cadastro de Pessoa Física (CPF) do (s) sócio (s) proprietário (s).

14.11.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.11.3. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

14.11.4. Todos os documentos deverão ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial, autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

14.11.5. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.



14.11.6. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

14.11.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- A. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- B. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal;
- C. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- D. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- E. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante;
- F. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante.

14.11.8. Qualificação Técnica:

- A. Alvará vigente do estabelecimento da empresa, emitido pela Vigilância Sanitária;
- B. Comprovação de registro da empresa no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);
- C. Registro da empresa e do profissional/responsável técnico que executará os serviços no conselho de classe competente, devendo o profissional possuir formação/especialidade pertinente à função.

14.11.9. Qualificação Econômico - Financeira

- A. Não será exigida qualificação econômico-financeira para a presente licitação.

14.11.10. Documentação Complementar

- A. Declaração Unificada, conforme modelo constante no Anexo III.

14.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a Licitante seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.13. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela Licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.14. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra empresa

com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.16. Será inabilitada a Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos junto à proposta eletrônica, através do SICAF ou quando convocada, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

14.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, a Licitante será declarada vencedora.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2. Havendo quem se manifeste, o pregoeiro verificará a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2. No juízo de admissibilidade das intenções de recurso será avaliado pelo pregoeiro tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

15.2.3. A falta de manifestação motivada da Licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a Licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todas as Licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da Licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto da licitação será adjudicado a Licitante declarada vencedora, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado ou aceito e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo para assinatura ou devolução do Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município.

18.3. Se a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das Licitantes, na ordem de classificação, e

assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora, conforme disposto no art. 4º, incisos XVI e XXIII da Lei 10.520/02.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Sujeitam-se as Licitantes as seguintes penalidades:

19.1.1. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicado à penalidade de impedimento de licitar e contratar com o município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Ensejar o retardamento na execução do objeto do certame;
- B - Fizer declaração falsa;
- C - Cometer fraude fiscal quanto aos documentos desta natureza utilizado para habilitar-se nas licitações;
- D - Omitir o real enquadramento da empresa;
- E - Realizar conluio, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.1.1.1. Considera-se o retardamento na execução do objeto do certame previsto na alínea "A", qualquer ação ou omissão da licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato.

19.1.2. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Não manter proposta e/ou deixar de encaminhar proposta readequada quando convocada;
- B - Recusar-se injustificadamente em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ou não atender os requisitos exigidos para qualificação técnica, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

19.1.2.1. Considera-se o não mantimento da proposta previsto na alínea "A", a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigido, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

19.1.3. Detenção de 02 (dois) a 04 (quatro) anos à Licitante que:

- A - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da Licitação.

19.2. Concomitante às penalidades previstas, se sujeita à Licitante ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02

19.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

19.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estarão previstas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato.

20. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

20.1. Fica garantido ao Município de Ubiratã o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

20.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

20.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

20.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

20.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e o Município de Ubiratã não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.2. Município de Ubiratã não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital obtidas por meio de terceiros.

21.3. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

21.5. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.6. No interesse do Município, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

21.6.1. Adiada a data da abertura desta licitação;

21.6.2. Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

21.7. É facultado ao (à) pregoeiro (a), ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.9. Todos os documentos que se exige cópia autêntica poderão ser autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

21.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

21.13. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.15. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.16. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

21.17. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.ubirata.pr.gov.br, <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Divisão de Licitação, localizada no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.18. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



[Handwritten signature]

000131

- 21.18.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 21.18.2. Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;
- 21.18.3. Anexo III – Modelo de Declaração Unificada;
- 21.18.4. Anexo IV - Minuta de Contrato.

Ubiratã, Paraná, 11 de julho de 2022.

[Handwritten signature of Fabio de Oliveira Dalécio]

FABIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5726/2022

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, se destina à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL, REVISÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES, CONFORME DETALHAMENTO CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. O intuito da realização do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO (admissional, demissional, mudança de função, periódico, exame de sanidade física e mental, retorno ao trabalho por qualquer tipo de afastamento por mais de 30 dias das atividades laborais e licença por motivo de doença em pessoa da família), é agir como um agente preventivo que, por meio de exames periódicos e constante acompanhamento profissional, zele pela saúde física e mental dos seus colaboradores. O exame admissional é realizado antes de o candidato assumir suas atividades na empresa, onde será avaliado o estado de saúde do candidato e verificar se está apto a realizar as atividades inerentes ao cargo em que prestou concurso. Este serviço também será realizado aos futuros servidores comissionados e estagiários. Tem como objetivo verificar a existência de limitações que possam prejudicar ou agravar a saúde do servidor, no exercício das funções para o cargo que vai ocupar. Os exames periódicos são realizados ao longo das atividades, conforme NR7, aos servidores expostos a riscos que possam levar ao agravamento ou desencadeamento de doença ocupacional. O exame de retorno ao trabalho é realizado no primeiro dia que o trabalhador voltar ao trabalho, quando tiver se ausentado por período igual ou superior a 30 dias, em virtude de doença ou acidente, ocupacional ou não, ou parto, mesmo ao retorno de licença sem remuneração. O objetivo do exame de retorno ao trabalho é análogo ao exame admissional, atestar que o trabalhador encontra-se apto para assumir suas atividades. O exame demissional deverá ser realizado até a data da rescisão do contrato de trabalho/exoneração. Quanto ao exame de sanidade física e mental, serão destinados aos motoristas condutores de transportes de coletivos e ambulâncias, em conformidade com a legislação do DETRAN. A avaliação por afastamento do servidor por mais de 30 dias de suas atividades laborais e em virtude de licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Estatuto dos Servidores.

Em se tratando da elaboração dos Programas de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, laudo de insalubridade, laudo de periculosidade em face da necessidade de se estabelecer diretrizes atinentes à implementação de ações destinadas à promoção de saúde ocupacional, à prevenção de riscos e doenças referentes ao trabalho, como também à ocorrência de acidentes em serviço.

Quanto à contratação de empresas especializadas em realizar exames admissionais, periódicos e retorno ao trabalho, os mesmos servirão de suporte para diagnosticar as condições de saúde dos futuros servidores, servidores efetivos e de servidores que por motivos de saúde foram afastados de suas funções. Os exames admissionais funcionam como a garantia de que o futuro servidor encontra-se em perfeitas condições de saúde, tanto físico quanto mental, para exercer as funções do cargo em que prestou o

concurso. Os exames periódicos são utilizados no decorrer da vida profissional do servidor, de forma preventiva, onde se analisa se houve alguma alteração na saúde do servidor em virtude de sua atividade profissional. A periodicidade da realização desses exames varia de acordo com a atividade desenvolvida e o risco. Os exames de retorno ao trabalho têm o intuito de avaliar se o servidor se encontra apto a realizar suas atividades laborais, após ser dispensado de exercer sua atividade profissional por motivo de doença ou acidente de trabalho. Em todos os casos os exames são solicitados por médico com conhecimentos específicos que de acordo com o laudo PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) solicita os exames onde os servidores os providenciam, que em retorno ao médico há a emissão laudos baseando-se nos resultados dos exames, anteriormente solicitados. Todos os exames e laudos formam um registro importantíssimo, o qual resguarda o município sobre as condições físicas e mentais de todos os servidores.

Considerando que as despesas com tais exames são custeadas pelo Município, considerando ainda que as pessoas submetidas aos mesmos são ou serão servidores públicos municipais, a empresa a realizar o serviço deverá possuir local próprio para atendimento, cumprindo todas as legislações sanitárias, dentro dos limites do Município de Ubitatã. É inviável que a empresa contratada possua sede em outro município, uma vez que a administração não pode custear despesas com deslocamento/alimentação para os servidores, tampouco a empresa poderá arcar com tais custos. Ademais, o Município não pode submeter o servidor a ir para outro município realizar exames para exercício de sua função na administração.

3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Atestado de Saúde Ocupacional – ASO:

ITEM 01 - ASO					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
1	Atestado de Saúde Ocupacional - ASO (admissional, demissional, mudança de função, retorno ao trabalho e periódico).	400	UN	50,00	20.000,00
TOTAL ITEM 01				R\$ 20.000,00	

3.2. Revisão PCMSO/LTCAT:

ITEM 02 – REVISÃO PCMSO/LTCAT					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
2	Revisão e/ou atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho, compreendendo: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (conforme NR 16).	1	UN.	5.972,45	5.972,45
TOTAL ITEM 02				R\$ 5.972,45	

3.3. Exames complementares:

ITEM 03 – EXAMES LABORATORIAIS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
3	Ácido hipúrico.	100	UN.	38,00	3.800,00
	Ácido meti-hipúrico	100	UN.	43,00	4.300,00
	Ácido transmucônico.	100	UN.	52,00	5.200,00
	Coprocultura.	100	UN.	37,00	3.700,00
	Micotológico cutícula.	100	UN.	35,00	3.500,00

bela, amada e gentil



Parasitológico de Fezes.	100	UN.	16,00	1.600,00
Parcial de Urina.	100	UN.	26,00	2.600,00
Ácido Úrico.	100	UN.	10,00	1.000,00
Brucelose IgG.	100	UN.	38,00	3.800,00
Brucelose IgM.	100	UN.	40,00	4.000,00
Carboxihemoglobina.	100	UN.	29,50	2.950,00
Colesterol Total e Frações	100	UN.	32,50	3.250,00
Colinesterase.	100	UN.	22,30	2.230,00
Creatinina.	100	UN.	9,00	900,00
Gama GT.	100	UN.	22,00	2.200,00
Glicemia.	100	UN.	14,50	1.450,00
Hemograma Completo.	100	UN.	24,00	2.400,00
Hepatite B (Anti-HBS).	100	UN.	38,00	3.800,00
Hepatite B HBSAG.	100	UN.	28,50	2.850,00
Hepatite C (Anti-HCV).	100	UN.	28,50	2.850,00
Plaquetas	100	UN.	13,00	1.300,00
TGO.	100	UN.	9,00	900,00
TGP.	100	UN.	9,00	900,00
Triglicerídeos	100	UN.	10,00	1.000,00
Uréia.	100	UN.	9,00	900,00
VDRL.	100	UN.	15,00	1.500,00
Anti-HIV (CCG - 20184) ✕	100	Un	35,00	3.500,00
TOTAL ITEM 3			R\$ 68.380,00	

ITEM 04 – ACUIDADE VISUAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
4	Acuidade Visual.	100	UN.	20,00	2.000,00
TOTAL ITEM 4			R\$ 2.000,00		

ITEM 05 - AUDIOMETRIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
5	Audiometria.	100	UN.	36,00	3.600,00
TOTAL ITEM 5			R\$ 3.600,00		

ITEM 06 - ELETROCARDIOGRAMA					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
6	Eletrocardiograma.	100	UN.	80,00	8.000,00
TOTAL ITEM 6			R\$ 8.000,00		

ITEM 07 - ELETROENCEFALOGRAMA					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
7	Eletroencefalograma.	100	UN.	150,00	15.000,00
TOTAL ITEM 7			R\$ 15.000,00		

ITEM 08 - ESPIROMETRIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
8	Espirometria.	100	UN.	55,00	5.500,00
TOTAL ITEM 8			R\$ 5.500,00		

ITEM 09 – EXAME CLÍNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
9	Exame clínico.	100	UN.	50,00	5.000,00
TOTAL ITEM 9				R\$ 5.000,00	

ITEM 10 – EXAME TOXICOLÓGICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
10	Exame toxicológico de larga janela de detecção para renovação ou alteração de categoria da Carteira Nacional de Habilitação.	100	UN.	190,00	19.000,00
TOTAL ITEM 10				R\$ 19.000,00	

ITEM 11 – RAIO - X					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
11	Raios-X Lombar.	100	UN.	100,00	10.000,00
	Raios-X Tórax com laudo OIT.	100	UN.	110,00	11.000,00
TOTAL ITEM 11				R\$ 21.000,00	

ITEM 12 – VALIDAÇÃO DE ATESTADOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
12	Validação de Atestados Médicos.	100	UN.	50,00	5.000,00
TOTAL ITEM 12				R\$ 5.000,00	

4. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A vigência da contratação será de doze meses, iniciada a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta meses, nos termos do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. Referente aos serviços de Atestado de Saúde Ocupacional - ASO:

5.1.1. A execução dos serviços será de maneira fracionada, conforme necessidade do Município.

5.1.2. Os serviços serão solicitados imediatamente a contar da assinatura do contrato.

5.1.3. A execução dos serviços será por meio de agendamento, sendo que a Divisão de Recursos Humanos fará o envio por e-mail da requisição do serviço, devendo os atendimentos ser realizados em até cinco dias úteis a contar da data de envio da requisição, exceto nos casos de avaliação de retorno ao trabalho que deverá ser de até um dia útil.

5.1.3.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para refazimento/readequação será a metade do prazo inicialmente estipulado para execução, sujeitando-se à empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.

5.1.3.2. Os prazos de que tratam o presente item poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

bela, amada e gentil

5.1.4. A empresa deverá emitir os atestados de saúde ocupacional imediatamente após a realização do exame, devendo estar identificados e assinados pelo servidor/candidato e profissional habilitado indicado, em três vias, sendo uma via remetida à Divisão de Recursos Humanos, uma via entregue ao servidor/candidato, e uma via ficará em posse da empresa, junto ao prontuário de atendimento.

5.1.5. Os serviços deverão ser executados de segunda à sexta-feira, durante o horário de expediente.

5.1.6. O serviço deverá ser realizado de maneira ágil, de acordo com o agendamento. Todo material necessário para a perfeita execução do atendimento é de responsabilidade da empresa.

5.1.7. Os atendimentos poderão ser realizados por médicos que atendem o trabalhador, independentemente de sua especialidade, conforme Resolução CFM nº 1.488/1998, em consonância com os PPRA, LTCAT e PCMSO e sem nenhum tipo de ligação com o Município.

5.1.8. Os exames deverão ser realizados nas dependências da empresa.

5.1.9. A fim de não onerar o Município e os servidores/candidatos com despesas como transporte, alimentação, entre outras, a empresa deverá possuir local de atendimento dentro do perímetro urbano do Município de Ubiratã, sendo que os atendimentos deverão ser executados nos prazos estabelecidos.

5.1.10. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à execução dos serviços.

5.2. Referente aos serviços de revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho:

5.2.1. Os serviços compreenderão na Revisão e/ou atualização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (conforme NR 16).

5.2.2. Os serviços e análises serão realizados in loco nas secretarias e respectivas divisões da estrutura administrativa do Município de Ubiratã, com aproximadamente 1000 servidores lotados nos cargos de Advogado, Agente Comunitário de Saúde, Agente da Defesa Civil, Agente de Combate a Endemias, Agente de Saúde, Agente Sanitário, Agente Social, Artesão, Assistente de Administração, Assistente de O. Educacional, Assistente Social, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Biblioteca, Auxiliar de Contabilidade, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Saneamento Auxiliar de Secretaria, Auxiliar de Serviços Diversos, Auxiliar Educacional, Auxiliar em Saúde Bucal, Baba, Bioquímico, Borracheiro, Cirurgião D. Prótese Dentária, Cirurgião Dentista, Contador, Costureira, Coveiro, Cozinheiro, Cuidador Social, Educador Físico, Eletricista Instalador, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Farmacêutico, Fiscal de Obra, Fiscal Tributário, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Funileiro, Gari, Guardião de Bens Públicos, Instrutor de Arte, Instrutor de Informática, Instrutor de Música, Jardineiro, Lavador de Veículos e Máquinas, Lubrificador Veículos Máquinas, Margarida, Mecânico de Máquinas Pesadas, Mecânico de Veículos Leves, Mecânico de Veículos Pesados, Mecânico em Geral, Médico Clínico Geral, Merendeira, Monitor (com 2º Grau Completo), Monitor (com Magistério), Motorista, Motorista de Veículos Leves, Nutricionista, Odontólogo, Operador de Máquinas, Operador de PABX, Padeiro, Pedreiro, Pintor, Procurador Jurídico, Professor, Professor de Música, Psicólogo, Servente de Limpeza, Servente de Pedreiro, Técnico de Vigilância em Saúde, Técnico Desportivo, Técnico em Contabilidade, Técnico em

Enfermagem, Técnico em Informática, Técnico em Saúde Bucal, Técnico Semidesportivo, Técnico em Tributação e Cadastro, Telefonista, Terapeuta Ocupacional, Zelador.

5.2.3. Os serviços deverão obedecer rigorosamente às leis e normas que tratam do tema.

5.2.4. Os programas e laudos deverão ser elaborados de maneira integrada.

5.2.5. Os programas PPRA e PCMSO deverão ser elaborados por profissionais devidamente inscritos em seus conselhos de classe.

5.2.6. O prazo de execução será de sessenta dias após recebimento da ordem de serviços.

5.2.6.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para refazimento/readequação será a metade do prazo inicialmente estipulado para execução, sujeitando-se à empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.

5.2.6.2. Os prazos de que tratam o presente item poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2.7. Todas as despesas decorrentes dos custos para execução dos serviços contratados ficarão única e exclusivamente por conta da empresa.

5.3. Referente aos serviços de exames complementares:

5.3.1. A execução dos serviços será de maneira fracionada.

5.3.2. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à execução, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

5.3.3. Os exames deverão ser realizados e executados atendendo os previstos do presente Termo de Referência, de acordo com cada caso.

5.3.4. A fim de não onerar o Município e os servidores/candidatos com despesas como transporte, alimentação, entre outras, a empresa deverá possuir local de atendimento dentro do perímetro urbano do Município de Ubiratã, sendo que os atendimentos deverão ser executados nos prazos estabelecidos.

5.3.5. A empresa deverá manter seu estabelecimento de acordo com as normas exigências dos órgãos fiscalizadores.

5.3.6. O servidor irá até o estabelecimento da empresa munido da ordem de serviço, onde a empresa deverá realizar o exame imediatamente ou em até dois úteis, conforme agendamento. Os resultados dos exames deverão estar prontos em até cinco dias úteis, a contar da data da coleta. Os resultados deverão ser retirados pelo paciente.

5.3.6.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para refazimento/readequação será a metade do prazo inicialmente estipulado para execução, sujeitando-se à empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.

5.3.6.2. Os prazos de que tratam o presente item poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.3.7. A empresa deverá prestar os serviços de segunda à sexta-feira, em horário de expediente. A coleta deverá ser realizada somente mediante apresentação da Ordem de Serviço emitida pela Divisão de Recursos Humano do Município, na qual estará descrito quais exames deverão ser realizados.

5.3.8. Os resultados dos exames deverão ser impressos, devidamente identificados e assinados por profissional devidamente habilitado.

5.3.9. O atendimento deverá ser realizado de maneira ágil, de acordo com a ordem de chegada.

5.3.10. Todo material descartável a ser utilizado na coleta do exame é de responsabilidade da empresa.

5.3.11. A empresa deverá prestar o serviço com qualidade em estabelecimento próprio, observando os dispostos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

5.3.12. É estritamente vedada a cobrança de qualquer valor adicional dos servidores.

5.3.13. A empresa deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos específicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

5.3.14. A empresa deverá assegurar aos servidores encaminhados pelo Município o atendimento idêntico ao realizado aos particulares, não utilizando de discriminação ou cobranças adicionais e indevidas pelos serviços executados.

6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO

6.1. Após a execução do serviço constante na Ordem de Serviços, o mesmo será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

6.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar serviços que não tenham sido executados em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

6.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal do Contrato através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Serviços.

6.3. A empresa é obrigada a corrigir/refazer/substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

6.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a correção/refazimento/substituição correrão exclusivamente por conta da empresa.

6.4. O serviço que por ventura venha a ser recusado deverá ser corrigido/refeito/substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Os direitos e responsabilidades das partes são os dispostos na Cláusula Sétima da Minuta do Contrato.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após a execução de cada serviço solicitado, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

8.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0301	5764	339039999900	Demais serviços de terceiros pessoa jurídica		178.452,45

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. Caberá a gestão da contratação à servidora Maria Inês Bento.

9.2. Caberá a fiscalização da contratação ao servidor Luiz Carlos da Solidade, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Félix Tiburcio de Almeida.

9.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

9.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

9.5. As comunicações entre o município e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

10. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

10.1. As penalidades pelo descumprimento das obrigações assumidas serão as dispostas na Cláusula Décima Terceira da Minuta de Contrato.



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

NOME DA LICITANTE
Nº DO CNPJ
Endereço, Cidade e Estado.
Nº do Telefone.
Endereço de e-mail.

Referente ao Pregão Eletrônico nº 106/2022.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

- 1.1. O valor global para a execução do objeto é de R\$ (valor por extenso).
- 1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.
- 1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.

2. Se vencedora da Licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Contratada para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

5. Detalhamento da proposta:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
1	Atestado de Saúde Ocupacional - ASO (admissional, demissional, mudança de função, retorno ao trabalho e periódico).	400	UN		

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal
CPF e RG

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL:

E-MAIL:

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

A. Ter pleno conhecimento bem como atender a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame;

B. Inexistir fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos da lei e que não está suspensa de licitar e contratar com o Município de Ubiratã, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;

C. Que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

D. Que não possui em seu quadro societário servidores públicos do Município de Ubiratã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado como CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, situada na _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, telefone nº _____ e e-mail _____, doravante designada como CONTRATADA, firmam o presente contrato que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5726/2022, Pregão Eletrônico nº 106/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL, REVISÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES, CONFORME DETALHAMENTO CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto do contrato se dará na seguinte especificação, quantidade, valores unitários e totais:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATADO

3.1. O valor global da contratação está fixado em R\$ ().

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A vigência da contratação será de doze meses, iniciada a partir da assinatura do instrumento de contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta meses, nos termos do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2. Será permitida a prorrogação desde que haja autorização formal da autoridade competente e sejam observados os seguintes requisitos:

4.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.2.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que o Município mantém interesse na realização do serviço;

4.2.3. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

4.2.4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

4.2.5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. Referente aos serviços de Atestado de Saúde Ocupacional - ASO:

5.1.1. A execução dos serviços será de maneira fracionada, conforme necessidade do CONTRATANTE.

5.1.2. Os serviços serão solicitados imediatamente a contar da assinatura do contrato.

5.1.3. A execução dos serviços será por meio de agendamento, sendo que a Divisão de Recursos Humanos fará o envio por e-mail da requisição do serviço, devendo os atendimentos ser realizados em até cinco dias úteis a contar da data de envio da requisição, exceto nos casos de avaliação de retorno ao trabalho que deverá ser de até um dia útil.

5.1.3.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para refazimento/readequação será a metade do prazo inicialmente estipulado para execução, sujeitando-se à CONTRATADA às penalidades previstas no presente contrato.

5.1.3.2. Os prazos de que tratam o presente item poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.1.4. A CONTRATADA deverá emitir os atestados de saúde ocupacional imediatamente após a realização do exame, devendo estar identificados e assinados pelo servidor/candidato e profissional habilitado indicado, em três vias, sendo uma via remetida à Divisão de Recursos Humanos, uma via entregue ao servidor/candidato, e uma via ficará em posse da CONTRATADA, junto ao prontuário de atendimento.

5.1.5. Os serviços deverão ser executados de segunda à sexta-feira, durante o horário de expediente.

5.1.6. O serviço deverá ser realizado de maneira ágil, de acordo com o agendamento. Todo material necessário para a perfeita execução do atendimento é de responsabilidade da CONTRATADA.

5.1.7. Os atendimentos poderão ser realizados por médicos que atendem o trabalhador, independentemente de sua especialidade, conforme Resolução CFM nº 1.488/1998, em consonância com os PPRA, LTCAT e PCMSO e sem nenhum tipo de ligação com o CONTRATANTE.

5.1.8. Os exames deverão ser realizados nas dependências da CONTRATADA.

5.1.9. A fim de não onerar o CONTRATANTE e os servidores/candidatos com despesas como transporte, alimentação, entre outras, a CONTRATADA deverá possuir local de atendimento dentro do perímetro urbano do Município de Ubatuba, sendo que os atendimentos deverão ser executados nos prazos estabelecidos.

5.1.10. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes à execução dos serviços.

5.2. Referente aos serviços de revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho:

5.2.1. Os serviços compreenderão na Revisão e/ou atualização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (conforme NR 16).

5.2.2. Os serviços e análises serão realizados in loco nas secretarias e respectivas divisões da estrutura administrativa do Município de Ubatuba, com aproximadamente 1000 servidores lotados nos cargos de Advogado, Agente Comunitário de Saúde, Agente da Defesa Civil, Agente de Combate a Endemias, Agente de Saúde, Agente Sanitário, Agente Social, Artesão, Assistente de Administração, Assistente de O. Educacional, Assistente Social, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Biblioteca, Auxiliar de Contabilidade, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Saneamento Auxiliar de Secretaria, Auxiliar de Serviços Diversos, Auxiliar Educacional, Auxiliar em Saúde Bucal, Baba, Bioquímico, Borracheiro, Cirurgião D. Prótese Dentária, Cirurgião Dentista, Contador, Costureira, Coveiro, Cozinheiro, Cuidador Social, Educador Físico, Eletricista Instalador, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Farmacêutico, Fiscal de Obra, Fiscal Tributário, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Funileiro, Gari, Guardião de Bens Públicos, Instrutor de Arte, Instrutor de Informática, Instrutor de Música, Jardineiro, Lavador de Veículos e Máquinas, Lubrificador Veículos Maquinas, Margarida, Mecânico de Maquinas Pesadas, Mecânico de Veículos Leves, Mecânico de Veículos Pesados, Mecânico em Geral, Médico Clínico Geral, Merendeira, Monitor (com 2º Grau Completo), Monitor (com Magistério), Motorista, Motorista de Veículos Leves, Nutricionista, Odontólogo, Operador de Maquinas, Operador de PABX, Padeiro, Pedreiro, Pintor, Procurador Jurídico, Professor, Professor de Música, Psicólogo, Servente de Limpeza, Servente de Pedreiro, Técnico de Vigilância em Saúde, Técnico Desportivo, Técnico em Contabilidade, Técnico em Enfermagem, Técnico em Informática, Técnico em Saúde Bucal, Técnico Semidesportivo, Técnico em Tributação e Cadastro, Telefonista, Terapeuta Ocupacional, Zelador.

5.2.3. Os serviços deverão obedecer rigorosamente às leis e normas que tratam do tema.

5.2.4. Os programas e laudos deverão ser elaborados de maneira integrada.

5.2.5. Os programas PPRA e PCMSO deverão ser elaborados por profissionais devidamente inscritos em seus conselhos de classe.

5.2.6. O prazo de execução será de sessenta dias após recebimento da ordem de serviços.

5.2.6.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para refazimento/readequação será a metade do prazo inicialmente estipulado para execução, sujeitando-se à CONTRATADA às penalidades previstas no presente contrato.

5.2.6.2. Os prazos de que tratam o presente item poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2.7. Todas as despesas decorrentes dos custos para execução dos serviços contratados ficarão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

5.3. Referente aos serviços de exames complementares:

5.3.1. A execução dos serviços será de maneira fracionada.

5.3.2. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes à execução, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

5.3.3. Os exames deverão ser realizados e executados atendendo os previstos do presente contrato, de acordo com cada caso.

5.3.4. A fim de não onerar o CONTRATANTE e os servidores/candidatos com despesas como transporte, alimentação, entre outras, a CONTRATADA deverá possuir local de atendimento dentro do perímetro urbano do Município de Ubiratã, sendo que os atendimentos deverão ser executados nos prazos estabelecidos.

5.3.5. A CONTRATADA deverá manter seu estabelecimento de acordo com as normas exigências dos órgãos fiscalizadores.

5.3.6. O servidor irá até o estabelecimento da CONTRATADA munido da ordem de serviço, onde a CONTRATADA deverá realizar o exame imediatamente ou em até dois úteis, conforme agendamento. Os resultados dos exames deverão estar prontos em até cinco dias úteis, a contar da data da coleta. Os resultados deverão ser retirados pelo paciente.

5.3.6.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para refazimento/readequação será a metade do prazo inicialmente estipulado para execução, sujeitando-se à CONTRATADA às penalidades previstas no presente contrato.

5.3.6.2. Os prazos de que tratam o presente item poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.3.7. A CONTRATADA deverá prestar os serviços de segunda à sexta-feira, em horário de expediente. A coleta deverá ser realizada somente mediante apresentação da Ordem de Serviço emitida pela Divisão de Recursos Humano do Município, na qual estará descrito quais exames deverão ser realizados.

5.3.8. Os resultados dos exames deverão ser impressos, devidamente identificados e assinados por profissional devidamente habilitado.

5.3.9. O atendimento deverá ser realizado de maneira ágil, de acordo com a ordem de chegada.

5.3.10. Todo material descartável a ser utilizado na coleta do exame é de responsabilidade da CONTRATADA.

5.3.11. A CONTRATADA deverá prestar o serviço com qualidade em estabelecimento próprio, observando os dispostos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

5.3.12. É estritamente vedada a cobrança de qualquer valor adicional dos servidores.

5.3.13. A CONTRATADA deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos específicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

5.3.14. A CONTRATADA deverá assegurar aos servidores encaminhados pelo CONTRATANTE o atendimento idêntico ao realizado aos particulares, não utilizando de discriminação ou cobranças adicionais e indevidas pelos serviços executados.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO

6.1. Após a execução do serviço constante na Ordem de Serviços, o mesmo será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

6.2. O CONTRATANTE se reserva ao direito de não aceitar serviços que não tenham sido executados em conformidade com as exigências apresentadas no presente contrato.

6.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal do Contrato através de notificação, encaminhada por escrito à CONTRATADA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Serviços.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a corrigir/refazer/substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

6.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a correção/refazimento/substituição correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA.

6.4. O serviço que por ventura venha a ser recusado deverá ser corrigido/refeito/substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos da CONTRATANTE:

7.1.1. Receber a prestação do objeto deste contrato nas condições previstas;

7.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no presente contrato;

7.1.3. Modificar, unilateralmente, o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

7.1.4. Fiscalizar a execução do presente contrato;

7.1.5. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

7.2. São obrigações da CONTRATANTE:

7.2.1. Adquirir o objeto do presente contrato em sua totalidade, salvo nas hipóteses previstas em lei;

7.2.2. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

7.2.3. Cumprir os prazos previstos no presente contrato;

7.2.4. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

7.2.5. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução do objeto contratual;

7.2.6. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da contratação;

7.2.7. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.

7.3. São obrigações da CONTRATADA:

7.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes no presente contrato e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

7.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados a CONTRATANTE ou a terceiros, causados durante a execução do contrato;

7.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

7.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

7.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no presente contrato, o objeto com avarias ou defeitos;

7.3.6. Manter contatos com a CONTRATANTE, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

7.3.7. Comunicar a CONTRATANTE, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

7.3.8. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pela CONTRATANTE;

7.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

7.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

7.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do contrato;

7.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los à CONTRATANTE no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após a execução de cada serviço, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.2. A fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

8.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0301	5764	339039999900	Demais serviços de terceiros pessoa jurídica		178.452,45

9. CLÁUSULA NONA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

9.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. Os preços contratados poderão ser alterados visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10.2.1. Em eventual solicitação de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá encaminhar pedido de reequilíbrio econômico financeiro ao Gestor do Contrato, demonstrando quais itens da planilha de custos estão economicamente defasados e que estão ocasionando desequilíbrio do contrato.

10.2.2. Recebida a solicitação, a CONTRATANTE verificará os custos dos itens constantes da proposta da CONTRATADA, em confronto com a planilha de custos que deve acompanhar a solicitação de reequilíbrio e a ocorrência de fato que justifique modificações do contrato para mais ou para menos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

11.1. Os preços poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

11.2. O reajuste do preço contratado estará limitado à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, considerando o índice do mês anterior ao da apresentação da proposta e o índice do mês anterior ao do aniversário da proposta.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da contratação à servidora Maria Inês Bento.

12.2. Caberá a fiscalização da contratação ao servidor Luiz Carlos da Solidade, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Félix Tiburcio de Almeida.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubiratã;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula contratual durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela sua inexecução total.

13.3. A CONTRATADA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubiratã pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução do contrato;

13.3.2. Incorrer em inexecução contratual; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A CONTRATADA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução contratual;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação contratual;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubiratã ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a CONTRATADA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1. Constituem motivos para rescisão contratual:

14.1.1. A inexecução parcial ou total das obrigações assumidas;

14.1.2. As hipóteses especificadas nos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. A rescisão do contrato poderá ser:

14.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

14.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

14.2.3. Judicial, nos termos da legislação.

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VINCULAÇÃO AO CONTRATO

15.1. Ficam vinculados ao contrato, dele fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da CONTRATADA.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ANTICORRUPÇÃO

16.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

16.1.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

16.1.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

16.2. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, XX de XXXXXX de 2022.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

000154

QUARTA-FEIRA, 13 DE JULHO DE 2022

EDIÇÃO ESPECIAL Nº 1.594- ANO: XVII

Página 14 de 19

www.ubirata.pr.gov.br

PORTARIAS

PORTARIA Nº 412, DE 13 DE JULHO DE 2022

Remove servidores.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 61 da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º Remover a servidora Alessandra de Andrade dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Secretaria, Grupo Ocupacional-Administrativo, Classe IV, Grau A, Nível 1, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, para desempenhar suas funções na Secretaria da Assistência Social, com efeitos retroativos a 11/07/2022.

Art. 2º Remover o servidor Jeferson Nogueira da Rocha, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, Grupo Ocupacional-Operacional e de Apoio, Classe I, Grau A, Nível 2, lotado na Secretaria da Educação e Cultura, para desempenhar suas funções na Secretaria da Assistência Social, com efeitos retroativos a 11/07/2022.

Art. 3º Remover a servidora Sandra Andrade de Souza Luz, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, Grupo Ocupacional-Operacional e de Apoio, Classe I, Grau A, Nível 5, lotada na Secretaria de Serviços Urbanos e Pavimentação, para desempenhar suas funções na Secretaria da Assistência Social, com efeitos retroativos a 11/07/2022.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

PORTARIA Nº 413, DE 13 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a nomeação de servidora.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2402, de 5 de setembro de 2018, sobre a criação e extinção de cargos, a ampliação de vagas e a transposição de cargos do regime celetista para estatutário;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2408, de 27 de setembro de 2018, que disciplinou a transposição de cargos do regime celetista para o regime estatutário; e

Considerando a apresentação de Declaração de Opção pela transposição de regime, por parte dos servidores,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em transposição de cargo e regime jurídico, a servidora Karyna Brante da Silva Rocha, para o cargo de Agente de Combate a Endemias, Grupo Ocupacional Auxiliar de Saúde, Classe III, Nível 1, Grau A, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2022.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

PORTARIA Nº 414, DE 13 DE JULHO DE 2022

Designa servidora para exercer a função de Agente Federativo do Núcleo da Escola Federativa do Município de Ubiratã.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Maria Inês Bento, ocupante do cargo de Secretária da Administração, lotada na Secretaria da Administração, com matrícula nº 35.670, para exercer a função de Agente Federativo do Núcleo Municipal da Escola Federativa.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

PORTARIA Nº 415, DE 13 DE JULHO DE 2022

Concede diárias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas na Lei nº 1959, de 26 de janeiro de 2012, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder diárias, sendo:

I - 2 (duas) diárias parciais de 50% no valor de R\$ 181,91 (cento e oitenta e um reais e noventa e um centavos) cada, ao Chefe da Divisão de Controle Interno, Auditoria Governamental e Transparência, José Paulo Sampaio de Souza, para custear despesa de viagem a Cascavel/PR, nos dias 14/06/2022 e 15/06/2022, para Curso Inovações da Lei 14.133/2021 – Aspectos Práticos e Jurídicos, na sede da AMOP, conforme requerimento de diária; e

II - 2 (duas) diárias parciais de 50% no valor de R\$ 85,27 (oitenta e cinco reais e vinte e sete centavos) cada, a Chefe de Divisão de Corregedoria e Ouvidoria, Soleyria de Oliveira Fontin, para custear despesa de viagem a Cascavel/PR, nos dias 14/06/2022 e 15/06/2022, para Curso Inovações da Lei 14.133/2021 – Aspectos Práticos e Jurídicos, na sede da AMOP, conforme requerimento de diária.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

PROCESSOS LICITATÓRIOS

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5726/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022º



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubiratã. A Prefeitura Municipal Ubiratã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online.

Início



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

000155

QUARTA-FEIRA, 13 DE JULHO DE 2022**EDIÇÃO ESPECIAL Nº 1.594- ANO: XVII****Página 15 de 19**www.ubirata.pr.gov.br

Município de Ubatuba torna público que se encontra retificado e prorrogado o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Por Item, visando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL, REVISÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES, CONFORME DETALHAMENTO CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA. Nova data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 08h30min do dia 28 de Julho de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

Nova data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 08h30min do dia 28 de Julho de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br a partir de 14 de julho de 2022.

Ubatuba, Paraná, 13 de Julho de 2022.

AVISO DE LICITAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5728/2022****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2022**

O Município de Ubatuba torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Por Item, visando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR PINTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA LUCINEIA BRACIFORTE.

Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 08h30min do dia 27 de Julho de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 08h30min do dia 27 de Julho de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br a partir de 14 de Julho de 2022.

Ubatuba, Paraná, 13 de Julho de 2022.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2022**1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5727/2022**

2. OBJETO: Aquisição de bandeiras oficiais do Brasil, e do Município de Ubatuba, para uso nas dependências dos prédios públicos municipais, utilização, em eventos e uso interno de acordo com a necessidade da administração.

3. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4. FORNECEDOR: N. F. GRANDE & CIA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº 79.034.153/0001-00, com sede à Rua Maurício Mançano Mago, 45 - Centro, Município de Marialva, Estado do Paraná, CEP 86990-000.

5. VALOR: R\$ 11.000,00 (Onze mil reais).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 12/07/2022

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 12 de Julho de 2022.

TERMO DE DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 39/2022**1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5729/2022.**

2. OBJETO: Aquisição de roupas e calçado para acolhido na Casa Lar de Ubatuba

3. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa por justificativa com fundamento no Art. 24 Inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4. FORNECEDOR: ETC E TAL, inscrita no CNPJ nº 07.043.042/0001-59, com sede na Av: Nilza de Oliveira Pipino, nº 1.170, Centro, Município de Ubatuba, Estado do Paraná.

5. VALOR: R\$ 860,85 (Oitocentos e Sessenta Reais e Oitenta e Cinco Centavos).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 13/07/2022.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 13 de julho de 2022.

NÍLIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5662/2022.

2. MODALIDADE Nº: 75/2022

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de materiais de limpeza, consumo e higiene para suprir as necessidades das entidades, projetos e programas ligados à Secretaria da Assistência Social.

4. FORNECEDOR (A): FERRALLY - COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.528.262/0001-23, estabelecida à Rua Francisco Dallalibera, no nº 1845, CEP nº 82410-030, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

4.1 VALOR: R\$-392,00 (trezentos noventa e dois reais).

5. FORNECEDOR (A): ATACADO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.247.809/0001-76, estabelecida à Rua Manoel Freire Correa, no nº 305, CEP nº 29143-130, na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo.

5.1 VALOR: R\$-1.591,00 (um mil quinhentos noventa e um reais).

6. FORNECEDOR (A): MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.811.487/0001-71, estabelecida à Rua Raimundo Capeletti, bairro Linho, no nº 672, CEP nº 99704-484, na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.

6.1 VALOR: R\$-3.556,50 (três mil quinhentos cinquenta e seis reais cinquenta centavos).

7. FORNECEDOR (A): MULTCOM COMERCIO VAREJISTA DE SUPRIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.855.864/0001-98, estabelecida à Rua Humberto Nobile, no nº 75, CEP nº 86040-110, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

7.1 VALOR: R\$-4.969,50 (quatro mil novecentos e sessenta e nove reais cinquenta centavos).

8. FORNECEDOR (A): NTI TRANSPORTES INTELIGENTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 23.580.712/0001-22, estabelecida à Travessa Guaporé, no nº 546, CEP nº 83010-610, na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online.

[Início](#)



000156

Município de Ubiratã
Secretaria da Administração
Divisão de Licitação e Contratos

**AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5726/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022**

O Município de Ubiratã torna público que se encontra retificado e prorrogado o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Por Item, visando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL, REVISÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES, CONFORME DETALHAMENTO CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Nova data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 08h30min do dia 28 de Julho de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

Nova data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 08h30min do dia 28 de Julho de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br a partir de 14 de julho de 2022.

Ubiratã, Paraná, 13 de Julho de 2022.

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br



000158

Prefeitura Municipal de Ubiratã
Secretaria de Administração
Comissão de licitações

Referente ao pregão eletrônico 106/2022 e processo licitatório 5726/2022

O edital referente ao processo licitatório 5726/2022 foi retificado e prorrogado, antes do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para ser do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, no entanto, existem algumas observações que tornam esse modelo impraticável e que possivelmente descumprirá itens da NR 07 publicada pela Portaria SSMT nº 12, de 06 de junho de 1983 cuja última revisão se deu pela Portaria SEPRT nº 6.734, de 09 de março de 2020, acreditamos que possivelmente haverá problemas graves que abordaremos nos próximos parágrafos em relação ao Código de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina e também em relação a Lei Geral de Proteção de Dados.

A NR 01 foi editada pela Portaria MTb nº 3214, em 8 de junho de 1978, estabelecendo disposições gerais e regulando os artigos 154 a 159 da CLT, conforme redação dada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, sua última alteração ocorreu pela Portaria SEPRT nº 6.730, de 09 de março de 2020 que tornou obrigatório a elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR. Neste contexto, o item 7.1.1 da NR 07 diz que o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO deve ser elaborado conforme avaliação de riscos do PGR, ou seja, um programa deve complementar o outro. O PCMSO deve ser elaborado por Médico do Trabalho com registro RQE, e o PGR pode ser elaborado por Técnico de Segurança do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, salvo em canteiros de obras com mais de 7 m (sete metros) de altura e com mais de 10 (dez) trabalhadores, nestas condições somente o Engenheiro de Segurança do Trabalho podera elaborar o referido programa.

O PCMSO, segundo o item 7.5.6 da NR 07 deve incluir a realização obrigatório dos exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de riscos ocupacionais e demissionais. Ainda no item 7.5.7 da NR 07, diz que os exames médicos de que trata o subitem 7.5.6 compreendem exame clínico e exames complementares.

O PCMSO deve ser elaborado por Médico do Trabalho e o nome e número de registro profissional do médico responsável pelo PCMSO deve estar contido no Atestado de Saúde Ocupacional – ASO.

Desta forma, compreendendo que o PGR, PCMSO, ASO e exames complementares são um conjunto de ações que se complementam, nós questionamos e solicitamos revisão do edital.

Questionamentos:

1) Como a Prefeitura de Ubiratã pretende cumprir essa sistemática de inclusão da NR 07, se a consulta ocupacional (ASO) poderá ser feita em empresa diversa a realização dos exames complementares e ainda diversa da empresa que elaborou o PCMSO? Haverá um contrato entre as empresas concorrentes que prestarão serviços entre si, para que haja um aceite de informações oriundas de outras organizações?

000159

2) Haverá uma carta de responsabilidade do uso de nome e número de registro de conselho junto ao médico atendente de empresa variada para permitir a emissão do ASO inserindo o nome e registro do médico responsável pelo PCMSO?

3) Sabendo que as informações médicas são sigilosas e devem ter acesso apenas o médico atendente e o médico responsável pelo PCMSO, e no intuito de atender a Lei Geral de Proteção de Dados e o Código de Ética Médica. Como a Prefeitura pretende gerenciar os dados que transitarão entre essas empresas concorrentes?

Com base nos questionamentos, sugerimos:

1) Sugerimos como primeira opção que trabalhem apenas com MENOR PREÇO GLOBAL, dessa forma a Prefeitura de Ubitatã irá cumprir os requisitos normativos de inclusão relacionada ao PCMSO, consulta e exames complementares, além de evitar desconforto no possível descumprimento de dados sensíveis previsto no LGPD e no Código de Ética Médica.

2) Se não estiverem satisfeitos com a primeira sugestão, orientamos que trabalhem apenas com 2 itens separadamente, dessa forma não atenderá na íntegra a inclusão que é solicitada na NR 07, no entanto, poderá, dependendo do resultado do pregão, concentrar exames em um local e programas em outro, o que evitará desconforto no possível descumprimento de dados sensíveis previsto no LGPD e no Código de Ética Médica. Abaixo sugestão de itens:

Item 1 – A prefeitura deverá agrupar os itens 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12

Item 2 – A prefeitura deverá considerar apenas o item 2.

Empresa solicitante

GRO SOLUCOES UBIRATA LTDA

CNPJ: 42.232.974/0001-40

Representado por seus sócios

Luiza Bocardi Villar, Médica, CPF 043.854.989-97

Marcio José Cardoso, Engenheiro, CPF 037.912.819-50

Ao realizar análise do esclarecimento podemos esclarecer que a origem da licitação ser por item e não global se faz por conta da lei 8666/93 que diz que sempre que possível a licitação deverá ser dividida em parcelas. E ao realizar análise dos itens é possível observar que os mesmos são de natureza divisível, onde cada serviço poderá ser licitado separadamente conforme a necessidade da Administração.

Outro ponto a destacar da licitação ser por item, seria que se uma mesma empresa estiver habilitada para atender todos os itens do edital nada impede que a mesma participe e ganhe para fornecer todos os serviços.

Na opção anterior do edital na forma do menor preço global constava no edital a cláusula 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO 15.1. À CONTRATADA é vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente os direitos e obrigações decorrentes do contrato. Dessa forma a empresa que ganhasse na forma global deveria ter habilitação para fornecer todos os serviços, dessa forma iria restringir que outras empresas participassem do pregão por não ter a possibilidade de fornecer todos os serviços.

Vale ressaltar que a forma que foi dividida a licitação tornará possível ter várias empresas participando. Cabe a Administração promover uma ampla competitividade visando à economicidade dos produtos ofertados.

Vejamos o que diz a lei 8666/93, mais especificamente no Art. 15 e 23.

A Lei nº 8.666/93 é explícita ao determinar o parcelamento do objeto como regra, conforme se verifica do art. 15, IV, e do art. 23, §1º:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...) IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O objetivo da lei é promover a ampla competitividade no processo de seleção dos fornecedores ou prestadores de serviço e, assim, garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

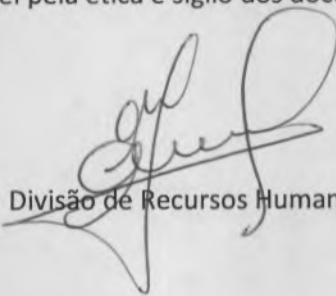
A lógica é que, ampliada a competitividade, maiores serão as chances de se obter contratações mais vantajosas. Pela mesma razão, o art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/1993 veda a adoção de cláusulas ou condições que restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame.


~~000160~~

000161

Em atenção a esse desiderato, o art. 15, IV, e o art. 23, § 1º, da Lei de Licitações determinam que as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração devem ser divididos em parcelas.

Sobre a lei geral de proteção de dados conforme pedido de esclarecimento, entendemos que cada empresa é responsável pela ética e sigilo dos documentos recebidos e armazenados.


Divisão de Recursos Humanos

Deverá haver integração entre as empresas na prestação de serviços entre si, atendendo as disposições legais e contratuais, inclusive as disposições do Conselho Federal de Medicina.

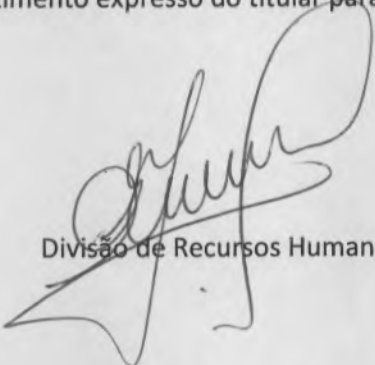
O dever de sigilo quanto aos dados pessoais não é algo novo na área da saúde, uma vez que o Conselho Federal de Medicina possui regras rígidas sobre manuseio e armazenamento de prontuário de pacientes.

A Lei Geral de Proteção de Dados vem ao encontro do dever de sigilo já presente na área da saúde, de forma a preservar os dados pessoais dos pacientes armazenados nos bancos de dados das diversas instituições do sistema de saúde.

Os dados dos colaboradores devem ser protegidos, conforme disposições da LGPD. No entanto, existem duas bases legais na referida legislação, que autorizam a utilização de tais dados pela empresa sem a necessidade do consentimento expresso do titular.

Essas bases legais consistem na execução de contrato, no caso, o de trabalho, e o cumprimento de obrigação legal.

No entanto, devido ao PCMSO, muitas vezes, tratar diretamente os dados que se encaixam na categoria de "sensíveis", pois revelam informações sobre a saúde dos empregados cabe a empresa tratar os dados que eventualmente se encaixem na categoria de "dados pessoais sensíveis", colhendo o consentimento expresso do titular para transmitir esses dados.



Divisão de Recursos Humanos

000163



FASE EXTERNA

DECLARAÇÃO UNIFICADA

À

Prefeitura Municipal de Ubiratã - PR

Ref. ao Pregão Eletrônico nº 106/2022

PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.515.302/0001-07, com sede na Rua Minas Gerais, 67-E, Centro, Chapecó - SC, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **MARCELO KOPSTEIN**, portador (a) da Carteira de Identidade nº 4.558.678 e do CPF nº 060.469.039-80, apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

1.1. O valor global para a execução do objeto é de R\$ 5.972,45 (cinco mil novecentos e setenta e dois reais com quarenta e cinco centavos)

1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.

1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.

2. Se vencedora da Licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Marcelo Kopstein, CPF 060.469.039-80, RG 4.558.678, Rua Minas Gerais 67-E, Centro, Chapecó (SC)).

3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Contratada para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) (Marcelo Kopstein, CPF 060.469.039-80, RG 4.558.678, Rua Minas Gerais 67-E, Centro, Chapecó (SC), 49 3323.1604 - (49) 999815.3130, marcelo@prevenmed.com.br).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco Caixa, Agência 3831 e Conta 660.-3).

5. Detalhamento da proposta:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
2	Revisão e/ou atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho, compreendendo: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (conforme NR 16).	1	UN.	5.972,45	5.972,45
TOTAL DO ITEM 02: R\$ 5.972,45 (cinco mil novecentos e setenta e dois reais com quarenta e cinco centavos)					

Chapecó - SC, 25 de julho de 2022.

MARCELO KOPSTEIN:06046903980

Assinado de forma digital por MARCELO KOPSTEIN:06046903980
Dados: 2022.07.29 15:31:54 -03'00'

PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA - CNPJ 14.515.302/0001-07
MARCELO KOPSTEIN - REPRESENTANTE LEGAL



000165

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 14.515.302/0001-07 DUNS®: 901085362
Razão Social: PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
Nome Fantasia: PREVEN MED
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 28/10/2022
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	03/08/2022
FGTS	Validade:	31/07/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	07/01/2023

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	09/09/2022
Receita Municipal	Validade:	15/08/2022

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/04/2023



000166

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 14.515.302/0001-07 DUNS®: 901085362
Razão Social: PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
Nome Fantasia: PREVEN MED
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 28/10/2022

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Empresa de Pequeno Porte
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não
Capital Social: R\$ 180.000,00 Data de Abertura da Empresa: 25/10/2011
CNAE Primário: 7490-1/99 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E
TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
CNAE Secundário 1: 8640-2/08 - SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR REGISTRO GRÁFICO -

Dados para Contato

CEP: 89.801-015
Endereço: RUA MINAS GERAIS, E, 67 - CENTRO
Município / UF: Chapecó / Santa Catarina
Telefone: (49) 33231604 Telefone: (49) 33042308
E-mail: CONTATO@PREVENMED.COM.BR

Dados do Responsável Legal

CPF: 060.469.039-80
Nome: MARCELO KOPSTEIN

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 060.469.039-80
Nome: MARCELO KOPSTEIN
E-mail: marcelo@prevenmed.com.br

Relatório de Credenciamento

000167

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF:	060.469.039-80	Participação Societária:	100,00%
Nome:	MARCELO KOPSTEIN		
Número do Documento:	4558678	Órgão Expedidor:	SSP SC
Data de Expedição:	02/06/2006	Data de Nascimento:	25/11/1988
Filiação Materna:	BERENICE REIS KOPSTEIN		
Estado Civil:	Solteiro(a)		
CEP:	89.801-015		
Endereço:	RUA MINAS GERAIS, 67 E - CENTRO		
Município / UF:	Chapecó / Santa Catarina		
Telefone:	(49) 33231604		
E-mail:	marcelo@prevenmed.com.br		

Linhas Fornecimento

Serviços

876 - Perícia, Laudo e Avaliação

3859 - Treinamento na Área de Recursos Humanos

8800 - Medicina / Engenharia Trabalho - Planejamento / Controle

8818 - Medicina Trabalho - Perícia Serviço Médico / Engenharia

17825 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho

18813 - Consultoria e Assessoria - Segurança Industrial

18821 - Treinamento / Capacitação - Segurança Industrial

19917 - Consultoria e Assessoria - Engenharia Segurança Trabalho

20419 - Inspeção de Segurança

21172 - Treinamento Qualificação Profissional

22802 - Treinamento na Área de Saúde

600163

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTÃO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

SC

NOME
MARCELO KOPSTEIN

DOC. IDENTIDADE / CNH / PASSAPORTE
4558678 SET SC

CPF
060.469.039-80 DATA NASCIMENTO
25/11/1988

PRONOME
DESVIS KOPSTEIN

SEXO
MASCULINO

PERMISSÃO
A

ACC
AB

CAT. HAB.
AB

INSCRIÇÃO
04053659803 VALIDEZ
12/01/2022 05/03/2007

REMARKS
A

ASSINATURA DO PORTADOR
MARCELO KOPSTEIN

LOCAL
CELESTÓ, SC

DATA DE EMISSÃO
28/01/2017

SERIAL
54568742781
SC122091051

SANTA CATARINA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1412117668

PROVEDO PLÁSTICO
1412117668

JUCESC

JUCESC 1960

CONTRATO SOCIAL**Sociedade: PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA**

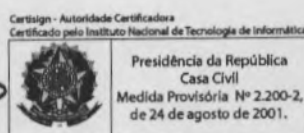
Que fazem entre si, **BERENICE REIS KOPSTEIN**, brasileira, separada judicialmente, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 2.852.626, expedida pela SSP/SC, em 02/06/2009, inscrito no CPF sob o nº 442.468.460-15, nascida em 27/03/1966, natural de Santa Maria-RS, residente e domiciliada na Rua Minas Gerais, 67- E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, Cep: 89.801-015; **MARCELO KOPSTEIN**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.558.678 expedida pela SSP/SC, em 02/06/2006, inscrita no CPF sob o nº 060.469.039-80, nascido em 25/11/1988, natural de Chapecó-SC, residente e domiciliado Rua Minas Gerais, 67 E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, Cep: 89.801-015 e **MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de Comunhão Universal de Bens, portador da cédula de identidade 9017389711, expedida pela SSP/RS em 15/07/1980, inscrito no CPF sob nº 117.867.360-04, nascido em 08/11/1947, natural de Rio Grande-RS, residente e domiciliado na Rua Israel, 530 D, Bairro Santa Maria, na cidade de Chapecó-SC, CEP 89.812-500, por este instrumento particular e na melhor forma de direito, constituem uma **SOCIEDADE LIMITADA**, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade ora constituída girará sob o nome empresarial de "**PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA**", e sua sede social será na Rua Minas Gerais, 67 E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, Cep: 89.801-015, tendo como nome fantasia "**PREVEN MED**".

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade constituiu uma filial denominada **PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA**, estabelecida na Rua Plínio Arlindo de Nes, 270 D, Acesso BR 282, Bairro Lider, na cidade de Chapecó-SC, CEP 89.805-290.



JUCESC

JUCESC 1961

CLÁUSULA TERCEIRA

O capital social é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) dividido em 5.000 (cinco mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e integralizadas neste ato em moeda corrente nacional pelos sócios, e distribuída na seguinte proporção:

BERENICE REIS KOPSTEIN	40% de participação	2.000 quotas	R\$ 2.000,00
MARCELO KOPSTEIN	40% de participação	2.000 quotas	R\$ 2.000,00
MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA	20% de participação	1.000 quotas	R\$ 1.000,00
TOTAL	100% de participação	5.000 quotas	R\$ 5.000,00

CLÁUSULA QUARTA

O capital social fica assim distribuído entre Matriz e Filial:

PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA - MATRIZ	R\$ 4.000,00
PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA - FILIAL	R\$ 1.000,00
Total	R\$ 5.000,00

CLÁUSULA QUINTA

O objeto social será: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À EMPRESAS EM MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO; SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR REGISTRO GRÁFICO; POSTO DE COLETA DE MATERIAL PARA ANÁLISES CLÍNICAS.**

Parágrafo Único: A responsabilidade técnica perante o Conselho Regional de Medicina é de **Marcus Vinícius da Silveira**, inscrito no CRM/SC sob nº 11.464.

CLÁUSULA SEXTA

A sociedade iniciará suas atividades em 25 de outubro de 2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

mk
R

JUCESC 1962

CLÁUSULA SETIMA

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA NONA

A administração da sociedade caberá a sócia **BERENICE REIS KOPSTEIN** e ao sócio **MARCELO KOPSTEIN**, de forma conjunta ou isoladamente, com poderes e atribuições de administrador autorizando o uso do nome empresarial, dispensando-os de caução e investidos dos mais amplos e gerais poderes, podendo representá-la em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, assinando todos os documentos necessários à gestão dos negócios, podendo inclusive nomear procuradores.

CLÁUSULA DÉCIMA

Pelo exercício da administração, os sócios-administradores farão jus a uma retirada mensal a título de pró-labore, reajustável a qualquer época do exercício social, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

mk
R

JUCESC

JUCESC 1963

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O falecimento ou retirada de qualquer sócio não acarretará a dissolução da sociedade, que prosseguirá sem interrupção com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A sociedade será dissolvida por deliberação unânime dos sócios e nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os administradores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

MK

JUCESC

JUCESC 1964

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA

Nos casos omissos ou duvidosos que surgirem na vigência do presente contrato, serão dirimidos pela Lei 10.406/2002 e de outros dispositivos legais que lhe sejam aplicáveis, ficando eleito o fórum de Chapecó-SC.

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Chapecó-SC, 17 de outubro de 2011.

Berenice Reis Kopstein
BERENICE REIS KOPSTEIN

Marcelo Kopstein
MARCELO KOPSTEIN

Marcos Bongalharo da Silveira
MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA

1º Tabelionato de Notas e Ofício de Protestos - Bel. Ivanio Loss Porto - Tabelião - Rua Barão do Rio Branco nº 133-D - Centro - 89.801-030, Chapecó-SC - (49) 3322-0702

Reconheço verdadeira e(s) firma(s) de:
MARCELO KOPSTEIN.....
MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA.....
BERENICE REIS KOPSTEIN.....
Dou fé. Chapecó, 17 de Outubro de 2011
Em testemunho _____ da Verdade.

VERONI PEREIRA DE OLIVEIRA REMUS - ESCRIVENTE
Emolumentos 6,00 + Selo 3,60 = Total 9,60
Selo de Autenticidade nº CFN28271 e CFN28273



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 25/10/2011 SOB Nº: 42204768114
Protocolo: 11/305411-4, DE 24/10/2011

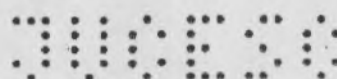
PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA

BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 27/10/2011 SOB Nº: 42900950697
Protocolo: 11/305411-4, DE 24/10/2011

Empresa: 42 2 0476811 4
PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA

BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 1

Sociedade: **PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME**

Que fazem entre si, **BERENICE REIS KOPSTEIN**, brasileira, separada judicialmente, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 2.852.626, expedida pela SSP/SC, em 02/06/2009, inscrito no CPF sob o nº 442.468.460-15, nascida em 27/03/1966, natural de Santa Maria-RS, residente e domiciliada na Rua Minas Gerais, 67- E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, Cep: 89.801-015; **MARCELO KOPSTEIN**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.558.678 expedida pela SSP/SC, em 02/06/2006, inscrita no CPF sob o nº 060.469.039-80, nascido em 25/11/1988, natural de Chapecó-SC, residente e domiciliado Rua Minas Gerais, 67 E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, Cep: 89.801-015 e **MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de Comunhão Universal de Bens, portador da cédula de identidade 9017389711, expedida pela SSP/RS em 15/07/1980, inscrito no CPF sob nº 117.867.360-04, nascido em 08/11/1947, natural de Rio Grande-RS, residente e domiciliado na Rua Israel, 530 D, Bairro Santa Maria, na cidade de Chapecó-SC, CEP 89.812-500, únicos sócios da **PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME**, com sede na Rua Minas Gerais, 67 E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, CEP: 89.801-015, registrada na Junta Comercial de Santa Catarina, sob o NIRE 42204768114, em 25/10/2011 e inscrita no CNPJ sob nº 14.515.302/0001-07, e com filial registrada na Junta Comercial de Santa Catarina sob NIRE 42900950697 e no CNPJ sob nº 14.515.302/0002-98, resolvem fazer as seguintes alterações e a consolidação do contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Altera o objeto social para: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À EMPRESAS EM MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO e SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR REGISTRO GRÁFICO.**

JUCESC 2556

000175

CLÁUSULA SEGUNDA

A Sócia **BERENICE REIS KOPSTEIN**, qualificada anteriormente, vende e transfere suas quotas sociais no valor de R\$ 2.000,00(dois mil reais), representando 40% do capital nesta data para o sócio **MARCELO KOPSTEIN**, o valor de R\$ 750,00(setecentos e cinquenta reais) e para o sócio **MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA**, o valor de R\$ 1.250,00(um mil e duzentos e cinquenta reais), ambos também qualificados anteriormente.

CLÁUSULA TERCEIRA

Que, com a alteração dos sócios o quadrado societário fica assim distribuído:

MARCELO KOPSTEIN	55% de participação	2.750 quotas	R\$ 2.750,00
MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA	45% de participação	2.250 quotas	R\$ 2.250,00
TOTAL	100% de participação	5.000 quotas	R\$ 5.000,00

CLÁUSULA QUARTA

Altera-se a Cláusula Nona do Contrato Social, passando a ter a seguinte redação: A administração da sociedade caberá ao sócio **MARCELO KOPSTEIN**, com poderes e atribuições de administrador autorizando o uso do nome empresarial, dispensando-os de caução e investidos dos mais amplos e gerais poderes, podendo representá-la em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, assinando todos os documentos necessários à gestão dos negócios, podendo inclusive nomear procuradores.

CLÁUSULA QUINTA

À vista das modificações ora ajustada consolida-se o contrato social mediante a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob o nome empresarial de "**PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME**", tem sua sede social na Rua Minas Gerais, 67 E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, Cep: 89.801-015, tendo como nome fantasia "**PREVEN MED**".

mk

JUCESC 2557

000176

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade constituiu uma filial denominada **PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME**, estabelecida na Rua Plínio Arlindo de Nes, 270 D, Acesso BR 282, Bairro Lider, na cidade de Chapecó-SC, CEP 89.805-290, inscrita na JUCESC sob NIRE 42900950697, e no CNPJ 14.515.302/0002-98.

CLÁUSULA TERCEIRA

O capital social é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) dividido em 5.000 (cinco mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas pelos sócios em moeda corrente nacional, e distribuída na seguinte proporção:

MARCELO KOPSTEIN	55% de participação	2.750 quotas	R\$ 2.750,00
MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA	45% de participação	2.250 quotas	R\$ 2.250,00
TOTAL	100% de participação	5.000 quotas	R\$ 5.000,00

CLÁUSULA QUARTA

O capital social fica assim distribuído entre Matriz e Filial:

PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME - MATRIZ	R\$ 4.000,00
PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME - FILIAL	R\$ 1.000,00
Total	R\$ 5.000,00

CLÁUSULA QUINTA

O objeto social será: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À EMPRESAS EM MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO e SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR REGISTRO GRÁFICO.**

Parágrafo Único: A responsabilidade técnica perante o Conselho Regional de Medicina é de **Marcus Vinícius da Silveira**, inscrito no CRM/SC sob nº 11.464.

mk

000177

CLÁUSULA SEXTA

A sociedade iniciou suas atividades em 25 de outubro de 2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SETIMA

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA NONA

A administração da sociedade caberá ao sócio **MARCELO KOPSTEIN**, com poderes e atribuições de administrador autorizando o uso do nome empresarial, dispensando-os de caução e investidos dos mais amplos e gerais poderes, podendo representá-la em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, assinando todos os documentos necessários à gestão dos negócios, podendo inclusive nomear procuradores.

CLÁUSULA DÉCIMA

Pelo exercício da administração, o sócio-administrador fará jus a uma retirada mensal à título de pró-labore, reajustável a qualquer época do exercício social, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

mk

JUCESC 2559

000178

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O falecimento ou retirada de qualquer sócio não acarretará a dissolução da sociedade, que prosseguirá sem interrupção com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A sociedade será dissolvida por deliberação unânime dos sócios e nos casos previstos em lei.

mkp

700830



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

O administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer o comércio ou a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Nos casos omissos ou duvidosos que surgirem na vigência do presente contrato, serão dirimidos pela Lei 10.406/2002 e de outros dispositivos legais que lhe sejam aplicáveis, ficando eleito o fórum de Chapecó-SC.

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

PRIMEIRO
TABELIONATO

BERENICE REIS KOPSTEIN

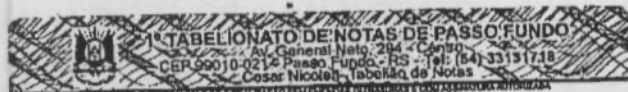
PRIMEIRO
TABELIONATO

Chapecó-SC, 11 de janeiro de 2012.

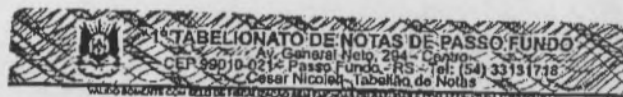
MARCELO KOPSTBIN

PRIMEIRO
TABELIONATO

MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA



Reconheço verdadeira(s) firma(s) de:
[1yNoPkK1] - BERENICE REIS KOPSTEIN;
[1yNfKkL1] - MARCELO KOPSTEIN;
Dou (1) Sel(s) nº(s) 0414.01 1000001438843 0414 01 1900001438843
Passo Fundo (RS), 12 de Janeiro de 2012.
Em test. da verdade
ESCREVENTE AUTORIZADA CAMILA BARBOSA
selos 0,50 + Emolumentos. 8,80 = 9,30



Reconheço verdadeira(s) firma(s) de:
[1yNoLH11] - MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA;
Dou (1) Sel(s) nº(s) 0414.01 1000001438843
Passo Fundo (RS), 12 de Janeiro de 2012.
Em test. da verdade
ESCREVENTE AUTORIZADA CAMILA BARBOSA
selos 0,25 + Emolumentos. 4,40 = 4,65



000180



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CERTIFICO O REGISTRO EM: 13/01/2012 SOB Nº: 20120037289

Protocolo: 12/003728-9, DE 09/01/2012

Empresa: 42 2 0476811 4
PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL
LTDA ME


BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL

JUCE9C 2561

ESTADO DE STA. CATARINA

JUCESC 2891

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 2**Sociedade: PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME**

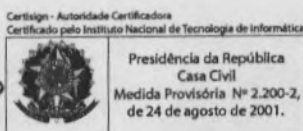
Que fazem entre si, **MARCELO KÖPSTEIN**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.558.678 expedida pela SSP/SC, em 02/06/2006, inscrita no CPF sob o nº 060.469.039-80, nascido em 25/11/1988, natural de Chapecó-SC, residente e domiciliado Rua Minas Gerais, 67 E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, Cep: 89.801-015 e **MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de Comunhão Universal de Bens, portador da cédula de identidade 9017389711, expedida pela SSP/RS em 15/07/1980, inscrito no CPF sob nº 117.867.360-04, nascido em 08/11/1947, natural de Rio Grande-RS, residente e domiciliado na Rua Israel, 530 D, Bairro Santa Maria, na cidade de Chapecó-SC, CEP 89.812-500, únicos sócios da **PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME**, com sede na Rua Minas Gerais, 67 E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, CEP: 89.801-015, registrada na Junta Comercial de Santa Catarina, sob o NIRE 42204768114, em 25/10/2011 e inscrita no CNPJ sob nº 14.515.302/0001-07, e com filial registrada na Junta Comercial de Santa Catarina sob NIRE 42900950697 e no CNPJ sob nº 14.515.302/0002-98, e posterior alteração contratual nº 20120037289 de 13/01/2012; resolvem fazer as seguintes alterações e a consolidação do contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os sócios resolvem de comum acordo, extinguir a filial denominada **PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME**, estabelecida na Rua Plínio Arlindo de Nes, 270 D, Acesso BR 282, Bairro Líder, na cidade de Chapecó-SC, CEP 89.805-290, inscrita na JUCESC sob NIRE 42900950697, e no CNPJ 14.515.302/0002-98.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a extinção da filial, o capital social é transferido integralmente para a matriz.



CLÁUSULA TERCEIRA

À vista das modificações ora ajustada consolida-se o contrato social mediante a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob o nome empresarial de "PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME", tem sua sede social na Rua Minas Gerais, 67 E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, Cep: 89.801-015, tendo como nome fantasia "PREVEN MED".

CLÁUSULA SEGUNDA

O capital social é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) dividido em 5.000 (cinco mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas pelos sócios em moeda corrente nacional, e distribuída na seguinte proporção:

MARCELO KOPSTEIN	55% de participação	2.750 quotas	R\$ 2.750,00
MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA	45% de participação	2.250 quotas	R\$ 2.250,00
TOTAL	100% de participação	5.000 quotas	R\$ 5.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA

O objeto social será: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À EMPRESAS EM MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO e SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR REGISTRO GRÁFICO.**

Parágrafo Único: A responsabilidade técnica perante o Conselho Regional de Medicina é de Marcus Vinicius da Silveira, inscrito no CRM/SC sob nº 11.464.

CLÁUSULA QUARTA

A sociedade iniciou suas atividades em 25 de outubro de 2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

mk

JUCESC 2893

CLÁUSULA SEXTA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA

A administração da sociedade caberá ao sócio **MARCELO KOPSTEIN**, com poderes e atribuições de administrador autorizando o uso do nome empresarial, dispensando-os de caução e investidos dos mais amplos e gerais poderes, podendo representá-la em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, assinando todos os documentos necessários à gestão dos negócios, podendo inclusive nomear procuradores.

CLÁUSULA OITAVA

Pelo exercício da administração, o sócio-administrador fará jus a uma retirada mensal a título de pró-labore, reajustável a qualquer época do exercício social, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA NONA

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O falecimento ou retirada de qualquer sócio não acarretará a dissolução da sociedade, que prosseguirá sem interrupção com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

mk

JUCESC 2894

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A sociedade será dissolvida por deliberação unânime dos sócios e nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer o comércio ou a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Nos casos omissos ou duvidosos que surgirem na vigência do presente contrato, serão dirimidos pela Lei 10.406/2002 e de outros dispositivos legais que lhe sejam aplicáveis, ficando eleito o fórum de Chapecó-SC.

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Chapecó-SC, 13 de setembro de 2012.

PRIMEIRO
TABELIONATO

Marcelo Kopstein
MARCELO KOPSTEIN

PRIMEIRO
TABELIONATO

Marcos Bongalharo da Silveira
MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA



Reconheço verdadeira(s) firma(s) de:
[Gênmbtz0] - MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA.....
[G5nngNJO] - MARCELO KOPSTEIN.....
Dou N. Selo(s) nº(s): 0414.01.1000007 95747 e 0414.01.1000007 95748.
Passo Fundo (RS), 14 de Setembro de 2012.
Em test. de verdade
ESCREVENTE AUTORIZADA LUCIANA ALVES MACHADO
selos 0,80* Emolumentos: 0,80 = 9,30



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 21/09/2012 SOB Nº: 20122657292
Protocolo: 12/265729-2, DE 19/09/2012
Empresa: 42 2 0476811 4
PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL
LTDA ME

Blasco Borges Barcellos
BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 DA SOCIEDADE
PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME
CNPJ Nº 14.515.302/0001-07**

MARCELO KOPSTEIN, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 25/11/1988, SOLTEIRO, EMPRESÁRIO, CPF nº 060.469.039-80, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 4.558.678, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado no(a) RUA MINAS GERAIS, 67 E, CENTRO, CHAPECÓ, SC, CEP 89.801-015, BRASIL.

MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 08/11/1947, CASADO em COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, EMPRESÁRIO, CPF nº 117.867.360-04, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 9017389711, órgão expedidor SSP - RS, residente e domiciliado no(a) RUA GUAPORÉ, 72, APTO 501, CENTRO, CHAPECÓ, SC, CEP 89.802-300, BRASIL.

Sócios da Sociedade Limitada de nome empresarial **PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42204768114, com sede Rua Minas Gerais, 67 E, Centro Chapecó, SC, CEP 89.801-015, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 14.515.302/0001-07, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. O capital anterior totalmente integralizado passa a ser de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 180.000 (cento e oitenta mil) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cujo aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios. Em decorrência do aumento do capital social este fica assim distribuído:

MARCELO KOPSTEIN, com 171.000 (cento e setenta e um mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais) integralizado.

MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA, com 9.000 (nove mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) integralizado.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA SEGUNDA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece CHAPECÓ-SC.

CLÁUSULA TERCEIRA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Req: 81700000985569

Página 1

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/10/2017

Arquivamento 20176909486 Protocolo 176909486 de 18/10/2017

Nome da empresa PREVEN MED

Este documento pode ser verificado

Chancela 264633863975468

Esta cópia foi autenticada digitalmente

e informe o número 100479/2019

Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia de Informática

Presidência da República

Casa Civil

Medida Provisória Nº 2.200-2,

de 24 de agosto de 2001.

18114

Documentos assinados digitalmente 09/01/2019

Junta Comercial de Santa Catarina

CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC

www.jucesc.sc.gov.br/certificado



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 DA SOCIEDADE
PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME
CNPJ Nº 14.515.302/0001-07**

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob o nome empresarial de "PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME", tem sua sede social na Rua Minas Gerais, 67 E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, Cep: 89.801-015, tendo como nome fantasia "PREVEN MED".

CLÁUSULA SEGUNDA

O capital social é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) dividido em 180.000 (cento e oitenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas pelos sócios em moeda corrente nacional, e distribuída na seguinte proporção:

MARCELO KOPSTEIN, com 171.000 (cento e setenta e um mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais) integralizado.

MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA, com 9.000 (nove mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) integralizado.

CLÁUSULA TERCEIRA

O objeto social é: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À EMPRESAS EM MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO e SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR REGISTRO GRÁFICO.**

Parágrafo Único: A responsabilidade técnica perante o Conselho Regional de Medicina é de Marcus Vinícius da Silveira, inscrito no CRM/SC sob nº 11.464.

CLÁUSULA QUARTA

A sociedade iniciou suas atividades em 25 de outubro de 2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Req: 81700000985569

Página 2

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

23/10/2017

Certifico o Registro em 23/10/2017

Arquivamento 20176909486 Protocolo 176909486 de 18/10/2017

Nome da empresa PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA ME NIRE 42204768114

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 264633863975468

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/10/2017

Para verificar a autenticidade acesse www.jucesc.sc.gov.br e informe o número 100479/2017-03 ou consulte o Secretário-geral;



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 DA SOCIEDADE
PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME
CNPJ Nº 14.515.302/0001-07**

CLÁUSULA SEXTA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA

A administração da sociedade caberá isoladamente ao sócio **MARCELO KOPSTEIN**, com poderes e atribuições de administrador autorizando o uso do nome empresarial, dispensando-os de caução e investidos dos mais amplos e gerais poderes, podendo representá-la em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, assinando todos os documentos necessários à gestão dos negócios, podendo inclusive nomear procuradores.

CLÁUSULA OITAVA

Pelo exercício da administração, o sócio-administrador fará jus a uma retirada mensal a título de pró-labore, reajustável a qualquer época do exercício social, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA NONA

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O falecimento ou retirada de qualquer sócio não acarretará a dissolução da sociedade, que prosseguirá sem interrupção com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 DA SOCIEDADE
PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME
CNPJ Nº 14.515.302/0001-07**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A sociedade será dissolvida por deliberação unânime dos sócios e nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer o comércio ou a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Nos casos omissos ou duvidosos que surgirem na vigência do presente contrato, serão dirimidos pela Lei 10.406/2002 e de outros dispositivos legais que lhe sejam aplicáveis, ficando eleito o fórum de Chapecó-SC.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

Chapeco-SC, 11 de outubro de 2017.



MARCELO KOPSTEIN
CPF: 060.469.039-80

MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA
CPF: 117.867.360-04

Req: 81700000985569

Página 4

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

23/10/2017

Certifico o Registro em 23/10/2017

Arquivamento 20176909486 Protocolo 176909486 de 18/10/2017

Nome da empresa PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA ME NIRE 42204768114

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 264633863975468

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/10/2017

Para verificar a autenticidade acesse www.jucesc.sc.gov.br e informe o número 100479/2017-03 ou pelo e-mail secretario-geral@jucesc.sc.gov.br





TABELIONATO DE NOTAS DE PASSO FUNDO
 CEE nº 001/2017 - Passo Fundo - RS - Tel: (51) 3319.0011
 Cesar Nicolini - Tabelião de Notas

Reconheço Autênticas as firmas de MARCELO KOPSTEIN
 MARCOS BONGALHARDOS DA SILVA, assinadas
 presença, do que dou fé

Em testemunho da verdade
 Passo Fundo - RS, 18 de outubro de 2017.
 Emol: R\$ 13,40 + Selo digital, R\$ 2,80 - 0474.01.170009-12553 e 12552 -
 R\$ 16,20

Rafaeli Glotto - Ecrevente Autorizada



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

23/10/2017

Certifico o Registro em 23/10/2017

Arquivamento 20176909486 Protocolo 176909486 de 18/10/2017

Nome da empresa PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA ME NIRE 42204768114

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 264633863975468

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/10/2017

Para verificar a autenticidade acesse www.jucesc.sc.gov.br
 e informe o número 100479/2017-03 Início da Junta de Processos





JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA

000190



176909486

NOME DA EMPRESA	PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA ME
PROTOCOLO	176909486 - 18/10/2017

MATRIZ

NIRE 42204768114
CNPJ 14.515.302/0001-07
CERTIFICO O REGISTRO EM 23/10/2017
SOB N: 20176909486



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

23/10/2017

Certifico o Registro em 23/10/2017

Arquivamento 20176909486 Protocolo 176909486 de 18/10/2017

Nome da empresa PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA ME NIRE 42204768114

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 264633863975468

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/10/2017

Para verificar a autenticidade acesse www.jucesc.sc.gov.br
e informe o número 100479/2017 e informe o número 100479/2017



Presidência da República

Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Secretaria de Racionalização e Simplificação

Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso do órgão de registro
JUCESC)
JUCESC - UNIDADE DESCONCENTRADA DE
CHAPECÓ

19/693242-4

Matrícula(da sede ou da filial
quando a sede for em outra UF)CÓDIGO DA
NATUREZA
JURÍDICANº DE MATRÍCULA DO AGENTE
AUXILIAR DO COMÉRCIO

42204768114

2062



ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Requerimento: 8190000327718
DBE não analisado.
Emitida em 12/03/2019 - V3

NOME: PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA

Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato.

15 MAR. 2019

Nº DE VIAS

CÓD. ATO

CÓD. EVENTO

QTD

DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO

0

002

CHAPECÓ

026

1

ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

051

1

Consolidação de Contrato/Estatuto

Representante Legal da Empresa /Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: MARCELO KOPSTEIN

Assinatura:

Telefone de contato: (49)33231604 gemellicontabilidade@gmail.com

CHAPECÓ-SC

15/03/2019

☐ DECISÃO SINGULAR☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s)

☐ SIM☐ SIM

SINGULAR

Processo em ordem.

À decisão.

Data

☐ NÃO☐ NÃO

Data

Responsável

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência
(Vide despacho em folha anexa)☒ Processo deferido. Publique-se e☐ Processo indeferido.

2º Exigência

3º Exigência

4º Exigência

5º Exigência

23 MAR. 2019

Zilda Martins de Quadros
Mair. 4897

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência
(Vide despacho em folha anexa)☐ Processo deferido. Publique-se e☐ Processo indeferido.

2º Exigência

3º Exigência

4º Exigência

5º Exigência

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da

Turma

OBSERVAÇÕES:



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2019

Arquivamento 20196932424 Protocolo 196932424 de 15/03/2019 NIRE 42204768114

Nome da empresa PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 265870970252587

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

22/03/2019



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE
PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
CNPJ Nº 14.515.302/0001-07**

MARCELO KOPSTEIN nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 25/11/1988, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF nº 060.469.039-80, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 4.558.678, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA MINAS GERAIS, 67 E, CENTRO, CHAPECÓ, SC, CEP 89.801-015, BRASIL.

MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 08/11/1947, CASADO em COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, EMPRESARIO, CPF nº 117.867.360-04, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 9017389711, órgão expedidor SSP - RS, residente e domiciliado(a) no(a) RUA GUAPORÉ - E, 72, APTO 501, CENTRO, CHAPECÓ, SC, CEP 89.802-300, BRASIL.

Sócios da Sociedade Limitada de nome empresarial **PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42204768114, com sede Rua Minas Gerais, 67 E, Centro Chapecó, SC, CEP 89.801-015, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 14.515.302/0001-07, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

ABERTURA/ALTERAÇÃO/BAIXA DE FILIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade resolve abrir uma filial que se localizará na AVENIDA BRASIL, 530, SALA 01 E 02, CENTRO, PATO BRANCO-PR, CEP 85.501-071.

OBJETO SOCIAL DA FILIAL

PRESTACAO DE SERVICO A EMPRESAS EM MEDICINA E SEGURANCA NO TRABALHO E SERVICOS DE DIAGNOSTICOS POR REGISTRO GRAFICO.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA SEGUNDA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece CHAPECÓ-SC.

CLÁUSULA TERCEIRA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

Req: 81900000327718

Página 1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2019

Arquivamento 20196932424 Protocolo 196932424 de 15/03/2019 NIRE 42204768114

Nome da empresa PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 265870970252587

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

22/03/2019

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE
PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
CNPJ Nº 14.515.302/0001-07**

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob o nome empresarial de "PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA", tem sua sede social na Rua Minas Gerais, 67 E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, Cep: 89.801-015, tendo como nome fantasia "PREVEN MED".

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade constituiu uma filial denominada **PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA**, estabelecida na **Av. Brasil, 530, Sala 01 e 02, Bairro Centro, em Pato Branco -PR, CEP 85.501.071**, com o mesmo objeto social da matriz.

CLÁUSULA TERCEIRA

O capital social é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) dividido em 180.000 (cento e oitenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas pelos sócios em moeda corrente nacional, e distribuída na seguinte proporção:

MARCELO KOPSTEIN, com 171.000 (cento e setenta e um mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais) integralizado.

MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA, com 9.000 (nove mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) integralizado.

CLÁUSULA QUARTA

O objeto social é: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À EMPRESAS EM MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO e SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR REGISTRO GRÁFICO.**

Parágrafo Único: A responsabilidade técnica perante o Conselho Regional de Medicina é de **Marcus Vinícius da Silveira**, inscrito no CRM/SC sob nº 11.464.

CLÁUSULA QUINTA

A sociedade iniciou suas atividades em 25 de outubro de 2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE
PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
CNPJ Nº 14.515.302/0001-07**

CLÁUSULA SÉTIMA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA

A administração da sociedade caberá isoladamente ao sócio **MARCELO KOPSTEIN**, com poderes e atribuições de administrador autorizando o uso do nome empresarial, dispensando-os de caução e investidos dos mais amplos e gerais poderes, podendo representá-la em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, assinando todos os documentos necessários à gestão dos negócios, podendo inclusive nomear procuradores.

CLÁUSULA NONA

Pelo exercício da administração, o sócio-administrador fará jus a uma retirada mensal a título de pró-labore, reajustável a qualquer época do exercício social, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA

Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O falecimento ou retirada de qualquer sócio não acarretará a dissolução da sociedade, que prosseguirá sem interrupção com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 DA SOCIEDADE
PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
CNPJ Nº 14.515.302/0001-07**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A sociedade será dissolvida por deliberação unânime dos sócios e nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

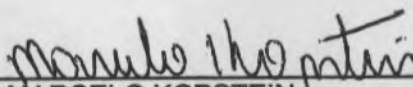
O administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer o comércio ou a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

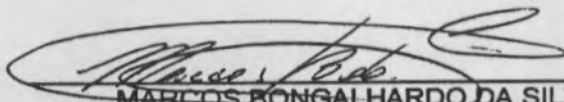
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Nos casos omissos ou duvidosos que surgirem na vigência do presente contrato, serão dirimidos pela Lei 10.406/2002 e de outros dispositivos legais que lhe sejam aplicáveis, ficando eleito o fórum de Chapecó-SC.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

Chapecó-SC, 12 de março de 2019.


MARCELO KOPSTEIN
CPF: 060.469.039-80


MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA
CPF: 117.867.360-04





196932424

000196

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
PROTOCOLO	196932424 - 15/03/2019
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	026 - ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

MATRIZ

NIRE 42204768114
CNPJ 14.515.302/0001-07
CERTIFICO O REGISTRO EM 22/03/2019
SOB N: 20196932424



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2019

Arquivamento 20196932424 Protocolo 196932424 de 15/03/2019 NIRE 42204768114

Nome da empresa PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 265870970252587

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

22/03/2019

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE
PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
CNPJ Nº 14.515.302/0001-07**



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4BIX078PLZJ0U0Q013-eHw&chave2=Ug8cwsph_-ckGj5CvUIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 06046903980-MARCELO KOPSTEIN|11786736004-MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA

MARCELO KOPSTEIN nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 25/11/1988, SOLTEIRO, natural da cidade de(o) CHAPECO - SC, EMPRESARIO, CPF nº 060.469.039-80, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 4.558.678, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA MINAS GERAIS, 67 E, CENTRO, CHAPECO, SC, CEP 89.801-015, BRASIL.

MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 08/11/1947, CASADO em COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, natural da cidade de(o) RIO GRANDE - RS, EMPRESARIO, CPF nº 117.867.360-04, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 9017389711, órgão expedidor SSP - RS, residente e domiciliado(a) no(a) RUA GUAPORE- E, 72, APTO 501, CENTRO, CHAPECO, SC, CEP 89.802-300, BRASIL.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial **PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº **42204768114**, com sede Rua Minas Gerais, 67 E, Centro Chapecó, SC, CEP 89801015, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº **14.515.302/0001-07**, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

QUADRO SOCIETÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Retira-se da sociedade o sócio **MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA**, detentor de 9.000 (Nove Mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, correspondendo a R\$ 9.000,00 (Nove Mil Reais).

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

CLÁUSULA SEGUNDA. O sócio **MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA** transfere suas quotas de capital social, que perfaz o valor total de R\$9.000,00 (Nove Mil Reais), direta e irrestritamente ao sócio **MARCELO KOPSTEIN**, da seguinte forma: VENDA, dando plena, geral e irrevogável quitação.

Após a cessão e transferência de quotas, e da retirada de sócio, fica assim distribuído: **MARCELO KOPSTEIN**, com 180.000 (Cento e Oitenta Mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 180.000,00 (Cento e Oitenta Mil Reais)

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA. A administração da sociedade caberá **ISOLADAMENTE** a(o) Sócio(a) **MARCELO KOPSTEIN** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA QUARTA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE
PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
CNPJ Nº 14.515.302/0001-07**

popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA QUINTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em CHAPECÓ-SC.

CLÁUSULA SEXTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob o nome empresarial de “**PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA**”, tem sua sede social na Rua Minas Gerais, 67 E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó-SC, Cep: 89.801-015, tendo como nome fantasia “**PREVEN MED**”.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade constituiu uma filial denominada **PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA**, estabelecida na **Av. Brasil, 530, Sala 01 e 02, Bairro Centro, em Pato Branco -PR, CEP 85.501.071**, com o mesmo objeto social da matriz.

CLÁUSULA TERCEIRA

O capital social é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) dividido em 180.000 (cento e oitenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas pelos sócios em moeda corrente nacional, e distribuída na seguinte proporção:

MARCELO KOPSTEIN, com 180.000 (cento e oitenta mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) integralizado.

CLÁUSULA QUARTA

O objeto social é: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À EMPRESAS EM MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO e SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR REGISTRO GRÁFICO.**

Parágrafo Único: A responsabilidade técnica perante o Conselho Regional de Medicina é de **Marcus Vinícius da Silveira**, inscrito no CRM/SC sob nº 11.464.

CLÁUSULA QUINTA

A sociedade iniciou suas atividades em 25 de outubro de 2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

Req: 81900001446620

Página 2



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 06/11/2019

Arquivamento 20195277279 Protocolo 195277279 de 06/11/2019 NIRE 42204768114

Nome da empresa PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 245371888031344

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/11/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

06/11/2019

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE
PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
CNPJ Nº 14.515.302/0001-07**

CLÁUSULA SEXTA

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA

A administração da sociedade caberá isoladamente ao sócio **MARCELO KOPSTEIN**, com poderes e atribuições de administrador autorizando o uso do nome empresarial, dispensando-os de caução e investidos dos mais amplos e gerais poderes, podendo representá-la em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, assinando todos os documentos necessários à gestão dos negócios, podendo inclusive nomear procuradores.

CLÁUSULA NONA

Pelo exercício da administração, o sócio-administrador fará jus a uma retirada mensal a título de pró-labore, reajustável a qualquer época do exercício social, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA

Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O falecimento ou retirada de qualquer sócio não acarretará a dissolução da sociedade, que prosseguirá sem interrupção com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.



a

000200

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE
PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
CNPJ Nº 14.515.302/0001-07**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A sociedade será dissolvida por deliberação unânime dos sócios e nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer o comércio ou a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Nos casos omissos ou duvidosos que surgirem na vigência do presente contrato, serão dirimidos pela Lei 10.406/2002 e de outros dispositivos legais que lhe sejam aplicáveis, ficando eleito o fórum de Chapecó-SC.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

CHAPECÓ-SC, 6 de novembro de 2019.

MARCELO KOPSTEIN

MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA

Req: 81900001446620

Página 4



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 06/11/2019

Arquivamento 20195277279 Protocolo 195277279 de 06/11/2019 NIRE 42204768114

Nome da empresa PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 245371888031344

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/11/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

06/11/2019



JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA

000201

~~000200~~



195277279

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
PROTOCOLO	195277279 - 06/11/2019
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42204768114
CNPJ 14.515.302/0001-07
CERTIFICO O REGISTRO EM 06/11/2019
SOB N: 20195277279

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 06046903980 - MARCELO KOPSTEIN
Cpf: 11786736004 - MARCOS BONGALHARDO DA SILVEIRA



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 06/11/2019

Arquivamento 20195277279 Protocolo 195277279 de 06/11/2019 NIRE 42204768114

Nome da empresa PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 245371888031344

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/11/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

06/11/2019

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****CERTIDÃO NEGATIVA****DE****LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARCELO KOPSTEIN**

CPF/CNPJ: **060.469.039-80**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:50:05 do dia 29/07/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: **BSXI290722155005**

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



000203

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 14.515.302/0001-07 DUNS®: 901085362
Razão Social: PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
Nome Fantasia: PREVEN MED
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 28/10/2022

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 03/08/2022
Código de Controle: 6A10E9614F97CEB1

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 31/07/2022
Código de Controle: 2022070200018573736169

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 07/01/2023
Código de Controle: 218646522022



000204

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 14.515.302/0001-07 DUNS®: 901085362
Razão Social: PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
Nome Fantasia: PREVEN MED
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual: ISENTO
Inscrição Municipal: 40168

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 09/09/2022
Código de Controle: 220140114035786

Comprovante de Regularidade Municipal

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 15/08/2022
Código de Controle: 64591 / 2022



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

000205

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 29/07/2022 15:48:04

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA**
CNPJ: **14.515.302/0001-07**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 14515302000107

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



DECLARAÇÃO UNIFICADA

À

Prefeitura Municipal de Ubiratã - PR
Ref. ao Pregão Eletrônico nº 106/2022

PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.515.302/0001-07, com sede na Rua Minas Gerais, 67-E, Centro, Chapecó - SC, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **MARCELO KOPSTEIN**, portador (a) da Carteira de Identidade nº 4.558.678 e do CPF n.º 060.469.039-80, DECLARA:

A. Ter pleno conhecimento bem como atender a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame;

B. Inexistir fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos da lei e que não está suspensa de licitar e contratar com o Município de Ubiratã, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;

C. Que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

D. Que não possui em seu quadro societário servidores públicos do Município de Ubiratã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Chapecó - SC, 25 de julho de 2022.

MARCELO
KOPSTEIN:06046
903980

Assinado de forma digital
por MARCELO
KOPSTEIN:06046903980
Dados: 2022.07.25 14:01:28
-03'00'

PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA - CNPJ 14.515.302/0001-07
MARCELO KOPSTEIN - REPRESENTANTE LEGAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

000209

Alvará de Localização e Permanência

Número da ordem:

7119/2022

Data de emissão:

07/01/2022

Valido até:

31/01/2023

ALVARÁ CONCEDIDO PELO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ NOS TERMOS DO ART. 170 DA LEI 170/83 À:

RAZÃO SOCIAL

346748 - PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA

CNPJ

14.515.302/0001-07

NOME FANTASIA

ENDEREÇO ESTABELECIMENTO

Logradouro: Rua MINAS GERAIS

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: Chapecó

Número: 67 E

CEP: 89801-015

UF: SC

INSC. MUNICIPAL

40168

INSC. ESTADUAL

INÍCIO ATIVIDADE

27/10/2011

DEFERIMENTO INSC.

17/11/2011

CÓDIGO DE CONTROLE

CMDA-XIEN

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

ATIVIDADE(S) CNAE

PRINCIPAL:

7490199 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente

SECUNDÁRIA(S):

8640208 - Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos

OBSERVAÇÕES

É OBRIGATÓRIO FIXAR O ALVARÁ EM LOCAL VISÍVEL NO ESTABELECIMENTO

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado

www.chapeco.sc.gov.br

ADMINISTRAÇÃO

2021/2024

Chapecó (SC) - 01/02/2022

Av. Getúlio Dornelles Vargas, 957S - Palmital

89812-000 - 4933213400



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
SECRETARIA DA SAÚDE

ALVARÁ SANITÁRIO

Número da ordem:
1884

Verificado em:
2022

Válido até:
31/03/2023

Data de emissão:
08/01/2022

A prefeitura de Chapecó, por força da Lei Municipal 3496/92 regulamentada pelo Decreto Municipal 3064/93 e conforme Lei Estadual 6320/83, concede o presente alvará sanitário à:

RAZÃO SOCIAL

346748 - PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA

CNPJ:

14.515.302/0001-07

NOME FANTASIA

ENDEREÇO ESTABELECIMENTO

Logradouro: Rua MINAS GERAIS

Número: 67 E

Complemento:

CEP: 89801-015

Bairro: CENTRO

Cidade: Chapecó

UF: SC

INSC. MUNICIPAL

40168

INSC. ESTADUAL

INICIO ATIVIDADE

27/10/2011

DEFERIMENTO INSC.

17/11/2011

CÓDIGO DE CONTROLE

LRQB-UMNW

ATIVIDADE(S) - SANITÁRIA

PRINCIPAL:

7490199 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente

RISCO:

Baixo Risco (dispensado)

SECUNDÁRIA(S):

8640208 - Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros

Alto Risco Sanitário

OBSERVAÇÕES

www.chapeco.sc.gov.br

É OBRIGATÓRIO FIXAR O ALVARÁ EM LOCAL VISÍVEL NO ESTABELECIMENTO

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado

ADMINISTRAÇÃO
2021/2024

Chapecó, 20 de Maio de 2022.
Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Palmital

Emitido por: Fernanda Cristina Henzel

89812-000 - (49) 3321-8400

Ficha de Estabelecimento Identificação

Data: 07/06/2022

CNES: 9501398 Nome Fantasia: PREVEN MED CNPJ: 14.515.302/0001-07
Nome Empresarial: PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA Natureza jurídica: ENTIDADES EMPRESARIAIS
Logradouro: MINAS GERAIS Número: 67 Complemento: E
Bairro: CENTRO Município: 420420 - CHAPECO UF: SC
CEP: 89801-200 Telefone: (49) 3323-1604 Dependência: INDIVIDUAL Reg de Saúde: --
Tipo de Estabelecimento: POLICLINICA Subtipo: -- Gestão: MUNICIPAL
Diretor Clínico/Gerente/Administrador: MARCELO KOPSTEIN
Cadastrado em: 18/05/2018 Atualização na base local: 03/01/2022 Última atualização Nacional: 05/06/2022
Horário de Funcionamento:

Dia semana	Horário
SEGUNDA-FEIRA	08:00 às 11:30
SEGUNDA-FEIRA	14:00 às 18:00
TERÇA-FEIRA	08:00 às 11:30
TERÇA-FEIRA	14:00 às 18:00
QUARTA-FEIRA	08:00 às 11:30
QUARTA-FEIRA	14:00 às 18:00
QUINTA-FEIRA	08:00 às 11:30
QUINTA-FEIRA	14:00 às 18:00
SEXTA-FEIRA	14:00 às 18:00
SEXTA-FEIRA	08:00 às 11:30

Data desativação: --

Motivo desativação: --

000212

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, celebrado, de um lado, pela Empresa **PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 14.515.302/0001-07, localizada na Rua Minas Gerais, 67E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó (SC), neste ato representado pelo administrador **MARCELO KOPSTEIN**, empresário, portador da cédula de identidade nº 4.558.678 e CPF nº 060.469.039-80, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado **MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA**, médico do trabalho, portador do RG 1053688485, expedida pela SJS/RS, e CPF nº 910.490.910-00, inscrito no CRM/SC sob nº 11464, doravante denominado **CONTRATADO**, estabelecem as partes, de comum acordo, as seguintes disposições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços do CONTRATADO à CONTRATANTE, visando prestar consultas médicas na área de medicina do trabalho, elaboração de PCMSOs - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, Perícias Médicas, entre outros, na qualidade de Responsável Técnico.

Cláusula Segunda: O CONTRATADO cumprirá carga horária de no mínimo 05 (cinco) horas semanais.

Cláusula Terceira: O presente Contrato vigorará por período indeterminado.

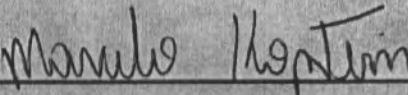
Cláusula Quarta: Fica estipulado o valor de R\$ 250,00 (cento e cinquenta reais), a título de remuneração hora ao CONTRATADO, devendo esta ser paga pelo CONTRATANTE até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da prestação de serviços.

Cláusula Quinta: O CONTRATANTE propiciará todas as condições para o bom desempenho das atividades do CONTRATADO.

Cláusula Sexta: As partes elegem o Foro da Comarca de Chapecó (SC) para dirimir eventuais litígios acerca do contrato, podendo ser resolvidos, também, por meio de procedimento arbitral. E por estarem justos e contratados, subscrevem o presente em duas vias de igual teor e forma.

Chapecó (SC), 13 de dezembro de 2019.

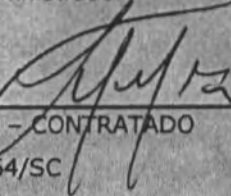
2º TABELIONATO



PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME - CONTRATANTE

MARCELO KOPSTEIN - Sócio Administrador

2º TABELIONATO



MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA - CONTRATADO

Médico do Trabalho - CRM 11.464/SC

2º TABELIONATO

DE NOTAS E PROTESTOS DE CHAPECO - SC Rua Benjamin Constant, nº 1040, Centro
ANEXO NOTARIAL DE OFICINA VAGNAN - TABELIONATO Chapecó - SC - Cep: 89.001-070 - Fone: (49) 3325-6011

Reconheço, por AUTENTICIDADE, a(s) assinatura(s) de:

MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA

E dou fé, Chapecó, 13 de Dezembro de 2019.
Em testemunho _____ de verdade.

VANESSA SUZANE NAZZARI - ESCRIVENTE
AUTORIZADA

Emol. R\$ 3,25 + Selo:
R\$ 1,95 + ISS: 0,13 = R\$ 5,33
Selo Dig. de Fisc. do Tipo
NORMAL-FPM71663-UXNT
Ato praticado por: CAROLINE GHENO FONTANA

2º TABELIONATO

DE NOTAS E PROTESTOS DE CHAPECO - SC Rua Benjamin Constant, nº 1040, Centro
ANEXO NOTARIAL DE OFICINA VAGNAN - TABELIONATO Chapecó - SC - Cep: 89.001-070 - Fone: (49) 3325-6011

Reconheço, por AUTENTICIDADE, a(s) assinatura(s) de
MARCELO KOPSTEIN

E dou fé, Chapecó, 13 de Dezembro de 2019.
Em testemunho _____ de verdade.

VANESSA SUZANE NAZZARI - ESCRIVENTE
AUTORIZADA

Emol. R\$ 3,25 + Selo:
R\$ 1,95 + ISS: 0,13 = R\$ 5,33
Selo Dig. de Fisc. do Tipo
NORMAL-FPM71663-UXNT
Ato praticado por: CAROLINE GHENO FONTANA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, celebrado, de um lado, pela Empresa **PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA EPP** inscrita no CNPJ sob nº 14.515.302/0001-07, localizada na Rua Minas Gerais, 67-E, Bairro Centro, na cidade de Chapecó (SC), neste ato representado pelo sócio administrador **MARCELO KOPSTEIN**, empresário, portador da cédula de identidade nº 4.558.678 e CPF nº 060.469.039-80, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado **RAFAEL COSTELLI**, engenheiro de segurança do trabalho, portador do RG 3892595-8, expedida pela SSP/SC e CPF nº 044.046.839-60 inscrito no CREA sob nº 089034-6, doravante denominado **CONTRATADO**, estabelecem as partes, de comum acordo, as seguintes disposições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços do CONTRATADO à CONTRATANTE, visando prestar serviços relacionados à segurança do trabalho, junto a sede da CONTRATANTE e nos locais por ela designados.

Cláusula Segunda: O presente contrato vigorará pelo período indeterminado.

Cláusula Terceira: Fica estipulado o valor praticado mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a título de remuneração ao CONTRATADO e também percentual de comissão de 3% (três por cento) incidente sobre os serviços prestados, devendo esta ser paga pelo CONTRATANTE até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Cláusula Quarta: O CONTRATANTE propiciará todas as condições para o bom desempenho das atividades do CONTRATADO.

Cláusula Quinta: O contrato ora celebrado não importará vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e o CONTRATADO em nenhuma hipótese.

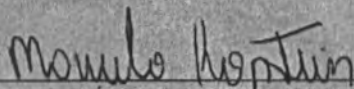
Cláusula Sexta: O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, desde que haja comunicação formal de no mínimo 30 (trinta) dias, anteriores ao distrato.

Cláusula Sétima: Em caso de não observância da cláusula sétima por qualquer das partes, ficará a parte que rescindir sem aviso prévio, sujeita ao pagamento de multa, que será fixada no valor representado pela totalidade recebida no mês anterior ao distrato.

Cláusula Oitava: As partes elegem o Foro da Comarca de Chapecó (SC) para dirimir eventuais litígios acerca do contrato, podendo ser resolvidos, também, por meio de procedimento arbitral. E por estarem justos e contratados, subscrevem o presente em duas vias de igual teor e forma.

Chapecó (SC), 12 de novembro de 2019.

1º TABELIONATO
CHAPECÓ-SC


 PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA EPP -
 CONTRATANTE
 MARCELO KOPSTEIN - Sócio Administrador

1º TABELIONATO
CHAPECÓ-SC


 RAFAEL COSTELLI -
 CONTRATADO
 Engenheiro de Segurança do Trabalho -
 CREA sob nº 089034-6

1º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS
 ILVANO LOSS PORTO - TABELIÃO
 Rua Barrão do Rio Branco, 133-D
 Centro - 89.801-030 - Chapecó/SC
 contato@cartorioporto.com.br
 49 3322.0702

RECONHEÇO por AUTENTICA a(s) firma(s) de:
 MARCELO KOPSTEIN que assina por PREVEN MED...
 SAÚDE OCUPACIONAL LTDA; RAFAEL COSTELLI.....
 Chapecó/SC, 12 de novembro de 2019.
 Em testemunho da verdade.
 GUSTAVO MARCHIORI NUNES DE
 OLIVEIRA - Escrevente
 E-mail: 6,50; Senal: 3,40; 1,38; 0,26 = R\$10,66
 Selo Digital de Autenticação do tipo: Normal
 FQJ32365-4003 FQJ32366-1104
 Ato praticado por: GUSTAVO MARCHIORI NUNES DE
 Confira os dados do ato em: selo.tsc.jus.br



CURSO: ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO
PÓS-GRADUADO(A): RAFAEL COSTELLI

COMPONENTES CURRICULARES	CRED.	H/A	FREQ.	CONC.	PROFESSOR	TÍTULO
ERGONOMIA	2,0	30	100%	B	LIZANDRA GARCIA LUIPI VERGARA	Doutora
GERÊNCIA DE RISCOS I	2,0	30	100%	A	TARCISIO ABREU SAURIN	Doutor
GERÊNCIA DE RISCOS II	2,0	30	100%	A	JULIANO MARTINS E SOUZA	Especialista
HIGIENE DO TRABALHO I - RUÍDOS E VIBRAÇÕES	3,3	50	94%	A	ERASMO FELIPE VERGARA MIRANDA	Doutor
HIGIENE DO TRABALHO II - TEMPERATURA EXTREMAS E PRESSÕES	2,0	30	100%	A	LEANDRO CARLOS FERNANDES	Doutor
HIGIENE DO TRABALHO III - RADIAÇÕES	1,3	20	100%	A	TONI JEFFERSON LOPES	Mestre
HIGIENE DO TRABALHO IV - AGENTES QUÍMICOS	3,0	45	100%	B	PAULO ROBERTO INNOCENTE	Doutor
INTRODUÇÃO À ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO	1,3	20	100%	A	MURILLO CESAR COSTELLI	Mestre
LEGISLAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO APLICADA À ENGENHARIA DE SEGURANÇA	4,0	60	100%	A	TONI JEFFERSON LOPES	Doutor
METODOLOGIA DE PESQUISA	3,0	45	77%	B	JULIANO MARTINS E SOUZA	Especialista
O AMBIENTE E AS DOENÇAS DO TRABALHO	3,3	50	100%	A	MARCELO FABIANO COSTELLA	Doutor
PREVENÇÃO DE RISCOS I - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	2,0	30	100%	A	MAURO LEANDRO MENEGOTTO	Doutor
PREVENÇÃO DE RISCOS II - ELÉTRICIDADE	1,3	20	100%	B	TANGARA JORGE MUTRAN	Mestre
PREVENÇÃO DE RISCOS III - CONSTRUÇÃO	3,0	45	100%	A	FABRIZIO ALVES MUFFO	Especialista
PREVENÇÃO DE RISCOS IV - FRIGORÍFICOS	0,7	10	100%	C	VICTOR LUIZ CRESPI	Especialista
PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	3,0	45	100%	A	MARCELO FABIANO COSTELLA	Doutor
PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS E EXPLOÇÕES	4,0	60	100%	A	HELEIA BORTOLOSSO	Especialista
PSICOLOGIA NA ENGENHARIA DE SEGURANÇA, COMUNICAÇÃO E TREINAMENTO	1,0	15	100%	A	ROSILEIA GARCIA FRANCA	Doutor
MONOGRAFIA				A	SILVIO EDMUNDO PILZ	Mestre
				A	MARCIA GISELA DE LIMA	Mestre
				A	MURILLO CESAR COSTELLI	Mestre

MONOGRAFIA "ANÁLISE DA EMISSÃO DE GASES POLUENTES POR VEÍCULOS QUE FIZERAM USO DE GNV COMO COMBUSTÍVEL"

TOTAL DE HORAS: 635
TOTAL DE CRÉDITOS: 42,32

Monografia concluída em: 04/03/2011

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Nota global não inferior a 7,0; Insuficiência atribuída de 7,5

12 TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS
ILVAMIO LOSS PORTO - TABELÃO
Rua Barão do Rio Branco, 133-D
Centro - 89.801-030 - Chapecó/SC
cartorio@cartorioporto.com.br
49 3322.0702

AUTÊNTICO a presente cópia por ser reprodução do documento original que me foi apresentado com o qual confiei. Dou fé.

Chapecó - SC, 12 de novembro de 2019
Em Testemunho da verdade,
GUSTAVO MARCONI NUNES DE OLIVEIRA -
Escritor
Selo Digital de Fiscalização do tipo Normal
F0A32387406F1
Emitido em: 3,55; Selo: 1,95; ISS: 0,14 = R\$5,64
Ato praticado por GUSTAVO MARCONI NUNES DE OLIVEIRA
Confira os dados do ato em: www.jusbr.com

O presente curso obedeceu às disposições da Resolução nº 107/2007 do CEE/SC, publicada em 22 de fevereiro de 2008, tendo sido pelo Conselho Universitário da UNOCHAPECÓ através da Resolução CONSUN/2010.

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ - UNOCHAPECÓ
Certificado registrado sob nº 2782
Livro nº 7
em 07/04/2011
Folha nº 182
Núcleo Acadêmico

Ilvami Loss Porto
Tabelião
Mecano Karyna Rios
Substituto



000216

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIDÃO DE PESSOA FÍSICA

Nome: RAFAEL COSTELLI

Aprovado em: 16/07/2008

CPF: 044.046.839-60

Registro: SC S1 089034-6

Expedido pelo CREA-SC

Registro Nacional: 2506296700

Endereço: AVENIDA FERNANDO MACHADO D 1260 APTO 804 CENTRO
89802-111 CHAPECO SC

Títulos

Título: ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO - MECÂNICA

Escola: UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE

Data: 13/05/2008

Título: ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Escola: UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECO - UNOCHAPECO

Data: 07/04/2011

Atribuições profissionais: "ARTIGO 1 DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA, REFERENTE A PROCESSOS DE USINAGEM E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL (EXCETO EQUIPAMENTOS QUE ATUAM SOB PRESSÃO, EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS/PNEUMÁTICOS E VEÍCULOS AUTOMOTORES) E ARTIGO 1 DA RESOLUÇÃO 235/75 DO CONFEA". "ARTIGO 4 DA RESOLUÇÃO 359/91 DO CONFEA".

Certificamos que o(a) profissional, acima citado(a), encontra-se devidamente registrado(a) junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos, ainda, que até esta data não constam pendências em seu nome relativas a taxas e emolumentos administrados por este CREA.

A certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Emitida às 14:34:36 do dia 11/04/2022 válida até 31/03/2023 .

Código de controle de certidão: 8H48-E391-SEHC-C174

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC (www.crea-sc.org.br).

Aprovada pela Instrução Normativa 005/01 de 13/07/2001.



CREA-SC

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Fone: (0xx48) 3331-2000 - Fax: (0xx48) 3331-2005
Caixa Postal 125 - CEP 88034-001 Site: www.crea-sc.org.br E-Mail: crea-sc@crea-sc.org.br



000217

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CRM-SC

CERTIDÃO DE RQE
Registro de Qualificação de Especialidade

Certificamos que o Dr. MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA, é inscrito neste Conselho Regional de Medicina, sob o número 11464 - SC - Inscrição Principal desde o dia 30 de agosto de 2004 possuindo o Registro de Qualificação de Especialista em Medicina Legal E Perícia Médica (Registro: 15131), Medicina Do Trabalho (Registro: 17208).

Florianópolis, 12 de julho de 2022

Certidão emitida no dia 12/07/2022. Válida até o dia 10/09/2022.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do CRM-SC, na Internet, no endereço: <https://crmsc.org.br/validador-de-documentos/> por meio do código B7JIZJ ou diretamente em um dispositivo móvel com leitor de QR CODE.



SEDE:
RODOVIA JOSÉ CARLOS DAUX, Nº 3890
FONE: (48) 3952-5000 - FAX: (48)3225-5331
FLORIANÓPOLIS-SC
SITE: WWW.CREMESC.ORG.BR
E-MAIL: PROTOCDO@CREMESC.ORG.BR

DEL. BLUMENAU: (47) 3326-4554
DEL. CONCORDIA: (49) 3422-0814
DEL. CHAPECÓ: (49) 3323-0502
DEL. CRICIÚMA: (48) 3433-7223
DEL. CURITIBANOS: (49) 3241-6042

DEL. ITAJAÍ: (47) 3349-7724
DEL. JOAÇABA: (49) 3521-1611
DEL. JOINVILLE: (47) 3433-9452
DEL. LAGES: (49) 3222-8519
DEL. MAFRA: (47) 3643-6140

DEL. PORTO UNIÃO: (42) 3522-0936
DEL. RIO DO SUL: (47) 3522-6399
DEL. S. M. O.: (49) 3621-3484
DEL. TUBARÃO: (48)3632-7876
DEL. XANXERÊ: (49) 3433-0973

000218



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - SC

CERTIFICADO

de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica

Inscrito sob CRM nº
5332-SC

Data de Inscrição:
23/04/2018

Validade:
23/04/2023

CNPJ
14515302000107

Razão Social: PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA ME

Nome Fantasia:

Endereço
R MINAS GERAIS, 67 E, CENTRO

Município
Chapécó

CEP
89801015

Responsável Técnico: MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA CRM nº 11464

Classificação

CLÍNICA ESPECIALIZADA/AMBULATÓRIO ESPECIALIZADO EM MEDICINA DO TRABALHO, MEDICINA LEGAL E PERÍCIA MÉDICA.

Habilitada à prestação de consultas médicas.

Habilitada à realização de exames complementares.

Este certificado atesta a REGULARIDADE da inscrição neste Conselho Regional de Medicina da prestadora de serviço de saúde supra identificada, conforme legislação e normatização vigentes.

Este certificado deverá ser afixado em local visível ao público e acessível à fiscalização.

LYGIA GORETTI BRUGGEMANN PETERS

2ª Secretária

Certificado emitido no dia 08/06/2022. Válido até o dia 23/04/2023.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do CRM SC, na Internet, no endereço: <http://www.cremesc.org.br/validador.jsp> por meio do código 2HZQEQ ou diretamente em um dispositivo móvel pelo aplicativo CRM SC - Validador de Documentos disponível pela Google Play.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA

Razão Social: PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA

Aprovado em: 03/10/2016

CNPJ: 14.515.302/0001-07

Registro: 144674-7

Endereço: RUA MINAS GERAIS 67E CENTRO

89801-015 CHAPECO SC

Número da alteração contratual: 5

Data da certificação: 06/11/2019

Capital social atual: R\$ 180.000,00 - CENTO E OITENTA MIL REAIS

Objetivos Sociais aprovado junto ao CREA-SC: ATIVIDADES TECNICAS APROVADAS PELO CREA-SC, LIMITADAS A(S) AREA(S) DE ENGENHARIA DE SEGURANCA DO TRABALHO, PARA: PRESTACAO DE SERVICO A EMPRESAS EM MEDICINA E SEGURANCA NO TRABALHO E SERVICOS DE DIAGNOSTICOS POR REGISTRO GRAFICO.

Responsáveis Técnicos:

Nome: RAFAEL COSTELLI

Responsabilidade Técnica aprovada em 19/02/2020

Registro: SC S1 089034-6 Expedido pelo CREA-SC

RNP: 2506296700

Título: ENGENHEIRO DE PRODUCAO - MECANICA

ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO

Atribuições do Profissional: "ARTIGO 1 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA, REFERENTE A PROCESSOS DE

USINAGEM E MANUTENCAO INDUSTRIAL (EXCETO EQUIPAMENTOS QUE ATUAM SOB PRESSAO,

EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO, EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS/PNEUMATICOS E VEICULOS

AUTOMOTORES) E ARTIGO 1 DA RESOLUCAO 235/75 DO CONFEA". "ARTIGO 4 DA RESOLUCAO 359/91 DO

CONFEA".

Certificamos que a pessoa jurídica, acima citada, encontra-se, registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos, ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que a

000219

peessoa jurídica mencionada, bem como seus encarregados técnicos, não se encontram em débito com o CREA-SC. Certificamos, mais, que esta certidão não concede a firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, direta e efetiva dos encarregados técnicos acima citados, dentro das respectivas atribuições.

Emitida às 09:40:03 do dia 01/07/2022 válida até 31/07/2022 .

Código de controle de certidão: 1 A8-4C23-515C-4HDH

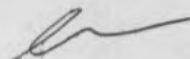
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC (www.crea-sc.org.br)

Aprovada pela Instrução Normativa 005/01 de 13/07/2001.



CREA-SC

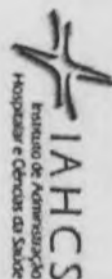
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Fone: (0xx48) 3331-2000 - Fax: (0xx48) 3331-2005
Caixa Postal 125 - CEP 88034-001 Site: www.crea-sc.org.br E-Mail: crea-sc@crea-sc.org.br


000220

000221



ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CIÊNCIAS DA SAÚDE



Portaria MEC nº 2809/02 (DOU 07/10/2002)
Parecer CNE/CES nº 295/03 (DOU 01/04/2004)

CERTIFICADO

Conferimos a **MARCUS VINÍCIUS DA SILVEIRA**
brasileiro, portador da carteira de identidade número 1053688485/RS
filho de Marcos Bongalhardo da Silveira e Solange Carnesella da Silveira
nascido em 16 de março de 1978, em Passo Fundo/RS

DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 01 DE 03 DE ABRIL DE 2001 DO CONSELHO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E REGIMENTO GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DE
GESTÃO E CIÊNCIAS DA SAÚDE. O PRESENTE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM

MEDICINA DO TRABALHO

Porto Alegre, 30 de maio de 2007.

[Assinatura]
DR. CLAUDIO JOSÉ ALVES AYER
DIRETOR GERAL

[Assinatura]
INTUADO

12 TABELAMENTO DE NOTAS E PROTESTOS
ALVARO LOSS PORTO - TABELLÃO
Rua Barão do Rio Branco, 133-D
Centro - 89.801-030 - Chapecó/SC
cartorio@cartorioporto.com.br
49 3322.0702

AUTENTICO a presente cópia por ser reprodução do
documento original que me foi apresentado com o qual
conferi. Dou fé.

Chapecó - SC, 11 de outubro de 2019
Em Testemunha da verdade,

LEONARDO LUIZ ANTONINI - Escrevente

Selo Digital de Fiscalização do Tipo: Normal
PPF50291-PB11

Emot: 3,55; Selo: 1,95; ISS: 0,15 = R\$5,65

Ato praticado por LEONARDO LUIZ ANTONINI

Contra os dados do ato em selo.tsc.jus.br



000222

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR E CIÊNCIAS DA SAÚDE
ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CIÊNCIAS DA SAÚDE

AUTENTICO a presente cópia por ser reprodução do documento original que me foi apresentado com o qual conferi. Dou fé.

Chapécó - SC, 11 de outubro de 2019
Em Testemunho da Verdade,
LEONARDO LUIZ ANTONINI - Escrivão

Selo Digital de Fiscalização do Tipo: Normal
FPP50292-6LJX
Emitido em: 3.55; Selo: 1.95; ISS: 0.15 = R\$5,65
Ato praticado por: LEONARDO LUIZ ANTONINI
Contra os dados do ato em: selo.fsc.jus.br

22 TABELAMENTO DE NOTAS E PROJETOS
ALUNO LUIZ ANTONINI - TABELA
0131-D-31-11-2019 - Chapécó/SC
Cartão nº 001-801-888-8
Cartão nº 001-801-888-8
Cartão nº 001-801-888-8



Brasão de Armas do Brasil
Emerson Krüger Rêgo
Secretário

MÓDULOS - DISCIPLINAS	Nome Aluno/ Credenciais	GRAU	FREQUÊNCIA	PROFESSOR	TITULAÇÃO
MÓDULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO - 120h/13					
Estatística e Epidemiologia Ocupacional	20/2	100%	10,0	Mauricio Sobalmon	Mestre
Psicologia, Sociologia e Trabalho	20/2	100%	9,5	Marcia Rony Amador	Mestre
Metodologia da Pesquisa Científica / Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	20/2	100%	10,0	Mauricio Sobalmon	Mestre
Ética, Bioética e Responsabilidade Profissional	10/1	100%	10,0	Marcia Azevedo	Doutor
Legislação Aplicada à Saúde e Segurança do Trabalhador	50/5	100%	10,0	Marcia Roberto Giovanni Pereira	Mestre
MÓDULO II - FORMAÇÃO ESPECÍFICA - 240h/24					
Epigenética	40/4	100%	9,7	Cleuz Mourão Pirelli	Mestre
Toxicologia Ocupacional	20/2	100%	10,0	Marcia Antônio Dornier	Doutor
Higiene Ocupacional e Segurança do Trabalho	20/2	100%	10,0	Cleuz Tiana Burmann	Especialista
Sociologia Ocupacional, Normas da Saúde Integral do Trabalhador, Organização de Serviços de Atenção à Saúde do Trabalhador, Doenças Ocupacionais, Psicologia e Patologia do Trabalho, Acidentes de Trabalho, Primeiros Socorros e Recrutamento Profissional	20/2	100%	10,0	Marcia Roberto Giovanni Pereira	Mestre
Laudos Técnicos e Periciais	70/7	100%	10,0	Marcia Aurélio Coderium	Especialista
MÓDULO III - GESTÃO - 20h/2					
Gestão em Saúde e Segurança Ocupacional: Gestão da Qualidade Ambiental e Saneamento do Meio, Sistemas de Gestão em Saúde do Trabalhador, Gestão das Empresas de Medicina do Trabalho	20/2	100%	9,5	Boque Pucelli	Mestre
MÓDULO IV - ESTÁGIO - 100h/10					
Estágio	100/10		10,0	Mauricio Sobalmon	Mestre
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) DO TABELAMENTO DE NOTAS E PROJETOS, COM COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO (CAT) EMITIDA, ATENDENDO EM POSTO DE SAÚDE DE UM PROFISSIONAL MINICURSO DA REGIÃO EXTENSIVO OBJETIVO DE SAÚDE CATALUNHA/SC	100/10		10,0	Mauricio Sobalmon	Mestre
TOTAL DE HORAS AULAS/CONTINÚO					
	500h/50				

O curso de especialização em Medicina do Trabalho, área Ciências da Saúde Coletiva e Saúde Pública, foi realizado no período de 30 de abril de 2005 a 24 de março de 2007, em Porto Alegre/RS, observando o disposto no Regulamento Educacional vigente, no Regulamento nº01, de 03/04/2001 do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior e nos Regulamentos CS nº01/2002 de 01/11/2002 e CS nº04/2002 de 01/11/2002, ambos da Escola Superior de Gestão e Ciências da Saúde. Os critérios adotados para avaliação do rendimento do aluno obedeceram ao disposto no Regulamento Geral da Escola que prevê aprovação para quem alcançar a média, por disciplina, igual ou superior a 7 (sete) em graus numéricos que variam de 0 (zero) a 10 (dez) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), nas atividades discursivas, técnicas e práticas.

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CIÊNCIAS DA SAÚDE
Registro sob o nº 10.052 a 10.053
Livro de Registro nº 01
Porto Alegre, 10 de Outubro de 2019
Secretário



000223

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CRM-SC

CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE INSCRIÇÃO

Certificamos que o Dr. MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA, é inscrito neste Conselho Regional de Medicina, sob o número 11464 - SC - Inscrição Principal desde o dia 30 de agosto de 2004.

Florianópolis, 12 de julho de 2022

Certidão emitida no dia 12/07/2022. Válida até o dia 10/09/2022.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do CRMSC, na Internet, no endereço: <https://crmesc.org.br/validador-de-documentos/> por meio do código DE7XBC ou diretamente em um dispositivo móvel com leitor de QR CODE.



SEDE:
R.D. SC-401 Km4 - SACO GRANDE
FONE: (48) 3952-6000 - FAX: (48) 3225-5331
FLORIANÓPOLIS-SC
SITE: WWW.CREMESC.ORG.BR
E-MAIL: PROTOCOLO@CREMESC.ORG.BR

DEL. BLUMENAU: (47) 3326-4554
DEL. CONCÓRDIA: (49) 3422-0814
DEL. CHAPECÓ: (49) 3323-0502
DEL. CRICIÚMA: (48) 3433-7223
DEL. CURITIBANOS: (49) 3241-6042

DEL. ITAJAÍ: (47) 3349-7724
DEL. JOAÇABA: (49) 3521-1611
DEL. JOINVILLE: (47) 3433-9452
DEL. LAGES: (49) 3222-8519
DEL. MAFRA: (47) 3643-6140

DEL. PORTO UNIÃO: (42) 3522-0936
DEL. RIO DO SUL: (47) 3522-6399
DEL. S. M. O.: (49) 3621-3484
DEL. TUBARÃO: (48) 3632-7876
DEL. XANXERÊ: (49) 3433-0973

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.515.302/0001-07

Razão Social: PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA

Endereço: R MINAS GERAIS 67 E / CENTRO / CHAPECO / SC / 89801-015

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/07/2022 a 19/08/2022

Certificação Número: 2022072101261992872713

Informação obtida em 01/08/2022 14:04:15

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

- Inabilitada

PROPOSTA DE PREÇOS

000225

Empresa Licitada

Razão Social: Centro de Saúde Ocupacional e Especializações do Rio de Janeiro - MEDCENTRO

Saúde

E Endereço: Rua Caratinga 15 Honório Gurgel / CEP. 21511-200 RJ

Telefone: 21 3593-9594 / 97016-81

CNPJ/MF: 42.409.831/0001-61

Praça Dados Bancários: RIO DE JANEIRO - Banco do Brasil Agência 0091- 4 CC 60.24

Representante Legal

Nome: Luma Viana dos Santos Mello de Paula

Nº da Carteira de Identidade: 32545552-7

Órgão Expedidor: Detran

Nº do CPF: 058.632.347

E-mail: comercial@medcentersaude.com.br

1	Atestado de Saúde Ocupacional - ASO (admissional, demissional, mudança de função, retorno ao trabalho e periódico).	400	UN	9,00	3.600,00
---	---	-----	----	------	----------

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL
04	Acuidade visual	100	UN.	14,00	1.400,00
**	TOTAL	**	**	**	1.400,00
05	AUDIOMETRIA	100	UN.	25,00	2.500,00
**	TOTAL	**	**	**	2.500,00
06	Eletrocardiograma	100	UN.	100,00	7.700,00
**	TOTAL	**	**	**	7.700,00
11	Raios-X Lombar. Raios-X Tórax com laudo OIT.110	100	UN.	190,00	18.000,00
**	TOTAL	**	**	**	18.000,00
12	Validação de Atestados Médicos.	100	UN.	50,00	5.000,00
**	TOTAL	**	**	**	5.000,00
	VALOR TOTAL	**	**	**	R\$ 33.195,00

PRAZO DA PROPOSTA DE PREÇOS; 90 DIAS A CONTAR DA DATA DE ASSINATURA DA PROPOSTA.

Descrição Complementar

Luma Viana S. M. de Paula
Med. Center Saúde
Centro de Saúde Ocup. e Esp. do RJ-Eirell
42.409.831/0001-61

Luma Viana dos Santos Mello de Paula

Rua Caratinga 15 - Honório Gurgel - CEP: 21511-200 - RJ.
E-mail: comercial@medcentersaude.com.br - http://medcentersaude.com.br/
SAC: (21) 3593 - 9594
(21) 97016 - 8107

Validade da proposta 90 dias.
Rio de Janeiro, 22 de Junho de 2022.

Controladoria / Jurídico
Med. Center Saúde
CNPJ 42.409.831/0001-61
CONFERIDO



000226

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 42.409.831/0001-61
Razão Social: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI
Nome Fantasia: MED CENTER
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 08/08/2022
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	05/11/2022
FGTS	Validade:	14/08/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	06/11/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	18/01/2022 (*)
Receita Municipal	Validade:	20/12/2021 (*)



000227

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 42.409.831/0001-61
Razão Social: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI
Nome Fantasia: MED CENTER
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 08/08/2022

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Micro Empresa
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)
Capital Social: R\$ 120.000,00 Data de Abertura da Empresa: 21/06/2021
CNAE Primário: 9602-5/02 - ATIVIDADES DE ESTÉTICA E OUTROS SERVIÇOS DE CUIDADOS COM A BELEZA

CNAE Secundário 1: 4614-1/00 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO
CNAE Secundário 2: 4616-8/00 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO
CNAE Secundário 3: 4618-4/02 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO
CNAE Secundário 4: 4642-7/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA
CNAE Secundário 5: 4664-8/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E
CNAE Secundário 6: 7119-7/04 - SERVIÇOS DE PERÍCIA TÉCNICA RELACIONADOS À
CNAE Secundário 7: 7490-1/99 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E
CNAE Secundário 8: 7739-0/02 - ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICOS E
CNAE Secundário 9: 8630-5/02 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS
CNAE Secundário 10: 8630-5/03 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A
CNAE Secundário 11: 8630-5/99 - ATIVIDADES DE ATENÇÃO AMBULATORIAL NÃO
CNAE Secundário 12: 8650-0/05 - ATIVIDADES DE TERAPIA OCUPACIONAL

Dados para Contato

CEP: 21.511-200
Endereço: RUA CARATINGA, 15 - PARTE - HONORIO GURGEL
Município / UF: Rio de Janeiro / Rio de Janeiro
Telefone: (21) 21212121
E-mail: COMERCIAL@MEDCENTERSAUDE.COM.BR

Relatório de Credenciamento

000228

Dados do Responsável Legal

CPF: 058.632.347-33
Nome: LUMA VIANA DOS SANTOS MELLO DE PAULA

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 058.632.347-33
Nome: LUMA VIANA DOS SANTOS MELLO DE PAULA
E-mail: centromedico@globomail.com

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 058.632.347-33 Participação Societária: 100,00%
Nome: LUMA VIANA DOS SANTOS MELLO DE PAULA
Número do Documento: 315455527 Órgão Expedidor: detran rj
Data de Expedição: 30/01/2015 Data de Nascimento: 16/09/2000
Filiação Materna: JAQUELINE VIANA DOS SANTOS MELLO DE PAULA
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 21.511-200
Endereço: RUA CARATINGA, 15 - HONORIO GURGEL
Município / UF: Rio de Janeiro / Rio de Janeiro
Telefone: (21) 82639825
E-mail: centromedico@globomail.com

Linhas Fornecimento

Serviços

6343 - Anestesiologia - Anestesia para Exames Radiológicos e Ultra - Sonográficos - Medicos
8796 - Planejamento / Controle de Serviço Médico
8818 - Medicina Trabalho - Perícia Serviço Médico / Engenharia
9059 - Patologia Clínica - Ocupacional
12963 - Instalação/Montagem/Desmontagem/Remoção - Aparelhos Médico/Odontológico/Hospitalar
17825 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho
20222 - Locação Equipamento / Instrumento / Peça / Componente - Médico / Odontológico / Oftalmológico
22373 - Exame Médico Periódico



DANIELE DA COSTA BARTZ ZEM

07



Nenhum registro encontrado para a consulta realizada.



Consulta

Cadastro

Segurança

Área de Trabalho

Consulta Nivel V – Qualificação Técnica

Pesquisar Fornecedor

* Tipo de Pessoa

☒ Pessoa Jurídica ☐ Pessoa Física ☐ Estrangeiro

* CNPJ

42.409.831/0001-61

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

PESQUISAR

REALIZAR NOVA PESQUISA

VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL



Nenhum registro encontrado para a consulta realizada.



000231

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 42.409.831/0001-61
Razão Social: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI
Nome Fantasia: MED CENTER
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado - Possui pendência

Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual: 42409831000161
Inscrição Municipal: 3118158-6

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 18/01/2022
Código de Controle: cfd9c9d400b0064372db940a3f676d3a

Comprovante de Regularidade Municipal

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 20/12/2021
Código de Controle: 52265/2021



CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº: 07-2022/1127583

000232

Código de verificação de autenticidade: 40c37df6a135126773118e5b96d84597

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

CPF / CNPJ: 42.409.831/0001-61

CAD-ICMS: Ativo

NOME / RAZÃO SOCIAL: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO

CERTIFICAMOS, para os fins de direito, e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, que, até a presente data, **NÃO CONSTAM DÉBITOS** perante a RECEITA ESTADUAL para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.

EMITIDA EM: 10/07/2022 ÀS 19:51:52

VÁLIDA ATÉ: 08/10/2022

Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017

OBSERVAÇÕES

Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada pela Internet (<http://www10.fazenda.rj.gov.br/SATI-FiscoFacil/publico/autenticidadeHashCertidao/consultaAutenticidadeHash.xhtml>).

A verificação de débitos é efetuada pelo CNPJ do requerente, abrangendo sua regularidade fiscal e de estabelecimentos que porventura possuir com mesma raiz de CNPJ. A razão social, quando indicada, é informação apenas ilustrativa.

O campo CAD-ICMS atesta a situação do CNPJ do requerente no Cadastro Estadual de Contribuintes do ICMS: ATIVO - estabelecimento inscrito e ativo; DESATIVADO - estabelecimento inscrito e desativado; NÃO INSCRITO - estabelecimento sem qualquer inscrição. No caso de estabelecimento inscrito no CAD-ICMS, sua identificação deverá ser obtida pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (www.fazenda.rj.gov.br).

A condição de não-inscrito ou desativado não desobriga o requerente de possuir inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro caso exerça atividade relacionada no artigo 20 do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014.



000233

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 42.409.831/0001-61
Razão Social: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI
Nome Fantasia: MED CENTER
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 08/08/2022

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 05/11/2022
Código de Controle: FE3DCA8E0A621AD1

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 14/08/2022
Código de Controle: 2022071600056568219019

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 06/11/2022
Código de Controle: 149889182022

**SICAF**

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores



DANIELE DA COSTA BARTZ ZEM

079.733.189-17 - Governo

000234



Consulta

Cadastro

Segurança

Área de Trabalho

Sair

Consulta Nível II – Habilitação Jurídica

Fornecedor

CNPJ

Razão Social

42.409.831/0001-61

CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI

Nome Fantasia

Situação do Fornecedor

MED CENTER

Credenciado

Data de Vencimento do Cadastro

Situação do Nível II

08/08/2022

Cadastrado - Possui pendência ⓘ

Orientações

Nível II

A Habilitação Jurídica é o segundo nível de cadastramento no SICAF.

No exame da documentação relativa à habilitação jurídica devem ser observadas as normas que regulam e legitimam a atividade de pessoas físicas e jurídicas. A documentação exigida, conforme o artigo 28 da Lei nº 8.666, de 1993, consistirá em:

I - cédula de identidade;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

VI - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

O estatuto social das sociedades por ações deve estar acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, conforme a Lei nº 6.404, de 1976. Para ser considerado em vigor, deve observar as exigências previstas em lei, dentre as quais:

I - registro na junta comercial;

II - publicação na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia e

III - publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia.

A empresa, no entanto, estando sob a égide de Microempreendedor Individual - MEI deverá inserir o seu documento SIMEI

- Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos Abrangidos pelo Simples Nacional.

Obs.1. As informações relativas ao quadro societário são obtidas por interoperabilidade com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Obs.2. Em atendimento à exigência do inciso I, do art. 28 da Lei nº 8.666, de 1993, será aceito para fins de habilitação Jurídica o documento de identificação, que seja considerado válido em todo território nacional, na forma da legislação em vigor, relativo ao(s) Sócio (s), Dirigente (s), e cônjuge (s).

Obs.3. Orientamos sobre a necessidade de complementação na habilitação Jurídica das informações sobre cônjuge(s) do(s) sócio(s) dirigente(s), tendo em vista a determinação do Tribunal de Contas da União, pela qual os órgãos e entidades da Administração Pública devem verificar a existência de sócios comuns, endereços idênticos e/ou indícios de parentesco. (Acórdão 2136/2006 - 1ª Câmara e Acórdão 662/2013 - Plenário).

Documentos

Natureza Jurídica

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)

000235

Registro Comercial

Arquivo Comprobatório

DOWNLOAD

Responsável Legal

CPF Nome
5863234733 LUMA VIANA DOS SANTOS MELLO DE PAULA

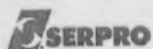
Sócios / Administradores

CPF / CNPJ 058.632.347-33
Nome / Razão social LUMA VIANA DOS SANTOS MELLO DE PAULA
Participação Societária (%) 100,000000
Possui pendência Sim
Ação

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

VOLTAR

Brasília, 29 de Julho de 2022



Produção





000236

Pregão nº 1062022

Modo de Disputa: Aberto

Objeto: Contratação de empresa para realizar serviços de atestado de saúde ocupacional, revisão e/ou atualização de serviços na área da saúde e segurança do trabalho e realização de exames complementares, conforme detalhamento constante no termo de referência.

Data de abertura inicial: 28/07/2022 08:30 (horário de Brasília)

Término do prazo para registro da intenção de recurso: -

Fornecedor: 42.409.831/0001-61 - CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI

DOCUMENTOS DE PROPOSTA/HABILITAÇÃO

Anexo	Tipo	Enviado em:
proposta compactada.zip	Proposta	27/07/2022 21:50
01 CND FGTS.pdf	Habilitação	22/07/2022 09:37
02 DIVIDA ATIVA ESTADO.pdf	Habilitação	22/07/2022 09:37
03 CND ESTADO.pdf	Habilitação	22/07/2022 09:37
04 Certidao CND Trabalhista.pdf	Habilitação	22/07/2022 09:37
05 Certidão de Situação Fiscal do ISS.pdf	Habilitação	22/07/2022 09:38
06 Receita Federal.pdf	Habilitação	22/07/2022 09:38
07 Balanço completo.pdf	Habilitação	22/07/2022 09:39
08 Certidao 1 Oficio.pdf	Habilitação	22/07/2022 09:39
09 Certidao 2 Oficio.pdf	Habilitação	22/07/2022 09:39
10 Certidao 3 Oficio.pdf	Habilitação	22/07/2022 09:40
11 Certidao 4 Oficio.pdf	Habilitação	22/07/2022 09:40
13 ATESTADO TECNICO.pdf	Habilitação	22/07/2022 09:40
14 ATESTADO TECNICO.pdf	Habilitação	22/07/2022 09:40

ANEXOS DO ITEM

Item: 1 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada

Anexo/Planilha	Enviado em:
PROPOSTA ADEQUADO UBIRATA.pdf	28/07/2022 11:38

Fechar

**PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO II**

Referente ao Pregão Eletrônico nº 106/2022.

Realplane Terceirização & Engenharia Ltda

Rua Cesar Maia, 223 – Centro – Capitólio/MG - CEP: 37.930-000

Fone: (15) 9 9150-5411

e-mails: realplane.licitacoes@gmail.com

CNPJ: 43.920.774/0001-43

CREA: 1115189

I.E.: 4269059.00-85

I.M.: 3854

Dados Bancários: Sicoob Credialto

Ag: 4427-0 C/C:

19.610-0

Dados do Representante Legal:

Natan do Nascimento Rodrigues

R.G.: 40.882.463-3

CPF: 447.799.118-50.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:
 - 1.1. O valor global para a execução do objeto de item 2 é de R\$ R\$ 1.359,00 (um mil trezentos e cinquenta e nove reais).
 - 1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.
 - 1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.
2. Se vencedora da Licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Senhor (a) Natan do Nascimento Rodrigues, portador do R.G.: 40.882.463-3 e CPF: 447.799.118-50, situado à Rua Cesar Maia, nº. 223 – Centro – Capitólio – Minas Gerais – CEP 37930-000.
3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Contratada para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) Natan do Nascimento Rodrigues, portador do R.G.: 40.882.463-3 e CPF: 447.799.118-50, situado à Rua Cesar Maia, nº. 223 – Centro – Capitólio – Minas Gerais – CEP 37930-000., telefone (15) 99150-5411 e e-mail: realplane.licitacoes@gmail.com.
4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo Banco: Sicoob Credialto - Ag: 4427-0 - C/C:19.610-0

Realplane - Terceirização & Engenharia LTDA

CNPJ: 43.920.774/0001-43

R. Cesar Maia, nº 223 - Centro- Capitólio -MG

Contato: realplane.licitacoes@gmail.com - (15) 99150-5411

www.realplane.com.br

**REALPLANE**

Serviço de Terceirização & Engenharia

000238

5. Detalhamento da proposta: Processo Administrativo: Nº. 5726/2022

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
2	Revisão e/ou atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho, compreendendo: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (CONFORME NR 16)	1	UN.	R\$ 1.359,00	R\$ 1.359,00
VALOR TOTAL GLOBAL					R\$ 1.359,00

DAS DECLARAÇÕES

- Declaramos que aceitamos e concordamos com as condições de pagamento e os prazos de execução da obra conforme Edital.
- Declaramos que, por ser de seu conhecimento, submete-se a todas as cláusulas e condições constantes do edital referente à licitação acima referida, bem como às disposições das Leis Federais nº 8.666/93 e alterações posteriores.

São Paulo, 28 de julho de 2022

Assinado de forma
digital por NATAN
DO NASCIMENTO
RODRIGUES:44779
911850Natan do Nascimento Rodrigues
Procurador
RG: 40.882.463-3
CPF: 447.799.118-50Realplane - Terceirização & Engenharia LTDA
CNPJ: 43.920.774/0001-43

R. Cezar Maia, nº 223 - Centro- Capitólio -MG

Contato: realplane.licitacoes@gmail.com - (15) 99150-5411www.realplane.com.br



REALPLANE
Serviço de Terceirização & Engenharia

000239

PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO II

Referente ao Pregão Eletrônico nº 106/2022.

Realplane Terceirização & Engenharia Ltda

Rua Cesar Maia, 223 – Centro – Capitólio/MG - CEP: 37.930-000

Fone: (15) 9 9150-5411

e-mails: realplane.licitacoes@gmail.com

CNPJ: 43.920.774/0001-43

CREA: 1115189

I.E.: 4269059.00-85

I.M.: 3854

Dados Bancários: Sicoob Credialto

Ag: 4427-0 C/C:

19.610-0

Dados do Representante Legal:

Natan do Nascimento Rodrigues

R.G.: 40.882.463-3

CPF: 447.799.118-50.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:
 - 1.1. O valor global para a execução do objeto é de **R\$ R\$ 71.158,00** (Setenta e um mil cento e cinquenta e oito reais).
 - 1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.
 - 1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.
2. Se vencedora da Licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Senhor (a) Natan do Nascimento Rodrigues, portador do R.G.: 40.882.463-3 e CPF: 447.799.118-50, situado à Rua Cesar Maia, nº. 223 – Centro – Capitólio – Minas Gerais – CEP 37930-000.
3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Contratada para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) Natan do Nascimento Rodrigues, portador do R.G.: 40.882.463-3 e CPF: 447.799.118-50, situado à Rua Cesar Maia, nº. 223 – Centro – Capitólio – Minas Gerais – CEP 37930-000., telefone (15) 99150-5411 e e-mail: realplane.licitacoes@gmail.com.
4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo Banco: Sicoob Credialto - Ag: 4427-0 - C/C: 19.610-0

Realplane - Terceirização & Engenharia LTDA

CNPJ: 43.920.774/0001-43

R. Cesar Maia, nº 223 - Centro- Capitólio -MG

Contato: realplane.licitacoes@gmail.com - (15) 99150-5411

www.realplane.com.br



REALPLANE
Serviço de Terceirização & Engenharia

000240
000240

5. Detalhamento da proposta: Processo Administrativo: Nº. 5726/2022

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
2	Revisão e/ou atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho, compreendendo: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (CONFORME NR 16)	1	UN.	R\$ 1.359,00	R\$ 1.359,00
03	Ácido hipúrico.	100	UN.	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
	Ácido meti-hipúrico	100	UN.	R\$ 40,00	R\$ 4.000,00
	Ácido transmucônico.	100	UN.	R\$ 51,00	R\$ 5.100,00
	Coprocultura.	100	UN.	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
	Micotológico Cuticula.	100	UN.	R\$ 34,00	R\$ 3.400,00
	Parasitológico de Fezes.	100	UN.	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
	Parcial de Urina.	100	UN.	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
	Ácido Úrico.	100	UN.	R\$ 9,00	R\$ 900,00
	Brucelose IgG.	100	UN.	R\$ 37,00	R\$ 3.700,00
	Brucelose IgM.	100	UN.	R\$ 39,00	R\$ 3.900,00
	Carboxihemoglobina.	100	UN.	R\$ 27,00	R\$ 2.700,00
	Colesterol Total e Frações	100	UN.	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
	Colinesterase.	100	UN.	R\$ 21,00	R\$ 2.100,00
	Creatinina.	100	UN.	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
	Gama GT.	100	UN.	R\$ 21,00	R\$ 2.100,00
	Glicemia.	100	UN.	R\$ 14,00	R\$ 1.400,00

Realplane - Terceirização & Engenharia LTDA
CNPJ: 43.920.774/0001-43

R. Cezar Maia, n° 223 - Centro- Capitólio -MG
Contato: realplane.licitacoes@gmail.com - (15) 99150-5411
www.realplane.com.br



REALPLANE
Serviço de Terceirização & Engenharia

000241

				R\$	
	Hemograma Completo.	100	UN.	R\$ 22,00	2.200,00
				R\$	
	Hepatite B (Anti-HBS).	100	UN.	R\$ 32,00	3.200,00
				R\$	
	Hepatite B HBSAG.	100	UN.	R\$ 25,00	2.500,00
				R\$	
	Hepatite C (Anti-HCV).	100	UN.	R\$ 25,00	2.500,00
				R\$	
	Plaquetas	100	UN.	R\$ 12,00	1.200,00
				R\$	
	TGO.	100	UN.	R\$ 8,00	800,00
				R\$	
	TGP.	100	UN.	R\$ 8,00	800,00
				R\$	
	Triglicerídeos	100	UN.	R\$ 9,00	900,00
				R\$	
	Uréia.	100	UN.	R\$ 8,00	800,00
				R\$	
	VDRL.	100	UN.	R\$ 13,00	1.300,00
				R\$	
	Anti-HIV (CCG - 20184)	100	Un	R\$ 34,00	3.400,00
08	Espirometria.	100	UN.	R\$ 48,990	R\$ 4.899,00
	VALOR TOTAL GLOBAL				R\$ 71.158,00

DAS DECLARAÇÕES

- Declaramos que aceitamos e concordamos com as condições de pagamento e os prazos de execução da obra conforme Edital.
- Declaramos que, por ser de seu conhecimento, submete-se a todas as cláusulas e condições constantes do edital referente à licitação acima referida, bem como às disposições das Leis Federais nº 8.666/93 e alterações posteriores.

São Paulo, 28 de julho de 2022

Assinado de forma
digital por NATAN DO
NASCIMENTO
RODRIGUES:4477991185
0

Natan do Nascimento Rodrigues
Procurador
RG: 40.882.463-3
CPF: 447.799.118-50

Realplane - Terceirização & Engenharia LTDA
CNPJ: 43.920.774/0001-43

R. Cezar Maia, nº 223 - Centro- Capitólio -MG

Contato: realplane.licitacoes@gmail.com - (15) 99150-5411

www.realplane.com.br



000242

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 43.920.774/0001-43
Razão Social: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA
Nome Fantasia: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 11/04/2023
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	09/10/2022
FGTS	Validade:	01/08/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	10/01/2023

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	06/09/2022
Receita Municipal	Validade:	19/08/2022

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/04/2023



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/731.203-9	MGP2100904473	14/10/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
002.903.026-92	MARIA IMACULADA DE SOUZA



000245

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA

1. MARIA IMACULADA DE SOUZA, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESARIA, Casado(a), regime de bens Comunhao Parcial, nº do CPF 002.903.026-92, documento de identidade M-7.755.777, SSP, MG, com domicilio / residência a RUA CESAR MAIA, número 223, bairro / distrito CENTRO, município CAPITOLIO - MINAS GERAIS, CEP 37.930-000.

Constituem uma sociedade empresária limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA.

Parágrafo Único: A sociedade tem como nome fantasia REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA.

Cláusula Segunda - O objeto social será CONSTRUCAO DE EDIFICIOS, SERVICOS DE ENGENHARIA E OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS, ATIVIDADES DE VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA, SERVICOS DE PERICIA TECNICA RELACIONADOS A SEGURANCA DO TRABALHO, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA, EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS.

Cláusula Terceira - A sede da sociedade é na RUA CESAR MAIA, número 223, bairro / distrito CENTRO, município CAPITOLIO - MG, CEP 37.930-000.

Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades em 14/10/2021 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL reais) dividido em 50.000 quotas no valor nominal R\$ 1,00 (UM real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

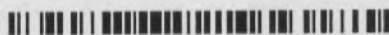
NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR R\$
MARIA IMACULADA DE SOUZA	50.000	50.000,00
TOTAL	50.000	50.000,00

Cláusula Sexta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sétima - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Oitava - A administração da sociedade caberá ao administrador(a)/sócio(a) MARIA IMACULADA DE SOUZA, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

MÓDULO INTEGRADOR: 15 MGP2100904473



MG17233996

1/2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31212606561 em 19/10/2021 da Empresa REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, Nire 31212606561 e protocolo 217312039 - 18/10/2021. Autenticação: E9C810ECD1C631182E1A86CF6726C16C399B5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/731.203-9 e o código de segurança Qxge Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/10/2021 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/7

L

**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE REALPLANE -
TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA**

000246

Cláusula Nona - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Décima - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima Primeira - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula Décima Segunda - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Terceira - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Quarta - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Quinta - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

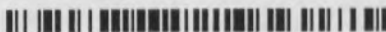
Cláusula Décima Sexta - Fica eleito o foro de PIUMHI - MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratado(s), assinam o presente instrumento.

CAPITOLIO, 14 de Outubro de 2021.

MARIA IMACULADA DE SOUZA
Sócio/Administrador

MÓDULO INTEGRADOR: 15 MGP2100904473



MG17233996

2/2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31212606561 em 19/10/2021 da Empresa REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, Nire 31212606561 e protocolo 217312039 - 18/10/2021. Autenticação: E9C810ECD1C631182E1A86CF6726C16C399B5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/731.203-9 e o código de segurança Qxge Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/10/2021 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

000247

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/731.203-9	MGP2100904473	14/10/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
002.903.026-92	MARIA IMACULADA DE SOUZA



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31212606561 em 19/10/2021 da Empresa REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, Nire 31212606561 e protocolo 217312039 - 18/10/2021. Autenticação: E9C810ECD1C631182E1A86CF6726C16C399B5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/731.203-9 e o código de segurança Qxge Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/10/2021 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/7



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, de NIRE 3121260656-1 e protocolado sob o número 21/731.203-9 em 18/10/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31212606561, em 19/10/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kelly Cristina Costa Prates.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
002.903.026-92	MARIA IMACULADA DE SOUZA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
002.903.026-92	MARIA IMACULADA DE SOUZA

Belo Horizonte, terça-feira, 19 de outubro de 2021



Documento assinado eletronicamente por Kelly Cristina Costa Prates, Servidor(a) Público(a), em 19/10/2021, às 07:00 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/731.203-9.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. terça-feira, 19 de outubro de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31212606561 em 19/10/2021 da Empresa REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, Nire 31212606561 e protocolo 217312039 - 18/10/2021. Autenticação: E9C810ECD1C631182E1A86CF6726C16C399B5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/731.203-9 e o código de segurança Qxge Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/10/2021 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



000250

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 43.920.774/0001-43
Razão Social: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA
Nome Fantasia: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 11/04/2023

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Micro Empresa
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não
Capital Social: R\$ 50.000,00 Data de Abertura da Empresa: 19/10/2021
CNAE Primário: 4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

CNAE Secundário 1: 7020-4/00 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL,
CNAE Secundário 2: 7112-0/00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA
CNAE Secundário 3: 7119-7/04 - SERVIÇOS DE PERÍCIA TÉCNICA RELACIONADOS À
CNAE Secundário 4: 7490-1/99 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E
CNAE Secundário 5: 8011-1/01 - ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA

Dados para Contato

CEP: 37.930-000
Endereço: RUA CESAR MAIA, 223 - CENTRO
Município / UF: Capitólio / Minas Gerais
Telefone: (37) 33731909
E-mail: realplane.licitacoes@gmail.com

Dados do Responsável Legal

CPF: 002.903.026-92
Nome: MARIA IMACULADA DE SOUZA

Relatório de Credenciamento

000251

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 447.799.118-50
Nome: NATAN DO NASCIMENTO RODRIGUES
E-mail: maximus.natan@gmail.com

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 002.903.026-92 Participação Societária: 100,00%
Nome: MARIA IMACULADA DE SOUZA
Número do Documento: 02008653549 Órgão Expedidor: DETRAN MG
Data de Expedição: 20/03/2017 Data de Nascimento: 09/03/1972
Filiação Materna: MARIA MADALENA OLIVEIRA TEIXEIRA
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 37.930-000
Endereço: RUA CESAR MAIA, 223 - CENTRO
Município / UF: Capitólio / Minas Gerais
Telefone: (37) 91327172
E-mail: realplane.licitacoes@gmail.com

Linhas Fornecimento

Serviços

43 - Estudos e Projetos Viabilidade Técnico - Econômica de Recursos Naturais
744 - Consultoria e Assessoria - Organização e Métodos
752 - Consultoria e Assessoria - Econômico / Financeira
760 - Consultoria e Assessoria - Contábil
779 - Consultoria e Assessoria - Fiscal
787 - Consultoria e Assessoria - Tributária
795 - Consultoria e Assessoria - Jurídica
809 - Consultoria / Assessoria - Engenharia
817 - Consultoria e Assessoria - Meio Ambiente
825 - Consultoria e Assessoria - Qualidade
841 - Consultoria e Assessoria - Recursos Humanos
850 - Consultoria e Assessoria - Administração de Material
876 - Perícia, Laudo e Avaliação
1350 - Obras Cíveis de Parques e Praças
1368 - Obras Cíveis de Reflorestamento
1384 - Obras Cíveis de Terraplenagem
1392 - Obras Cíveis de Pavimentação de Concreto
1406 - Obras Cíveis de Pavimentação Asfáltica
1414 - Obras Cíveis de Pavimentação Poliedrica
1422 - Obras Cíveis de Pavimentação de Paralelepípedo
1449 - Obras Cíveis de Fundações Diretas

Relatório de Credenciamento

000252

Serviços

1457 - Obras Civas de Fundações em Estacas de Concreto
1465 - Obras Civas de Fundações em Estacas Metálicas
1473 - Obras Civas de Fundações em Tubulões
1481 - Obras Civas de Fundações Subaquáticas
1490 - Obras Civas de Estruturas de Concreto Armado
1503 - Obras Civas de Estruturas de Concreto Protendido
1511 - Obras Civas de Estruturas Metálicas
1520 - Obras Civas de Estruturas Pré-Moldadas
1562 - Instalações Prediais de Gás (Obras Civas)
1570 - Instalações Prediais Eletrônicas (Obras Civas)
1589 - Instalações Prediais de Comunicação (Obras Civas)
1619 - Obras Civas de Edificação Prediais
1635 - Obras Civas - Demolições
1643 - Obras Civas de Recuperação Estrutural - Injeções em Trincas e Fissuras de Concreto
1651 - Obras Civas de Recuperação Estrutural - Tratamento e Proteção de Armaduras e Superfícies de Concreto
1660 - Obras Civas de Recuperação Estrutural - Concreto Projetado
1678 - Obras Civas de Recuperação Estrutural - Estruturas Metálicas
1686 - Obras Civas de Muros de Arrimo
1694 - Obras Civas de Cortinas Atirantadas
1708 - Obras Civas de Muros de Gabiões
1716 - Obras Civas de Paredes Diafragma
1732 - Obras Civas de Atirantamento
1775 - Obras Civas de Túneis
1783 - Obras Civas de Rodovias / Estacionamento
1791 - Obras Civas de Ferrovias, Pátios e Terminais
1805 - Obras Civas de Aeroportos
1821 - Obras Civas de Barragens de Concreto (Estrutural, Gravidade e Concreto Rolado)
1830 - Obras Civas - Barragens de Enroçamento
1848 - Obras Civas - Barragens de Terra
1872 - Obras Civas de Saneamento - Captação, Adução e Distribuição de Água e Esgoto Sanitário
1880 - Obras Civas de Saneamento - Tratamento de Água, Esgoto Sanitário e Despejo Industrial
1899 - Obras Civas de Saneamento - Sistema de Drenagem Pluvial e Industrial
1902 - Obras Civas - Perfuração de Poços
1929 - Obras Civas de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica
1937 - Obras Civas de Linhas de Distribuição de Energia Elétrica
1945 - Obras Civas de Redes de Telecomunicações
1953 - Obras Civas de Jardins e Áreas Gramadas
3808 - Treinamento na Área de Administração
3816 - Treinamento na Área Econômica - Financeira
3824 - Treinamento na Área Jurídica
3832 - Treinamento na Área de Engenharia
3840 - Treinamento Informática - Sistema / Software
3859 - Treinamento na Área de Recursos Humanos
3867 - Treinamento na Área Comercial

Serviços

3875 - Treinamento na Área de Suprimento
3883 - Curso/Treinamento - Idioma Estrangeiro
4103 - Consultoria / Assessoria - Logística
4383 - Obras Civas de Instalação de Elevadores
4545 - Obras Civas de Edificações Residenciais e Comerciais
4553 - Obras Civas de Edificações Industriais
4561 - Obras Civas de Escavação
5339 - Treinamento na Área de Meio Ambiente
5347 - Treinamento na Área de Qualidade
5622 - Obras Civas Públicas (Construção)
7935 - Tratamento - Amputação Unilateral ou Bilateral (TreinamentoProtético)
8770 - Consultoria e Assessoria - Médica Geral
8788 - Consultoria e Assessoria - Odontológica
12602 - Assessoria em Relações Governamentais
12653 - Treinamento - Língua Portuguesa
12823 - Treinamento / Elaboração de Tesauros / Vocabulário Controla-do
13153 - Assessoria e Planejamento - Indústria Gráfica
13404 - Treinamento de Bombeiro Particular / Brigada Contra Incêndio
13455 - Obras Civas - Pequenas Obras / Pintura em Geral
13641 - Obras Civas de Piscinas - Concreto Armado
13781 - Consultoria Técnica - Documentação
13790 - Treinamento de Pessoal para Documentação
14141 - Consultoria e Assessoria - Rural (Agricultura / Pecuária)
14702 - Curso Equitação
14710 - Curso Estabulação
14729 - Treinamento na Área de Administração Pública
14745 - Curso Formação / Aperfeiçoamento - Vigilante
15024 - Curso Oratória / Expressão
15113 - Treinamento - Área Artística
15261 - Treinamento em Manutenção de Equipamento de Pesquisa / Ensi-no
15334 - Agropecuária - Treinamento e Captação de Tecnologia
15431 - Curso Profissionalizante
15440 - Consultoria e Assessoria - Curso Técnico
15601 - Consultoria e Assessoria - Comunicação
15725 - Serigrafia - Curso / Impressão
15806 - Curso de Artes Plásticas
15881 - Consultoria e Assessoria - Setor Público / Privado
16071 - Consultoria e Assessoria - Aeronáutica
16241 - Consultoria e Assessoria - Ergonomia
16250 - Treinamento na Área de Ergonomia
16519 - Consultoria e Assessoria - Ar Condicionado / Qualidade do Ar
16730 - Meio Ambiente / Recursos Naturais Renováveis - Execução dePolítica Nacional
16772 - Consultoria e Assessoria - Processamento Eletrônico de Docu-mentos
16837 - Treinamento Informática - Equipamento / Hardware
16845 - Treinamento na Área de Eletrônica

Relatório de Credenciamento

000254

Serviços

16888 - Pesquisa e Estudo - Geográfico / Recursos Naturais / Meio -Ambiente

16900 - Consultoria e Assessoria - Análise Química

16985 - Consultoria e Assessoria - Orçamento

17108 - Consultoria e Assessoria - Marketing

17140 - Obras Civas - Concretagem

17256 - Treinamento Informática - Operação / Digitação

17361 - Curso Teatro / Teledramaturgia / Cinema

17566 - Consultoria e Assessoria - Imobiliária

17620 - Consultoria e Assessoria - Negócios

17663 - Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional

17680 - Consultoria e Assessoria - Internacional

17701 - Consultoria e Assessoria - Turismo

17710 - Curso / Aperfeiçoamento - Pilotagem de Aeronave

17817 - Curso / Aperfeiçoamento - Controlador de Voo

17825 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho

17868 - Consultoria e Assessoria - Pesquisa Histórica

18023 - Consultoria e Assessoria - Esportiva

18031 - Treinamento - Área Esportiva

18104 - Consultoria e Assessoria - Telecomunicação

18198 - Treinamento / Curso - Armamento e Tiro

18244 - Consultoria e Assessoria - Transporte

18414 - Consultoria e Assessoria - Energia Renovável / ConservaçãoEnergia

18430 - Obras Civas - Cálculo Estrutural

18481 - Consultoria e Assessoria - Educação

18503 - Treinamento - Área Instrumentação Eletrônica

18511 - Consultoria e Assessoria - Recursos Hídricos

18635 - Serviço Educacional - Curso Extensão

18651 - Treinamento - Área Contábil

18686 - Consultoria e Assessoria - Administração Negócio / Produção

18813 - Consultoria e Assessoria - Segurança Industrial

18821 - Treinamento / Capacitação - Segurança Industrial

19054 - Treinamento - Proteção Radiológica / Dosimetria

19178 - Obras Civas de Rede - Gás / Petróleo / Derivados

19224 - Construção / Manutenção / Reforma - Telhado

19321 - Curso / Treinamento Educação - Distância

19470 - Ensaios Não Destrutivos - Qualificação Pessoal / Treinamento

19577 - Treinamento - Área Tributária

19674 - Consultoria e Assessoria - Termonuclear / Termoelétrica

19682 - Treinamento - Energia

19755 - Consultoria e Assessoria - Certificação

19917 - Consultoria e Assessoria - Engenharia Segurança Trabalho

20052 - Treinamento - Instalação / Utilização Equipamento

20060 - Elaboração / Análise Projeto - Engenharia

20230 - Treinamento Apoio Administrativo

20591 - Consultoria e Assessoria - Arquitetura

Relatório de Credenciamento

000255

Serviços

20656 - Seminário / Palestra
21148 - Consultoria e Assessoria - Tecnologia Informação
21172 - Treinamento Qualificação Profissional
21180 - Treinamento na Área de Liderança
21288 - Consultoria e Assessoria - Farmacêutica
21644 - Consultoria e Assessoria - Internet
21652 - Consultoria e Assessoria - Teleinformática
22004 - Consultoria e Assessoria Técnica - Terapia Corporal
22225 - Serviço Engenharia
22802 - Treinamento na Área de Saúde
23043 - Curso Autocad
23060 - Fiscalização Obras Civis
23078 - Curso Tratamento / Manutenção Piscina
24384 - Elaboração de Minuta de Edital para Concurso de Seleção de Projetos
24503 - Assessoria
25186 - Treinamento em Fiscalização Aduaneira
25453 - Manutenção em Obstáculo e Percurso de Pista de Atletismo
27332 - Serviços de Consultoria em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
27340 - Serviços de Consultoria em Segurança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)



000256

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 43.920.774/0001-43
Razão Social: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA
Nome Fantasia: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 11/04/2023

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 09/10/2022
Código de Controle: 15356FA34F78157B

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 01/08/2022
Código de Controle: 2022070300056993699010

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 10/01/2023
Código de Controle: 223360262022



000257

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 43.920.774/0001-43
Razão Social: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA
Nome Fantasia: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual: 004269059.00-85
Inscrição Municipal: 3854

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 06/09/2022
Código de Controle: 2022000551000941

Comprovante de Regularidade Municipal

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 19/08/2022
Código de Controle: 3101262D88E6F2D932



000258

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 43.920.774/0001-43
Razão Social: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA
Nome Fantasia: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Entidades de Classe

Entidade e UF	Nº Registro	Data de Validade
CREA-MG	0000111946DDMG	31/03/2023

Certificação Técnica

Certificadora	Nº Certificado	Data de Validade
GRL MEDICAL LTDA	02	07/09/2025
GRL MEDICAL LTDA	03	07/09/2025
INSTITUTO AVE MARIA	001	01/01/2050



Documentos-habilitacao (9).zip - ZIP archive, unpacked size 5,423,770 bytes

Name	Size	Packed	Type	Modified	CRC32
Pasta de arquivos					
DECLARAÇÃO UNIFICADA.pdf	925.408	882.637	Adobe Acrobat Do...	26/07/2022 16:29	C44B9E0A
Atestado- GRL Medical SIPA SIPAT e NRs 2022_09.pdf	276.551	198.170	Adobe Acrobat Do...	26/07/2022 17:52	3ADB0816
ART - Engenheiro de Segurança.pdf	1.185.518	1.099.189	Adobe Acrobat Do...	26/07/2022 17:53	6D9D125C
14.11.7f CND Municipal val19-08-2022.pdf	76.446	63.532	Adobe Acrobat Do...	21/07/2022 12:29	4D05147D
14.11.7e CND Estadual 07-20.pdf	116.660	93.247	Adobe Acrobat Do...	20/07/2022 23:22	1FC57EFE
14.11.7d CNDT 07.09.22.pdf	86.081	83.733	Adobe Acrobat Do...	04/05/2022 12:32	8380D1EF
14.11.7c FGTS 22-07.pdf	102.611	86.513	Adobe Acrobat Do...	22/06/2022 18:14	26E28FA6
14.11.7b CND Federal 09-10.pdf	77.862	76.085	Adobe Acrobat Do...	10/05/2022 08:23	AD2AE592
14.11.7a CNPJ 23-06.pdf	109.495	83.438	Adobe Acrobat Do...	23/06/2022 07:22	636CD064
14.11.1ef RG Maria Imaculada.pdf	430.334	327.293	Adobe Acrobat Do...	05/05/2022 09:27	BC141FA8
14.11.1d Contrato Social.pdf	1.026.347	754.805	Adobe Acrobat Do...	04/05/2022 13:48	64257332
14.1.5 CERTIDÃO INIDONEOS 20220721.pdf	87.960	81.551	Adobe Acrobat Do...	21/07/2022 14:57	6E1775E8
14.1.4 Certidão INABILITADOS TCU.pdf	85.656	81.184	Adobe Acrobat Do...	04/05/2022 16:39	6FDF3356
14.1.3 CN IMPROBIDADE.pdf	78.661	58.522	Adobe Acrobat Do...	05/05/2022 07:37	AD55E2DF
1.3 Certidão Simplificada - Jucemg.pdf	263.422	229.216	Adobe Acrobat Do...	24/03/2022 10:10	4E257177
1.1 Procuração.pdf	494.758	332.857	Adobe Acrobat Do...	04/05/2022 13:47	901DF8AD

➤ Pregão Eletrônico

987933.1062022 .45962 .4467 .484818720

**Ata de Realização do Pregão Eletrônico**
Nº.00106/2022

Às 08:30 horas do dia 28 de julho de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 162022 de 10/01/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 5726, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00106/2022. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Contratação de empresa para realizar serviços de atestado de saúde ocupacional, revisão e/ou atualização de serviços na área da saúde e segurança do trabalho e realização de exames complementares, conforme detalhamento constante no termo de referência.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1**Descrição:** Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho**Descrição Complementar:** Atestado de Saúde Ocupacional - ASO (admissional, demissional, mudança de função, retorno ao trabalho e periódico).**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada**Quantidade:** 400**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 20.000,0000**Situação:** Cancelado no julgamento**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** R\$ 1,00**Item: 2****Descrição:** Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho**Descrição Complementar:** Revisão e/ou atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho, compreendendo: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (conforme NR 16).**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada**Quantidade:** 1**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 5.972,4500**Situação:** Aceito e Habilitado**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** R\$ 1,00**Aceito para:** PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA, pelo melhor lance de R\$ 5.972,4500 .**Item: 3****Descrição:** Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho**Descrição Complementar:** Ácido hipúrico. Ácido meti-hipúrico Ácido transmucônico. Coprocultura. Micotológico cutícula. Parasitológico de Fezes. Parcial de Urina. Ácido Úrico. Brucelose IgG. Brucelose IgM. Carboxihemoglobina. Colesterol Total e Frações Colinesterase. Creatinina. Gama GT. Glicemia. Hemograma Completo. Hepatite B (Anti-HBS). Hepatite B HBSAG. Hepatite C (Anti-HCV). Plaquetas TGO. TGP. Triglicerídeos Uréia. VDRL. Anti-HIV (CCG - 20184)**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada**Quantidade:** 2.700**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 68.380,0000**Situação:** Cancelado no julgamento**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** R\$ 1,00**Item: 4****Descrição:** Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho**Descrição Complementar:** Acuidade Visual.**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada**Quantidade:** 100**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 2.000,0000**Situação:** Cancelado no julgamento**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** R\$ 1,00**Item: 5****Descrição:** Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho**Descrição Complementar:** Audiometria.**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada**Quantidade:** 100**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 3.600,0000**Situação:** Cancelado no julgamento**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** R\$ 1,00**Item: 6****Descrição:** Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho**Descrição Complementar:** Eletrocardiograma.**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada**Quantidade:** 100**Unidade de fornecimento:** UNIDADE

Valor Máximo Aceitável: R\$ 8.000,0000
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Intervalo mínimo entre lances: R\$ 1,00

Situação: Cancelado no julgamento
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

000261

Item: 7**Descrição:** Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho**Descrição Complementar:** Eletroencefalograma.**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada**Quantidade:** 100**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Valor Máximo Aceitável: R\$ 15.000,0000****Situação:** Cancelado no julgamento**Aplicabilidade Decreto 7174: Não****Aplicabilidade Margem de Preferência: Não****Intervalo mínimo entre lances: R\$ 1,00****Item: 8****Descrição:** Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho**Descrição Complementar:** Espirometria.**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada**Quantidade:** 100**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Valor Máximo Aceitável: R\$ 5.500,0000****Situação:** Cancelado no julgamento**Aplicabilidade Decreto 7174: Não****Aplicabilidade Margem de Preferência: Não****Intervalo mínimo entre lances: R\$ 1,00****Item: 9****Descrição:** Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho**Descrição Complementar:** Exame clínico.**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada**Quantidade:** 100**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Valor Máximo Aceitável: R\$ 5.000,0000****Situação:** Cancelado no julgamento**Aplicabilidade Decreto 7174: Não****Aplicabilidade Margem de Preferência: Não****Intervalo mínimo entre lances: R\$ 1,00****Item: 10****Descrição:** Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho**Descrição Complementar:** Exame toxicológico de larga janela de detecção para renovação ou alteração de categoria da Carteira Nacional de Habilitação**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada**Quantidade:** 100**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Valor Máximo Aceitável: R\$ 19.000,0000****Situação:** Cancelado no julgamento**Aplicabilidade Decreto 7174: Não****Aplicabilidade Margem de Preferência: Não****Intervalo mínimo entre lances: R\$ 1,00****Item: 11****Descrição:** Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho**Descrição Complementar:** Raios-X Lombar. Raios-X Tórax com laudo OIT.**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada**Quantidade:** 200**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Valor Máximo Aceitável: R\$ 21.000,0000****Situação:** Cancelado no julgamento**Aplicabilidade Decreto 7174: Não****Aplicabilidade Margem de Preferência: Não****Intervalo mínimo entre lances: R\$ 1,00****Item: 12****Descrição:** Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho**Descrição Complementar:** Validação de Atestados Médicos.**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada**Quantidade:** 100**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Valor Máximo Aceitável: R\$ 5.000,0000****Situação:** Cancelado no julgamento**Aplicabilidade Decreto 7174: Não****Aplicabilidade Margem de Preferência: Não****Intervalo mínimo entre lances: R\$ 1,00****Histórico****Item: 1 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho**

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
 (As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
43.920.774/0001-43	REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA	Sim	Sim	400	R\$ 50,0000	R\$ 20.000,0000	27/07/2022 16:41:36
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Atestado de Saúde Ocupacional - ASO (admissional, demissional, mudança de função, retorno ao trabalho e periódico) Porte da empresa: ME/EPP							
13.031.310/0001-15	MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	Sim	Sim	400	R\$ 50,0000	R\$ 20.000,0000	27/07/2022 19:51:09
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Atestado de Saúde Ocupacional - ASO (admissional, demissional, mudança de função, retorno ao trabalho e periódico). Porte da empresa: ME/EPP							
42.409.831/0001-61	CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI	Sim	Sim	400	R\$ 50,0000	R\$ 20.000,0000	27/07/2022 22:02:13

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Atestado de Saúde Ocupacional - ASO (admissional, demissional, mudança de função, retorno ao trabalho e periódico).
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 20.000,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 20.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 20.000,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 17.000,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:42:31:757
R\$ 17.901,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:45:29:267
R\$ 16.900,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:47:11:637
R\$ 16.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:48:37:547
R\$ 9.000,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:50:04:553
R\$ 8.500,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:50:17:790
R\$ 7.150,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:51:26:500
R\$ 7.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:51:35:963
R\$ 6.900,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:51:51:180
R\$ 6.500,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:52:18:437
R\$ 5.750,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:53:01:550
R\$ 5.500,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:53:24:440
R\$ 4.000,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:54:33:740
R\$ 3.900,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:54:57:880
R\$ 3.850,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:55:55:800
R\$ 3.800,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:56:56:697
R\$ 3.799,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:57:45:507
R\$ 3.700,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:58:07:520
R\$ 3.699,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:58:24:467
R\$ 3.600,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:58:39:750

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	28/07/2022 08:30:39	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	28/07/2022 08:40:00	Item aberto para lances.
Encerramento etapa aberta	28/07/2022 09:00:40	Item com etapa aberta encerrada.
Encerramento	28/07/2022 09:00:40	Item encerrado para lances.
Abertura do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 09:43:35	Convocado para envio de anexo o fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 11:38:15	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61.
Abertura do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 13:39:54	Convocado para envio de anexo o fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 14:18:29	Encerrado pelo Pregoeiro o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61.
Aceite de proposta	28/07/2022 14:18:44	Aceite individual da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 3.600,0000.
Recusa de proposta	29/07/2022 10:38:04	Recusa da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 3.600,0000. Motivo: A empresa foi inabilitada por não apresentar os documentos de habilitação conforme exigido em edital. Qualificação técnica do item 14.11.8 do edital.
Recusa de proposta	29/07/2022 10:38:10	Recusa da proposta. Fornecedor: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, pelo melhor lance de R\$ 3.699,0000. Motivo: A empresa foi inabilitada por não apresentar os documentos de habilitação conforme exigido em edital. Qualificação técnica do item 14.11.8 do edital.
Abertura do prazo - Convocação anexo	29/07/2022 10:46:27	Convocado para envio de anexo o fornecedor MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15.
Encerramento do prazo -	29/07/2022 14:19:51	Encerrado pelo Pregoeiro o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15.

Convocação anexo		
Recusa de proposta	29/07/2022 14:20:49	Recusa da proposta. Fornecedor: MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, pelo melhor lance de R\$ 16.900,0000. Motivo: Não apresentou a proposta readequada para conforme convocada para os itens 1,2,3,4,5 e 6.
Cancelado no julgamento	29/07/2022 14:21:05	Item cancelado no julgamento. Motivo: Item fracassado

Não existem intenções de recurso para o item

Item: 2 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

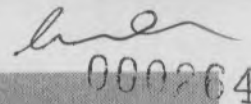
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
43.920.774/0001-43	REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA	Sim	Sim	1	R\$ 5.470,0000	R\$ 5.470,0000	27/07/2022 16:41:36
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Revisão e/ou atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho, compreendendo: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (conforme NR 16). Porte da empresa: ME/EPP							
14.515.302/0001-07	PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA	Sim	Sim	1	R\$ 5.972,4500	R\$ 5.972,4500	27/07/2022 10:00:52
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Revisão e/ou atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho, compreendendo: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (conforme NR 16). Porte da empresa: ME/EPP							
13.031.310/0001-15	MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	Sim	Sim	1	R\$ 5.972,4500	R\$ 5.972,4500	27/07/2022 19:51:09
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Revisão e/ou atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho, compreendendo: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (conforme NR 16). Porte da empresa: ME/EPP							
42.409.831/0001-61	CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI	Sim	Sim	1	R\$ 5.972,4500	R\$ 5.972,4500	27/07/2022 22:02:13
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Revisão e/ou atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho, compreendendo: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (conforme NR 16). Porte da empresa: ME/EPP							

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 5.972,4500	14.515.302/0001-07	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 5.972,4500	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 5.972,4500	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 5.470,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 5.900,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:40:50:683
R\$ 5.600,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:41:10:733
R\$ 5.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:41:26:733
R\$ 4.990,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:42:53:227
R\$ 4.500,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:48:44:647
R\$ 3.000,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:50:00:837
R\$ 2.900,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:50:10:197
R\$ 1.780,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:51:23:420
R\$ 1.600,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:51:42:773
R\$ 1.599,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:52:11:173
R\$ 1.500,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:52:28:370
R\$ 1.499,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:54:07:057
R\$ 1.400,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:54:21:813
R\$ 1.359,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:55:44:913

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item



Eventos do Item		
Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	28/07/2022 08:30:59	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	28/07/2022 08:40:01	Item aberto para lances.
Encerramento etapa aberta	28/07/2022 08:57:45	Item com etapa aberta encerrada.
Sorteio eletrônico	28/07/2022 08:57:45	Item teve empate real para o valor 5.972,4500. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas.
Encerramento	28/07/2022 08:57:45	Item encerrado para lances.
Abertura do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 09:57:55	Convocado para envio de anexo o fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 10:12:43	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43.
Aceite de proposta	28/07/2022 14:37:33	Aceite individual da proposta. Fornecedor: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, pelo melhor lance de R\$ 1.359,0000.
Recusa de proposta	29/07/2022 10:38:28	Recusa da proposta. Fornecedor: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, pelo melhor lance de R\$ 1.359,0000. Motivo: A empresa foi inabilitada por não apresentar os documentos de habilitação conforme exigido em edital. Qualificação técnica do item 14.11.8 do edital.
Recusa de proposta	29/07/2022 10:38:36	Recusa da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 1.400,0000. Motivo: A empresa foi inabilitada por não apresentar os documentos de habilitação conforme exigido em edital. Qualificação técnica do item 14.11.8 do edital.
Recusa de proposta	29/07/2022 14:21:14	Recusa da proposta. Fornecedor: MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, pelo melhor lance de R\$ 5.972,4500. Motivo: Não apresentou a proposta readequada para conforme convocada para os itens 1,2,3,4,5 e 6.
Abertura do prazo - Convocação anexo	29/07/2022 14:33:35	Convocado para envio de anexo o fornecedor PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA, CNPJ/CPF: 14.515.302/0001-07.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	29/07/2022 15:32:29	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA, CNPJ/CPF: 14.515.302/0001-07.
Aceite de proposta	29/07/2022 15:41:06	Aceite individual da proposta. Fornecedor: PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA, CNPJ/CPF: 14.515.302/0001-07, pelo melhor lance de R\$ 5.972,4500.
Habilitação de fornecedor	29/07/2022 16:09:29	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA - CNPJ/CPF: 14.515.302/0001-07

Não existem intenções de recurso para o item

Item: 3 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
13.031.310/0001-15	MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	Sim	Sim	2.700	R\$ 25,3200	R\$ 68.364,0000	27/07/2022 20:22:45
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Ácido hipúrico. Ácido meti-hipúrico Ácido transmucônico. Coprocultura. Micotológico cutícula. Parasitológico de Fezes. Parcial de Urina. Ácido Úrico. Brucelose IgG. Brucelose IgM. Carboxihemoglobina. Colesterol Total e Frações Colinesterase. Creatinina. Gama GT. Glicemia. Hemograma Completo. Hepatite B (Anti-HBS). Hepatite B HBSAG. Hepatite C (Anti-HCV). Plaquetas TGO. TGP. Triglicerídeos Uréia. VDRL. Anti-HIV (CCG - 20184) Porte da empresa: ME/EPP							
42.409.831/0001-61	CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI	Sim	Sim	2.700	R\$ 25,3200	R\$ 68.364,0000	27/07/2022 22:02:13
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Ácido hipúrico. Ácido meti-hipúrico Ácido transmucônico. Coprocultura. Micotológico cutícula. Parasitológico de Fezes. Parcial de Urina. Ácido Úrico. Brucelose IgG. Brucelose IgM. Carboxihemoglobina. Colesterol Total e Frações Colinesterase. Creatinina. Gama GT. Glicemia. Hemograma Completo. Hepatite B (Anti-HBS). Hepatite B HBSAG. Hepatite C (Anti-HCV). Plaquetas TGO. TGP. Triglicerídeos Uréia. VDRL. Anti-HIV (CCG - 20184) Porte da empresa: ME/EPP							
43.920.774/0001-43	REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA	Sim	Sim	2.700	R\$ 25,3300	R\$ 68.391,0000	27/07/2022 16:41:36
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Ácido hipúrico. Ácido meti-hipúrico Ácido transmucônico. Coprocultura. Micotológico cutícula. Parasitológico de Fezes. Parcial de Urina. Ácido Úrico. Brucelose IgG. Brucelose IgM.							

Carboxihemoglobina. Colesterol Total e Frações Colinesterase. Creatinina. Gama GT. Glicemia. Hemograma Completo. Hepatite B (Anti-HBS). Hepatite B HBSAG. Hepatite C (Anti-HCV). Plaquetas TGO. TGP. Triglicerídeos Uréia. VDRL. Anti-HIV (CCG - 20184)
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 68.391,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 68.364,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 68.364,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 68.100,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:43:17:130
R\$ 68.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:48:52:847
R\$ 66.500,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:49:57:840
R\$ 65.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:50:26:723
R\$ 64.900,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:51:38:250
R\$ 60.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:51:50:363

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	28/07/2022 08:31:11	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	28/07/2022 08:40:02	Item aberto para lances.
Encerramento etapa aberta	28/07/2022 08:53:51	Item com etapa aberta encerrada.
Encerramento	28/07/2022 08:53:51	Item encerrado para lances.
Recusa de proposta	28/07/2022 14:29:34	Recusa da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 60.000,0000. Motivo: Foi aberto diligência para ajuste da proposta com valores divergentes aos dos lances, não sendo corrigido o valor da proposta conforme convocação. 13.2. Serão desclassificadas as propostas. 13.2.4. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.
Abertura do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 14:45:56	Convocado para envio de anexo o fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 15:02:14	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43.
Abertura do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 15:06:42	Convocado para envio de anexo o fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 15:28:16	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43.
Abertura do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 15:30:09	Convocado para envio de anexo o fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 15:48:24	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43.
Abertura do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 16:20:15	Convocado para envio de anexo o fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 16:43:09	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43.
Aceite de proposta	29/07/2022 08:43:58	Aceite individual da proposta. Fornecedor: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, pelo melhor lance de R\$ 64.900,0000.
Recusa de proposta	29/07/2022 10:39:25	Recusa da proposta. Fornecedor: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, pelo melhor lance de R\$ 64.900,0000. Motivo: A empresa foi inabilitada por não apresentar os documentos de habilitação conforme exigido em edital. Qualificação técnica do item 14.11.8 do edital.
Recusa de proposta	29/07/2022 14:21:55	Recusa da proposta. Fornecedor: MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, pelo melhor lance de R\$ 68.364,0000. Motivo: Não apresentou a proposta readequada para conforme convocada para os itens 1,2,3,4,5 e 6.
Cancelado no julgamento	29/07/2022 14:22:01	Item cancelado no julgamento. Motivo: item fracassado.

Item: 4 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
43.920.774/0001-43	REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA	Sim	Sim	100	R\$ 20,0000	R\$ 2.000,0000	27/07/2022 16:41:36
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Acuidade Visual. Porte da empresa: ME/EPP							
13.031.310/0001-15	MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	Sim	Sim	100	R\$ 20,0000	R\$ 2.000,0000	27/07/2022 19:51:09
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Acuidade Visual Porte da empresa: ME/EPP							
42.409.831/0001-61	CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI	Sim	Sim	100	R\$ 36,0000	R\$ 3.600,0000	27/07/2022 22:02:13
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Acuidade Visual. Porte da empresa: ME/EPP							

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 3.600,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 2.000,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 2.000,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 3.500,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:41:46:030
R\$ 1.900,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:49:03:460
R\$ 1.890,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:50:43:903
R\$ 1.800,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:50:47:080
R\$ 1.750,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:51:02:403
R\$ 1.745,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:51:22:677
R\$ 1.500,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:51:58:200
R\$ 1.499,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:53:44:373
R\$ 1.400,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:53:50:683

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	28/07/2022 08:31:20	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	28/07/2022 08:40:03	Item aberto para lances.
Encerramento	28/07/2022 08:55:51	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa aberta	28/07/2022 08:55:51	Item com etapa aberta encerrada.
Aceite de proposta	28/07/2022 14:30:36	Aceite individual da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 1.400,0000.
Recusa de proposta	29/07/2022 10:39:37	Recusa da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 1.400,0000. Motivo: A empresa foi inabilitada por não apresentar os documentos de habilitação conforme exigido em edital. Qualificação técnica do item 14.11.8 do edital.
Recusa de proposta	29/07/2022 14:22:12	Recusa da proposta. Fornecedor: MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, pelo melhor lance de R\$ 1.499,0000. Motivo: Não apresentou a proposta readequada para conforme convocada para os itens 1,2,3,4,5 e 6.
Recusa de proposta	29/07/2022 14:22:26	Recusa da proposta. Fornecedor: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, pelo melhor lance de R\$ 1.890,0000. Motivo: A empresa foi inabilitada por não apresentar os documentos de habilitação conforme exigido em edital. Qualificação técnica do item 14.11.8 do edital.
Cancelado no julgamento	29/07/2022 14:22:33	Item cancelado no julgamento. Motivo: item fracassado.

Não existem intenções de recurso para o item

Item: 5 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP	Declaração	Quantidade	Valor	Valor Global	Data/Hora
----------	------------	--------	------------	------------	-------	--------------	-----------

	Equiparada	ME/EPP	Unit.	Registro
43.920.774/0001-43	REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA	Sim	Sim	100 R\$ 36,0000 R\$ 3.600,0000 27/07/2022 16:41:36
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Audiometria. Porte da empresa: ME/EPP				
13.031.310/0001-15	MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	Sim	Sim	100 R\$ 36,0000 R\$ 3.600,0000 27/07/2022 19:51:09
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Audiometria. Porte da empresa: ME/EPP				
42.409.831/0001-61	CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI	Sim	Sim	100 R\$ 36,0000 R\$ 3.600,0000 27/07/2022 22:02:13
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Audiometria. Porte da empresa: ME/EPP				

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 3.600,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 3.600,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 3.600,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 3.500,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:43:22:730
R\$ 3.200,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:43:41:077
R\$ 3.100,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:45:50:857
R\$ 3.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:49:13:680
R\$ 2.999,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:50:21:637
R\$ 2.500,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:50:34:473

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	28/07/2022 08:31:26	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	28/07/2022 08:40:04	Item aberto para lances.
Encerramento	28/07/2022 08:52:35	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa aberta	28/07/2022 08:52:35	Item com etapa aberta encerrada.
Aceite de proposta	28/07/2022 14:37:17	Aceite individual da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 2.500,0000.
Recusa de proposta	29/07/2022 10:39:53	Recusa da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 2.500,0000. Motivo: A empresa foi inabilitada por não apresentar os documentos de habilitação conforme exigido em edital. Qualificação técnica do item 14.11.8 do edital.
Recusa de proposta	29/07/2022 14:23:04	Recusa da proposta. Fornecedor: MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, pelo melhor lance de R\$ 2.999,0000. Motivo: Não apresentou a proposta readequada para conforme convocada para os itens 1,2,3,4,5 e 6.
Recusa de proposta	29/07/2022 14:23:13	Recusa da proposta. Fornecedor: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, pelo melhor lance de R\$ 3.200,0000. Motivo: A empresa foi inabilitada por não apresentar os documentos de habilitação conforme exigido em edital. Qualificação técnica do item 14.11.8 do edital.
Cancelado no julgamento	29/07/2022 14:23:38	Item cancelado no julgamento. Motivo: item fracassado

Não existem intenções de recurso para o item

Item: 6 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
43.920.774/0001-43	REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA	Sim	Sim	100	R\$ 80,0000	R\$ 8.000,0000	27/07/2022 16:41:36
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Eletrocardiograma Porte da empresa: ME/EPP							
13.031.310/0001-15	MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	Sim	Sim	100	R\$ 80,0000	R\$ 8.000,0000	27/07/2022 19:51:09
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Eletrocardiograma. Porte da empresa: ME/EPP							

42.409.831/0001-61	CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI	Sim	Sim	100	R\$ 80,0000	R\$ 8.000,0000	27/07/2022 22:02:13
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Eletrocardiograma Porte da empresa: ME/EPP							

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 8.000,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 8.000,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 8.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 7.900,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:43:03:330
R\$ 7.800,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:44:03:827
R\$ 7.799,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:46:04:170
R\$ 7.700,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:49:21:610

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	28/07/2022 08:31:31	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	28/07/2022 08:40:06	Item aberto para lances.
Encerramento	28/07/2022 08:51:22	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa aberta	28/07/2022 08:51:22	Item com etapa aberta encerrada.
Aceite de proposta	28/07/2022 14:37:09	Aceite individual da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 7.700,0000.
Recusa de proposta	29/07/2022 10:40:01	Recusa da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 7.700,0000. Motivo: A empresa foi inabilitada por não apresentar os documentos de habilitação conforme exigido em edital. Qualificação técnica do item 14.11.8 do edital.
Recusa de proposta	29/07/2022 14:23:47	Recusa da proposta. Fornecedor: MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, pelo melhor lance de R\$ 7.799,0000. Motivo: Não apresentou a proposta readequada para conforme convocada para os itens 1,2,3,4,5 e 6.
Recusa de proposta	29/07/2022 14:23:56	Recusa da proposta. Fornecedor: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, pelo melhor lance de R\$ 7.800,0000. Motivo: A empresa foi inabilitada por não apresentar os documentos de habilitação conforme exigido em edital. Qualificação técnica do item 14.11.8 do edital.
Cancelado no julgamento	29/07/2022 14:24:04	Item cancelado no julgamento. Motivo: Item fracassado.

Não existem intenções de recurso para o item

Item: 7 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho

Propostas Participaram deste Item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
43.920.774/0001-43	REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA	Sim	Sim	100	R\$ 150,0000	R\$ 15.000,0000	27/07/2022 16:41:36
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Eletroencefalograma. Porte da empresa: ME/EPP							
13.031.310/0001-15	MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	Sim	Sim	100	R\$ 150,0000	R\$ 15.000,0000	27/07/2022 19:51:09
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Eletroencefalograma Porte da empresa: ME/EPP							
42.409.831/0001-61	CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI	Sim	Sim	100	R\$ 150,0000	R\$ 15.000,0000	27/07/2022 22:02:13
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Eletroencefalograma. Porte da empresa: ME/EPP							

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 15.000,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 15.000,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:30:00:407

R\$ 15.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 14.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:52:08:923
R\$ 12.000,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:52:47:620
R\$ 13.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:53:01:437
R\$ 11.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:53:09:247
R\$ 10.499,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:55:21:917
R\$ 10.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:56:10:780
R\$ 9.999,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:58:33:413
R\$ 9.900,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:58:55:647
R\$ 9.875,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 09:00:01:037
R\$ 9.800,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 09:01:40:827
R\$ 9.378,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 09:01:59:120
R\$ 9.700,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 09:03:40:857
R\$ 9.200,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 09:05:10:823
R\$ 9.199,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 09:05:55:093

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	28/07/2022 08:31:37	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	28/07/2022 08:51:23	Item aberto para lances.
Encerramento	28/07/2022 09:07:56	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa aberta	28/07/2022 09:07:56	Item com etapa aberta encerrada.
Recusa de proposta	28/07/2022 13:43:47	Recusa da proposta. Fornecedor: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, pelo melhor lance de R\$ 9.199,0000. Motivo: Não apresentou proposta para os itens 7,9,10,11 e 12 conforme foi convocado.
Abertura do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 13:48:24	Convocado para envio de anexo o fornecedor MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 15:45:37	Encerrado pelo Pregoeiro o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15.
Recusa de proposta	28/07/2022 15:46:24	Recusa da proposta. Fornecedor: MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, pelo melhor lance de R\$ 9.200,0000. Motivo: Não apresentou a proposta conforme convocada para ser apresentado para os itens 7,11 e 12.
Abertura do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 15:50:37	Convocado para envio de anexo o fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 19:45:22	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61.
Recusa de proposta	29/07/2022 08:45:27	Recusa da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 9.900,0000. Motivo: Não apresentou a proposta para o item 7 conforme convocado para ser apresentado para os itens 7,11 e 12. Só apresentou para os itens 11 e 12.
Cancelado no julgamento	29/07/2022 08:46:48	Item cancelado no julgamento. Motivo: item Fracassado

Não existem intenções de recurso para o item

Item: 8 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho

Propostas Participaram deste Item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
43.920.774/0001-43	REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA	Sim	Sim	100	R\$ 55,0000	R\$ 5.500,0000	27/07/2022 16:41:36
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Espirometria. Porte da empresa: ME/EPP							
13.031.310/0001-15	MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	Sim	Sim	100	R\$ 55,0000	R\$ 5.500,0000	27/07/2022 19:51:09
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Espirometria Porte da empresa: ME/EPP							

42.409.831/0001-61	CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI	Sim	Sim	100	R\$ 55,0000	R\$ 5.500,0000	27/07/2022 22:02:13
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Espirometria. Porte da empresa: ME/EPP							

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 5.500,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 5.500,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 5.500,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 5.300,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:53:33:120
R\$ 5.290,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:56:15:770
R\$ 5.100,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:56:30:887
R\$ 5.099,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:58:41:137
R\$ 5.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:59:07:940
R\$ 4.975,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 09:01:23:733
R\$ 4.900,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 09:01:24:513
R\$ 4.899,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 09:03:03:797
R\$ 4.600,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 09:03:30:600

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	28/07/2022 08:31:46	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	28/07/2022 08:52:35	Item aberto para lances.
Encerramento etapa aberta	28/07/2022 09:05:31	Item com etapa aberta encerrada.
Encerramento	28/07/2022 09:05:31	Item encerrado para lances.
Abertura do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 10:02:18	Convocado para envio de anexo o fornecedor MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 12:02:10	Encerrado pelo Pregoeiro o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15.
Recusa de proposta	28/07/2022 12:02:53	Recusa da proposta. Fornecedor: MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, pelo melhor lance de R\$ 4.600,0000. Motivo: Não apresentou proposta conforme convocada.
Abertura do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 14:16:35	Convocado para envio de anexo o fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 14:41:50	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43.
Aceite de proposta	28/07/2022 14:47:32	Aceite individual da proposta. Fornecedor: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, pelo melhor lance de R\$ 4.899,0000.
Recusa de proposta	29/07/2022 10:40:21	Recusa da proposta. Fornecedor: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, pelo melhor lance de R\$ 4.899,0000. Motivo: A empresa foi inabilitada por não apresentar os documentos de habilitação conforme exigido em edital. Qualificação técnica do item 14.11.8 do edital.
Recusa de proposta	29/07/2022 10:40:29	Recusa da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 5.000,0000. Motivo: A empresa foi inabilitada por não apresentar os documentos de habilitação conforme exigido em edital. Qualificação técnica do item 14.11.8 do edital.
Cancelado no julgamento	29/07/2022 10:40:41	Item cancelado no julgamento. Motivo: item fracassado

Não existem intenções de recurso para o item

Item: 9 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
43.920.774/0001-43	REALPLANE - TERCEIRIZACAO &	Sim	Sim	100	R\$ 50,0000	R\$ 5.000,0000	27/07/2022 16:41:36

ENGENHARIA LTDA							
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Exame clínico							
Porte da empresa: ME/EPP							
13.031.310/0001-15	MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	Sim	Sim	100	R\$ 50,0000	R\$ 5.000,0000	27/07/2022 19:51:09
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Exame clínico.							
Porte da empresa: ME/EPP							
42.409.831/0001-61	CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI	Sim	Sim	100	R\$ 50,0000	R\$ 5.000,0000	27/07/2022 22:02:13
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Exame clínico.							
Porte da empresa: ME/EPP							

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 5.000,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 5.000,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 5.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 4.900,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:54:40:453
R\$ 3.730,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:56:26:753
R\$ 3.700,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:56:44:880
R\$ 3.699,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:58:48:877
R\$ 3.600,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:59:16:980
R\$ 2.690,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 09:01:38:787

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	28/07/2022 08:31:52	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	28/07/2022 08:53:51	Item aberto para lances.
Encerramento sem prorrogação	28/07/2022 09:03:52	Item aguardando decisão sobre reinício ou encerramento da etapa aberta.
Encerramento	28/07/2022 09:03:56	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa aberta	28/07/2022 09:03:56	Item com etapa aberta encerrada.
Recusa de proposta	28/07/2022 13:43:57	Recusa da proposta. Fornecedor: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, pelo melhor lance de R\$ 2.690,0000. Motivo: Não apresentou proposta para os itens 7,9,10,11 e 12 conforme foi convocado
Abertura do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 13:51:11	Convocado para envio de anexo o fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 14:43:38	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61.
Abertura do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 14:51:45	Convocado para envio de anexo o fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 16:04:11	Encerrado pelo Pregoeiro o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61.
Recusa de proposta	28/07/2022 16:04:35	Recusa da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 3.600,0000. Motivo: Não apresentou proposta para os itens 9 e 10 conforme foi convocado.
Abertura do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 16:05:38	Convocado para envio de anexo o fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 16:07:36	Encerrado pelo Pregoeiro o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61.
Abertura do prazo - Convocação anexo	28/07/2022 16:11:16	Convocado para envio de anexo o fornecedor MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15.
Encerramento	29/07/2022	Encerrado pelo Pregoeiro o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor MEDENGE -CLINICA

do prazo - Convocação anexo	09:49:34	MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15.
Recusa de proposta	29/07/2022 09:49:53	Recusa da proposta. Fornecedor: MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, pelo melhor lance de R\$ 5.000,0000. Motivo: Não apresentou a proposta conforme solicitado.
Cancelado no julgamento	29/07/2022 09:52:29	Item cancelado no julgamento. Motivo: Não apresentou a proposta conforme solicitado.

Não existem intenções de recurso para o item

Item: 10 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
43.920.774/0001-43	REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA	Sim	Sim	100	R\$ 190,0000	R\$ 19.000,0000	27/07/2022 16:41:36
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Exame toxicológico de larga janela de detecção para renovação ou alteração de categoria da Carteira Nacional de Habilitação Porte da empresa: ME/EPP							
13.031.310/0001-15	MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	Sim	Sim	100	R\$ 190,0000	R\$ 19.000,0000	27/07/2022 19:51:09
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Exame toxicológico de larga janela de detecção para renovação ou alteração de categoria da Carteira Nacional de Habilitação Porte da empresa: ME/EPP							
42.409.831/0001-61	CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI	Sim	Sim	100	R\$ 190,0000	R\$ 19.000,0000	27/07/2022 22:02:13
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Exame toxicológico de larga janela de detecção para renovação ou alteração de categoria da Carteira Nacional de Habilitação Porte da empresa: ME/EPP							

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 19.000,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 19.000,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 19.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 18.900,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:56:19:830
R\$ 15.790,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 09:03:16:987

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	28/07/2022 08:31:59	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	28/07/2022 08:55:52	Item aberto para lances.
Encerramento sem prorrogação	28/07/2022 09:05:53	Item aguardando decisão sobre reinício ou encerramento da etapa aberta.
Encerramento	28/07/2022 09:05:56	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa aberta	28/07/2022 09:05:56	Item com etapa aberta encerrada.
Recusa de proposta	28/07/2022 13:44:09	Recusa da proposta. Fornecedor: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, pelo melhor lance de R\$ 15.790,0000. Motivo: Não apresentou proposta para os itens 7,9,10,11 e 12 conforme foi convocado
Recusa de proposta	28/07/2022 16:04:55	Recusa da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 18.900,0000. Motivo: Não apresentou proposta para os itens 9 e 10 conforme foi convocado
Recusa de proposta	29/07/2022 09:52:01	Recusa da proposta. Fornecedor: MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, pelo melhor lance de R\$ 19.000,0000. Motivo: Não apresentou a proposta conforme solicitado.
Cancelado no julgamento	29/07/2022 09:52:13	Item cancelado no julgamento. Motivo: Item Fracassado

Não existem intenções de recurso para o item

Item: 11 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
43.920.774/0001-43	REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 105,0000	R\$ 21.000,0000	27/07/2022 16:44:33
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Raios-X Lombar. Raios-X Tórax com laudo OIT. Porte da empresa: ME/EPP							
13.031.310/0001-15	MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 105,0000	R\$ 21.000,0000	27/07/2022 19:53:33
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Raios-X Lombar. Raios-X Tórax com laudo OIT. Porte da empresa: ME/EPP							
42.409.831/0001-61	CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI	Sim	Sim	200	R\$ 105,0000	R\$ 21.000,0000	27/07/2022 22:05:43
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Raios-X Lombar. Raios-X Tórax com laudo OIT.110 Porte da empresa: ME/EPP							

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 21.000,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 21.000,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 21.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 20.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:58:21:347
R\$ 18.790,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 09:00:40:037
R\$ 18.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 09:01:44:140
R\$ 17.990,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 09:03:29:987
R\$ 17.900,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 09:03:56:437
R\$ 16.999,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 09:04:10:067
R\$ 16.800,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 09:07:25:357
R\$ 15.900,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 09:07:57:020

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	28/07/2022 08:32:06	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	28/07/2022 08:57:46	Item aberto para lances.
Encerramento	28/07/2022 09:09:58	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa aberta	28/07/2022 09:09:58	Item com etapa aberta encerrada.
Recusa de proposta	28/07/2022 13:44:17	Recusa da proposta. Fornecedor: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, pelo melhor lance de R\$ 15.900,0000. Motivo: Não apresentou proposta para os itens 7,9,10,11 e 12 conforme foi convocado
Recusa de proposta	28/07/2022 15:46:37	Recusa da proposta. Fornecedor: MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, pelo melhor lance de R\$ 16.800,0000. Motivo: Não apresentou a proposta conforme convocada para ser apresentado para os itens 7,11 e 12.
Aceite de proposta	29/07/2022 08:39:02	Aceite individual da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 18.000,0000.
Recusa de proposta	29/07/2022 10:40:54	Recusa da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 18.000,0000. Motivo: A empresa foi inabilitada por não apresentar os documentos de habilitação conforme exigido em edital. Qualificação técnica do item 14.11.8 do edital.
Cancelado no julgamento	29/07/2022 10:41:03	Item cancelado no julgamento. Motivo: item fracassado

Não existem intenções de recurso para o item

Item: 12 - Consultoria e Assessoria - Segurança do Trabalho

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
43.920.774/0001-43	REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA	Sim	Sim	100	R\$ 50,0000	R\$ 5.000,0000	27/07/2022 16:44:33



Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Validação de Atestados Médicos							
Porte da empresa: ME/EPP							
13.031.310/0001-15	MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	Sim	Sim	100	R\$ 50,0000	R\$ 5.000,0000	27/07/2022 19:53:33
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Validação de Atestados Médicos.							
Porte da empresa: ME/EPP							
42.409.831/0001-61	CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI	Sim	Sim	100	R\$ 50,0000	R\$ 5.000,0000	27/07/2022 22:05:43
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Validação de Atestados Médicos.							
Porte da empresa: ME/EPP							

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 5.000,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 5.000,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 5.000,0000	42.409.831/0001-61	28/07/2022 08:30:00:407
R\$ 4.999,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 09:10:23:653
R\$ 4.899,0000	13.031.310/0001-15	28/07/2022 09:11:42:673
R\$ 4.897,0000	43.920.774/0001-43	28/07/2022 09:12:20:723

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	28/07/2022 08:32:12	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	28/07/2022 09:00:40	Item aberto para lances.
Encerramento	28/07/2022 09:14:21	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa aberta	28/07/2022 09:14:21	Item com etapa aberta encerrada.
Recusa de proposta	28/07/2022 13:44:31	Recusa da proposta. Fornecedor: REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, pelo melhor lance de R\$ 4.897,0000. Motivo: Não apresentou proposta para os itens 7,9,10,11 e 12 conforme foi convocado
Recusa de proposta	28/07/2022 15:46:48	Recusa da proposta. Fornecedor: MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, pelo melhor lance de R\$ 4.899,0000. Motivo: Não apresentou a proposta conforme convocada para ser apresentado para os itens 7,11 e 12.
Aceite de proposta	29/07/2022 08:39:14	Aceite individual da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 5.000,0000.
Recusa de proposta	29/07/2022 10:41:12	Recusa da proposta. Fornecedor: CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, pelo melhor lance de R\$ 5.000,0000. Motivo: A empresa foi inabilitada por não apresentar os documentos de habilitação conforme exigido em edital. Qualificação técnica do item 14.11.8 do edital.
Cancelado no julgamento	29/07/2022 10:41:24	Item cancelado no julgamento. Motivo: item fracassado

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	28/07/2022 08:30:00	A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 6 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 11:30 e entre 13:30 e 16:30. Mantenham-se conectados.
Pregoeiro	28/07/2022 08:32:45	Bom dia Senhores Licitantes, Me chamo Daniele e serei a pregoeira desse certame. Em nome do Município agradeço a participação de todos.
Pregoeiro	28/07/2022 08:34:22	Em breve irá dar inicio a etapa de lances, fiquem atentos.
Sistema	28/07/2022 08:40:00	Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2022 08:40:00	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/07/2022 08:40:00	Algumas propostas do item 1 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/07/2022 08:40:01	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/07/2022 08:40:02	O item 3 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/07/2022	Algumas propostas do item 3 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.

	08:40:02		
Sistema	28/07/2022 08:40:03	O item 4 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.	000275
Sistema	28/07/2022 08:40:04	O item 5 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.	
Sistema	28/07/2022 08:40:04	Algumas propostas do item 5 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.	
Sistema	28/07/2022 08:40:06	O item 6 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.	
Sistema	28/07/2022 08:40:06	Algumas propostas do item 6 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.	
Pregoeiro	28/07/2022 08:40:17	Sessão aberta para lances fique a vontade para ofertar o seu melhor preço	
Sistema	28/07/2022 08:51:22	O item 6 está encerrado.	
Sistema	28/07/2022 08:51:23	O item 7 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.	
Sistema	28/07/2022 08:51:23	Algumas propostas do item 7 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.	
Sistema	28/07/2022 08:52:35	O item 5 está encerrado.	
Sistema	28/07/2022 08:52:35	Algumas propostas do item 8 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.	
Sistema	28/07/2022 08:52:35	O item 8 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.	
Sistema	28/07/2022 08:53:51	O item 3 está encerrado.	
Sistema	28/07/2022 08:53:51	Algumas propostas do item 9 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.	
Sistema	28/07/2022 08:53:51	O item 9 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.	
Sistema	28/07/2022 08:55:51	O item 4 está encerrado.	
Sistema	28/07/2022 08:55:52	O item 10 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.	
Sistema	28/07/2022 08:55:52	Algumas propostas do item 10 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.	
Sistema	28/07/2022 08:57:45	O item 2 está encerrado.	
Sistema	28/07/2022 08:57:45	O item 2 teve empate real para o valor 5.972,4500. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.	
Sistema	28/07/2022 08:57:46	O item 11 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.	
Sistema	28/07/2022 08:57:46	Algumas propostas do item 11 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.	
Sistema	28/07/2022 09:00:40	O item 1 está encerrado.	
Sistema	28/07/2022 09:00:40	O item 12 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.	
Sistema	28/07/2022 09:00:40	Algumas propostas do item 12 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.	
Sistema	28/07/2022 09:03:52	O item 9 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo pregoeiro.	
Sistema	28/07/2022 09:03:56	O item 9 está encerrado.	
Sistema	28/07/2022 09:05:31	O item 8 está encerrado.	
Sistema	28/07/2022 09:05:53	O item 10 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo pregoeiro.	
Sistema	28/07/2022 09:05:56	O item 10 está encerrado.	
Sistema	28/07/2022 09:07:56	O item 7 está encerrado.	
Sistema	28/07/2022 09:09:58	O item 11 está encerrado.	
Sistema	28/07/2022 09:14:21	O item 12 está encerrado.	
Sistema	28/07/2022 09:14:24	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".	
Pregoeiro	28/07/2022 09:15:15	bom dia Sr. fornecedores, sou a pregoeira Daniele e irei conduzir esse certame.	
Pregoeiro	28/07/2022 09:15:38	Continuem conectados, que irei verificar as empresas classificadas.	
Pregoeiro	28/07/2022	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI -	

	09:31:09	Bom dia Sr. fornecedor, está conectado?
Pregoeiro	28/07/2022 09:31:56	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - Verifiquei que está classificado para os itens 1,3,4,5 e 6, aceita negociar o valor e dar mais algum desconto ao Município?
42.409.831/0001-61	28/07/2022 09:35:08	Sim ,estou conectado., Infelizmente pela etapa de lances não tem como baixar mais o preço, desculpe.
Pregoeiro	28/07/2022 09:41:43	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - Entendo. Irei abrir o campo do item 01 para que seja anexado a proposta referente ao ultimo lance ofertado no prazo de 2 horas. Anexar em uma única proposta os itens 1,3,4,5 e 6 que o Sr, está classificado. A proposta deverá seguir os moldes do item 12 do edital.
Pregoeiro	28/07/2022 09:43:20	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - Para o item 3 deverá ser colocado o valor unitário e total para cada exame, baseado no valor do preço ofertado.
Sistema	28/07/2022 09:43:35	Senhor fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
42.409.831/0001-61	28/07/2022 09:44:12	Ok até 12:00h encaminhamos a proposta adequada
Pregoeiro	28/07/2022 09:45:11	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - O prazo para anexar a proposta encerra as 11:43.
Pregoeiro	28/07/2022 09:45:20	Sr. fornecedores, irei esclarecer alguns pontos do edital para que não haja duvidas no momento do fornecimento dos serviços.
Pregoeiro	28/07/2022 09:45:43	5.1. Referente aos serviços de Atestado de Saúde Ocupacional - ASO:
Pregoeiro	28/07/2022 09:46:05	5.1.3. A execução dos serviços será por meio de agendamento, sendo que a Divisão de Recursos Humanos fará o envio por e-mail da requisição do serviço, devendo os atendimentos ser realizados em até cinco dias úteis a contar da data de envio da requisição, exceto nos casos de avaliação de retorno ao trabalho que deverá ser de até um dia útil.
Pregoeiro	28/07/2022 09:46:24	5.1.5. Os serviços deverão ser executados de segunda à sexta-feira, durante o horário de expediente
Pregoeiro	28/07/2022 09:46:54	5.1.6. O serviço deverá ser realizado de maneira ágil, de acordo com o agendamento. Todo material necessário para a perfeita execução do atendimento é de responsabilidade da empresa. 5.1.8. Os exames deverão ser realizados nas dependências da empresa.
Pregoeiro	28/07/2022 09:47:26	5.1.9. A fim de não onerar o Município e os servidores/candidatos com despesas como transporte, alimentação, entre outras, a empresa deverá possuir local de atendimento dentro do perímetro urbano do Município de Ubiratã, sendo que os atendimentos deverão ser executados nos prazos estabelecidos.
Pregoeiro	28/07/2022 09:47:56	5.2. Referente aos serviços de revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho:
Pregoeiro	28/07/2022 09:48:22	5.2.5. Os programas PPRA e PCMSO deverão ser elaborados por profissionais devidamente inscritos em seus conselhos de classe. 5.2.6. O prazo de execução será de sessenta dias após recebimento da ordem de serviços.
Pregoeiro	28/07/2022 09:48:34	5.3. Referente aos serviços de exames complementares:
Pregoeiro	28/07/2022 09:49:22	5.3.3. Os exames deverão ser realizados e executados atendendo os previstos do presente Termo de Referência, de acordo com cada caso.
Pregoeiro	28/07/2022 09:49:44	5.3.4. A fim de não onerar o Município e os servidores/candidatos com despesas como transporte, alimentação, entre outras, a empresa deverá possuir local de atendimento dentro do perímetro urbano do Município de Ubiratã, sendo que os atendimentos deverão ser executados nos prazos estabelecidos.
Pregoeiro	28/07/2022 09:50:22	5.3.7. A empresa deverá prestar os serviços de segunda à sexta-feira, em horário de expediente. A coleta deverá ser realizada somente mediante apresentação da Ordem de Serviço emitida pela Divisão de Recursos Humano do Município, na qual estará descrito quais exames deverão ser realizados.
Pregoeiro	28/07/2022 09:52:13	Todas essas informações e outras estão no edital, e é de suma importância as empresas classificadas ter conhecimento dessas informações.
Pregoeiro	28/07/2022 09:52:33	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - bom dia Sr. fornecedor, está conectado?
43.920.774/0001-43	28/07/2022 09:53:53	Bom dia Sra Pregoeira Daniele, estamos sim
Pregoeiro	28/07/2022 09:54:41	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - Verifiquei que está classificado para os itens 2,7,9,10,11 e 12 aceita negociar o valor e dar mais algum desconto ao Município?
Pregoeiro	28/07/2022 09:57:29	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - Irei abrir o campo do item 02 para que seja anexado a proposta referente ao ultimo lance ofertado no prazo de 2 horas. Anexar em uma única proposta os itens 2,7,9,10,11 e 12 que o Sr, está classificado. A proposta deverá seguir os moldes do item 12 do edital. Se tiver a opção de dar mais algum desconto ao Município anexar junto a proposta.
Sistema	28/07/2022 09:57:55	Senhor fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, solicito o envio do anexo referente ao item 2.
Pregoeiro	28/07/2022 09:59:14	Para MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - bom dia Sr. fornecedor, está conectado?
Pregoeiro	28/07/2022 10:00:00	Para MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - Verifiquei que está classificada para o item 8, aceita negociar o valor e dar mais algum desconto ao Município?
Pregoeiro	28/07/2022 10:02:01	Para MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - Irei abrir o campo do item 08 para que seja anexado a proposta referente ao ultimo lance ofertado no prazo

		de 2 horas. A proposta deverá seguir os moldes do item 12 do edital. Se tiver a opção de dar mais algum desconto ao Município anexar junto a proposta.
Sistema	28/07/2022 10:02:18	Senhor fornecedor MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, solicito o envio do anexo referente ao item 8.
Sistema	28/07/2022 10:12:43	Senhor Pregoeiro, o fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, enviou o anexo para o item 2.
Sistema	28/07/2022 11:38:15	Senhor Pregoeiro, o fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, enviou o anexo para o item 1.
Sistema	28/07/2022 12:02:10	Senhor fornecedor MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, o prazo para envio de anexo para o item 8 foi encerrado pelo Pregoeiro.
Pregoeiro	28/07/2022 12:04:00	Sr. fornecedores, visto a proximidade do horário do almoço irei suspender a sessão e reabrir as 13:30 estejam conectados.
Pregoeiro	28/07/2022 13:30:13	boa tarde Sr. fornecedores, declaro a sessão aberta.
Pregoeiro	28/07/2022 13:36:01	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - Sr. fornecedor, verifiquei que sua proposta está com os valores divergentes para os itens 3, valor total na proposta está R\$ 68.380,00 e o valor do lance foi de R\$ 60.000,00 os valores distribuídos também está dando divergência. O item 4 está com valor total divergente sendo que na proposta está 1740,00 e o valor do lance R\$ 1.400,00.
Pregoeiro	28/07/2022 13:37:09	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - O item 6 o valor unitário está incorreto não sendo proporcional ao valor total.
Pregoeiro	28/07/2022 13:39:43	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - Irei abrir diligência para que seja corrigido a proposta no prazo de 30 minutos, sob pena de não aceitação dos itens que possui divergência conforme já foram mencionados. Irei abrir o campo do anexo do item 1 para que seja realizado as correções necessárias e anexado a proposta com os valores ofertados.
Sistema	28/07/2022 13:39:54	Senhor fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	28/07/2022 13:45:39	Para MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - boa tarde Sr. fornecedor, o sr. é o próximo classificado para os itens 7,11 e 12, aceita negociar o valor e dar mais algum desconto ao Município?
Pregoeiro	28/07/2022 13:48:11	Para MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - Irei abrir o campo do item 07 para que seja anexado em uma unica proposta para os itens que está classificado 7,11 e 12 referente ao ultimo lance ofertado no prazo de 2 horas. A proposta deverá seguir os moldes do item 12 do edital. Se tiver a opção de dar mais algum desconto ao Município anexar junto a proposta.
Sistema	28/07/2022 13:48:24	Senhor fornecedor MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, solicito o envio do anexo referente ao item 7.
Pregoeiro	28/07/2022 13:49:16	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - boa tarde Sr. fornecedor, o sr. é o próximo classificado para os itens 9 e 10, aceita negociar o valor e dar mais algum desconto ao Município?
Pregoeiro	28/07/2022 13:51:01	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - Irei abrir o campo do item 09 para que seja anexado em uma unica proposta para os itens que está classificado 9 e 10 referente ao ultimo lance ofertado no prazo de 2 horas. A proposta deverá seguir os moldes do item 12 do edital. Se tiver a opção de dar mais algum desconto ao Município anexar junto a proposta.
Sistema	28/07/2022 13:51:11	Senhor fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, solicito o envio do anexo referente ao item 9.
Pregoeiro	28/07/2022 14:13:29	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - boa tarde Sr. fornecedor, verifiquei que o Sr. é o próximo classificado para o item 8, aceita negociar o valor e dar mais algum desconto para o Município?
Pregoeiro	28/07/2022 14:16:25	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - Irei abrir o campo do item 08 para que seja anexado a proposta referente ao ultimo lance ofertado no prazo de 2 horas. A proposta deverá seguir os moldes do item 12 do edital. Se tiver a opção de dar mais algum desconto ao Município anexar junto a proposta.
Sistema	28/07/2022 14:16:35	Senhor fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, solicito o envio do anexo referente ao item 8.
Sistema	28/07/2022 14:18:29	Senhor fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, o prazo para envio de anexo para o item 1 foi encerrado pelo Pregoeiro.
43.920.774/0001-43	28/07/2022 14:18:40	Ok enviarei a proposta ajustada. Também vencemos nos itens, 7,9 10 e 11 posso anexar junto também?
Pregoeiro	28/07/2022 14:23:27	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - Sr. fornecedor o prazo para envio dos itens 7,9,10, 11 e 12 forma encerrados pela manhã. Visto que conforme chat foi aberto o prazo para ser inserido em uma unica proposta todos os itens que havia sido classificada, e a vossa empresa só anexo o item 2.
Pregoeiro	28/07/2022 14:24:14	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - Dessa forma para os demais itens a empresa foi desclassificada devido não ter anexado a proposta para os itens dentro do prazo aberto pela pregoeira.
Pregoeiro	28/07/2022 14:24:41	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - Pregoeiro fala: (28/07/2022 09:57:29) Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - Irei abrir o campo do item 02 para que seja anexado a proposta referente ao ultimo lance ofertado no prazo de 2 horas. Anexar em uma única proposta os itens 2,7,9,10,11 e 12 que o Sr. está classificado. A proposta deverá seguir os moldes do item 12 do edital.
Pregoeiro	28/07/2022	Sr. fornecedores, fiquem atentos as mensagens do chat, pois essa é unica maneira legal e

	14:25:44	transparente de comunicação.	
Pregoeiro	28/07/2022 14:26:04	13.2. Serão desclassificadas as propostas:	000278
Pregoeiro	28/07/2022 14:26:46	13.2.4. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.	
Pregoeiro	28/07/2022 14:35:17	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - 12.6.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos. Nesse caso irei considerar somente os itens de sua proposta que estiver de acordo com o valor de lance.	
Pregoeiro	28/07/2022 14:39:04	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - Sr. fornecedor, está classificado para o item 3, aceita negociar o valor e dar mais algum desconto ao Município?	
Sistema	28/07/2022 14:41:50	Senhor Pregoeiro, o fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, enviou o anexo para o item 8.	
Sistema	28/07/2022 14:43:38	Senhor Pregoeiro, o fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, enviou o anexo para o item 9.	
43.920.774/0001-43	28/07/2022 14:43:54	Não consigo porque para o item 3 é o valor mínimo que conseguimos chegar. Enviaremos o anexo	
Pregoeiro	28/07/2022 14:45:36	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - Irei abrir o campo do item 03 para que seja anexado a proposta referente ao ultimo lance ofertado no prazo de 2 horas. A proposta deverá seguir os moldes do item 12 do edital.	
Sistema	28/07/2022 14:45:56	Senhor fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, solicito o envio do anexo referente ao item 3.	
Pregoeiro	28/07/2022 14:51:28	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - Sr. fornecedor, irei abrir novamente o anexo para o item 9 e deverá ser anexado a proposta para os item 9 e 10 que o sr. está classificado visto que ainda tem o prazo para o envio até as 15:51.	
Sistema	28/07/2022 14:51:45	Senhor fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, solicito o envio do anexo referente ao item 9.	
Pregoeiro	28/07/2022 14:53:29	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - Verifiquei que realizou o ajuste para o item 3. Mas infelizmente não poderá ser aceito Já o item 3 foi aberto diligência e foi dado um prazo para ajuste da proposta e não foi ajustado dentro do prazo que se encerrou as 14:18. Dessa forma não poderei mais aceitar a sua proposta para o item 3, visto que já foi convocada a empresa na ordem de classificação.	
Sistema	28/07/2022 15:02:14	Senhor Pregoeiro, o fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, enviou o anexo para o item 3.	
Pregoeiro	28/07/2022 15:06:34	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - Sr. fornecedor, o item 3 tem que estar discriminado o valor para cada serviço. Conforme consta no item 3 do edital. Irei abrir o campo novamente para que seja ajustado, visto que o prazo encerra as 16:45.	
Sistema	28/07/2022 15:06:42	Senhor fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, solicito o envio do anexo referente ao item 3.	
Sistema	28/07/2022 15:28:16	Senhor Pregoeiro, o fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, enviou o anexo para o item 3.	
Sistema	28/07/2022 15:30:09	Senhor fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, solicito o envio do anexo referente ao item 3.	
Pregoeiro	28/07/2022 15:31:33	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - Sr. fornecedor, o prazo para envio da proposta para o item 3 é de até as 16:45. fique atento ao envio do anexo.	
Sistema	28/07/2022 15:45:37	Senhor fornecedor MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, o prazo para envio de anexo para o item 7 foi encerrado pelo Pregoeiro.	
Sistema	28/07/2022 15:48:24	Senhor Pregoeiro, o fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, enviou o anexo para o item 3.	
Pregoeiro	28/07/2022 15:48:42	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - Sr. fornecedor, é o próximo classificado para os itens 7,11 e 12. Aceita negociar o valor e dar mais algum desconto para o Município?	
Pregoeiro	28/07/2022 15:50:22	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - Irei abrir o campo do item 07 para que seja anexado em uma unica proposta para os itens que está classificado 7,11 e 12 referente ao ultimo lance ofertado no prazo de 2 horas. A proposta deverá seguir os moldes do item 12 do edital. Se tiver a opção de dar mais algum desconto ao Município anexar junto a proposta.	
Sistema	28/07/2022 15:50:37	Senhor fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, solicito o envio do anexo referente ao item 7.	
Pregoeiro	28/07/2022 16:03:28	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - Sr. fornecedor, verifiquei que para o item 3 o valor total ficou de R\$ 64.881,00 sendo dado um desconto ao Município de R\$ 19,00.	
Sistema	28/07/2022 16:04:11	Senhor fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, o prazo para envio de anexo para o item 9 foi encerrado pelo Pregoeiro.	
Sistema	28/07/2022 16:05:38	Senhor fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, solicito o envio do anexo referente ao item 9.	
Sistema	28/07/2022 16:07:36	Senhor fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, o prazo para envio de anexo para o item 9 foi encerrado pelo Pregoeiro.	
Pregoeiro	28/07/2022	Para MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - Sr. fornecedor,	

000279

	16:10:02	verifiquei que está classificada para os itens 9 e 10 aceita dar mais algum desconto ao Município para os itens que está classificada?
Pregoeiro	28/07/2022 16:11:08	Para MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - Irei abrir o campo do item 09 para que seja anexado em uma unica proposta para os itens que está classificado 9 e 10 referente ao ultimo lance ofertado no prazo de 2 horas. A proposta deverá seguir os moldes do item 12 do edital. Se tiver a opção de dar mais algum desconto ao Município anexar junto a proposta.
Sistema	28/07/2022 16:11:16	Senhor fornecedor MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, solicito o envio do anexo referente ao item 9.
Pregoeiro	28/07/2022 16:13:46	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - Sr. fornecedor, está conectado?
43.920.774/0001-43	28/07/2022 16:17:32	Boa tarde estou sim
Pregoeiro	28/07/2022 16:18:36	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - Ao verificar a proposta para o item 3 os valores unitários ultrapassa o valor de referencia do edital, uso como exemplo o exame Acido Úrico que no edital o valor está de R\$10,00 dessa forma o município não pode contratar no valor de R\$ 24,03 conforme a proposta enviada.
Pregoeiro	28/07/2022 16:19:41	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - O desconto deve ser proporcional respeitando o valor máximo aceitável dos itens. Irei abrir diligência para que seja corrigido no prazo de 30 minutos.
Sistema	28/07/2022 16:20:15	Senhor fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, solicito o envio do anexo referente ao item 3.
Pregoeiro	28/07/2022 16:22:38	Para REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA - Irei abrir diligência para que seja corrigido a proposta no prazo de 30 minutos, sob pena de não aceitação do item conforme já foram mencionado. O prazo para envio é até as 16:50.
43.920.774/0001-43	28/07/2022 16:25:41	Ok providenciarei a correção
Sistema	28/07/2022 16:43:09	Senhor Pregoeiro, o fornecedor REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 43.920.774/0001-43, enviou o anexo para o item 3.
Pregoeiro	28/07/2022 16:47:30	Sr. fornecedores, visto a proximidade do final do expediente, irei suspender a sessão e reabrir amanhã 29/07/2022 as 08h30min estejam conectados.
Pregoeiro	28/07/2022 16:55:05	As empresas já convocadas terão o restante do tempo para anexar a proposta amanhã 29/07/2022 as 08h30. Estejam conectados.
Sistema	28/07/2022 19:45:22	Senhor Pregoeiro, o fornecedor CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI, CNPJ/CPF: 42.409.831/0001-61, enviou o anexo para o item 7.
Pregoeiro	29/07/2022 08:28:45	bom dia Sr. fornecedor, declaro a sessão aberta.
Pregoeiro	29/07/2022 08:37:07	A empresa MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO tem até as 09:46 para anexar a proposta para os itens 9 e 10.
Pregoeiro	29/07/2022 08:40:36	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - Sr. fornecedor, o item 11 o valor unitário está incorreto, irei considerar o valor de R\$ 180,00 *100= R\$ 18.000,00
42.409.831/0001-61	29/07/2022 08:41:14	Ok correto
Pregoeiro	29/07/2022 08:42:14	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - O item 6 também irei considerar o valor unitário de R\$ 77,00 * 100= R\$ 7.700,00
42.409.831/0001-61	29/07/2022 08:42:49	Valor unitário 180,00, , 100 unidades perfazendo 18.000,00
42.409.831/0001-61	29/07/2022 08:45:19	Item 6 / 77,00 valor unitário x 100 unidades perfazendo 7.700,00
42.409.831/0001-61	29/07/2022 08:46:45	O item 03 demorei a enviar pois teve uma queda de luz e em seguida foi enviado
Sistema	29/07/2022 08:46:48	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'.
Pregoeiro	29/07/2022 09:17:24	Para CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI - Entendo Sr. fornecedor, a pregoeira não tinha o conhecimento da sua desconexão devido a queda de energia, uma vez que não temos acesso de quem está conectado. O prazo é dado igual para todos levando em consideração o princípio da Impessoalidade.
Pregoeiro	29/07/2022 09:19:06	sr. fornecedores continuem conectados.
Sistema	29/07/2022 09:49:34	Senhor fornecedor MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, o prazo para envio de anexo para o item 9 foi encerrado pelo Pregoeiro.
Pregoeiro	29/07/2022 09:53:10	Sr. fornecedores irei verificar os documentos de habilitação. Continuem conectados.
Pregoeiro	29/07/2022 10:28:33	Sr. fornecedores ao analisar os documentos de habilitação, Foi constatado que: A empresa CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI não anexou no Sicaf e nem nos documentos anexados: habilitação Jurídica nem a certidão Municipal em vigência, a certidão poderia ser sanada conforme beneficio da lei complementar 123/06.
Pregoeiro	29/07/2022 10:28:59	A o continuar analisando foi constatado que As empresas CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO RIO DE JANEIRO EIRELI e REALPLANE - TERCEIRIZACAO & ENGENHARIA LTDA Não apresentou os documentos exigidos para a qualificação técnica conforme item 14.11.8 do edital.
Pregoeiro	29/07/2022 10:29:42	A. Alvará vigente do estabelecimento da empresa, emitido pela Vigilância Sanitária; B. Comprovação de registro da empresa no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES); C. Registro da empresa e do profissional/responsável técnico que executará os

		serviços no conselho de classe competente, devendo o profissional possuir formação/especialidade pertinente
Pregoeiro	29/07/2022 10:30:01	Dessa forma ambas as empresas foram Inabilitadas.
Pregoeiro	29/07/2022 10:31:46	Irei seguir com as convocações da empresa remanescente.
Pregoeiro	29/07/2022 10:43:44	Para MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - Sr. fornecedor, está classificado para os itens 1,2,3,4,5 e 6, aceita negociar o valor e dar mais algum desconto ao Município?
Pregoeiro	29/07/2022 10:46:16	Para MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - Irei abrir o campo do item 01 para que seja anexado a proposta referente ao ultimo lance ofertado no prazo de 2 horas. Anexar em uma única proposta os itens 1,2,3,4,5,6 que o Sr. está classificado. A proposta deverá seguir os moldes do item 12 do edital. Se tiver a opção de dar mais desconto anexar junto a proposta.
Sistema	29/07/2022 10:46:27	Senhor fornecedor MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	29/07/2022 11:59:24	Irei suspender a sessão devido ao horário do intervalo do almoço e Irei reabrir a sessão as 13h30min estejam conectados.
Pregoeiro	29/07/2022 13:30:50	boa tarde Sr. licitantes, declaro a sessão aberta.
Pregoeiro	29/07/2022 13:41:50	A Empresa convocada terá o restante do prazo para anexar a proposta.
Sistema	29/07/2022 14:19:51	Senhor fornecedor MEDENGE -CLINICA MEDICA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ/CPF: 13.031.310/0001-15, o prazo para envio de anexo para o item 1 foi encerrado pelo Pregoeiro.
Pregoeiro	29/07/2022 14:24:36	Para PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA - boa tarde Sr. fornecedor, está conectado?
Pregoeiro	29/07/2022 14:26:14	Para PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA - Verifiquei que está classificado para o item 2, aceita dar mais algum desconto ao Município para o item?
Pregoeiro	29/07/2022 14:33:24	Para PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA - Verifiquei que sua proposta inicial não teve alteração de valor, porém está ausente de algumas informações necessárias (dados bancários, preposto, endereço) que precisa estar anexada na proposta conforme item 12 do edital. Irei abrir o campo do anexo para que seja anexado a proposta com os ajustes no prazo de 2 horas.
Sistema	29/07/2022 14:33:35	Senhor fornecedor PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA, CNPJ/CPF: 14.515.302/0001-07, solicito o envio do anexo referente ao item 2.
Sistema	29/07/2022 15:32:29	Senhor Pregoeiro, o fornecedor PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA, CNPJ/CPF: 14.515.302/0001-07, enviou o anexo para o item 2.
Pregoeiro	29/07/2022 15:40:59	Irei verificar os documentos de habilitação para o item 2 continuem conectados.
Pregoeiro	29/07/2022 16:09:16	Senhores fornecedores, retomando os trabalhos deste pregão, informo que a empresa PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA, comprovou atender às exigências editalícias. Finalizando o prazo para manifestação de recurso a presente sessão será encerrada. Em nome do Município agradeço a participação de todos.
Pregoeiro	29/07/2022 16:09:41	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 29/07/2022 às 16:39:00.

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	11/07/2022 16:19:24	
Abertura da sessão pública	28/07/2022 08:30:00	Abertura da sessão pública
Encerramento da análise de propostas	28/07/2022 08:40:00	Etapa de análise de propostas encerrada.
Julgamento de propostas	28/07/2022 09:14:24	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	29/07/2022 08:46:48	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	29/07/2022 16:09:41	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 29/07/2022 às 16:39:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 08:27 horas do dia 01 de agosto de 2022, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

DANIELE DA COSTA BARTZ ZEM
Pregoeiro Oficial

RENAN FELIPE DA SILVA LIMA
Equipe de Apoio

Voltar

Ch

000281

↑

000282



PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO

**PARECER JURIDICO CONCLUSIVO**

Submete-se a análise, o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico registrado sob o nº 106/2022, processo nº. 57262022, cujo objeto é contratação de empresa para realizar serviços de atestado de saúde ocupacional, revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho e realização de exames complementares, conforme detalhamento constante no termo de referência

Concluída a Sessão do Pregão Eletrônico, o procedimento licitatório foi encaminhado a este assessor jurídico para emissão de parecer jurídico conclusivo.

Antes, porém, é necessário frisar que, em momento anterior, esta assessoria jurídica, em atendimento ao parágrafo único do Artigo 38 da Lei nº 8.666/93, examinou e aprovou a minuta de Edital e Contrato, bem como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião, nos exatos termos do parecer prévio transcrito anteriormente.

Após a manifestação supratranscrita, deu-se início à fase externa do certame (Art. 20 da Lei nº 10.024/19) e providenciou a publicação do Edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Saliente-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora observado o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis (Art. 25 da Lei nº 10.024/19).


O edital do pregão eletrônico vem detalhando o objeto, o prazo de entrega, a fase de proposta, habilitação, julgamento e análise dos documentos, julgamento do recurso, documento aplicável, obrigações da contratada, e disposições gerais, ou seja, dentro da previsão da Lei do Pregão - Lei nº 10.024/19, bem como, amparada pela Lei 8.666/93, também houve a publicação em local público no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ubatuba, para garantir a publicidade dos atos.

No dia e horas designados para a seleção de proposta mais vantajosa as empresas encaminharão exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Cumprindo todos os atos legais neste momento o assessor jurídico emite o seu parecer favorável em todo o processo de licitação em que os procedimentos de regularidade e a legalidade foram cumpridos, deva se dar prosseguimento homologando-o e efetivando a contratação dos licitantes vencedores.

Esse é o nosso parecer.

Ubatuba, 01 de agosto de 2022.


Carlos Daniel Sobierai Machado
Assessor Jurídico
OAB-Pr 65323

U

000284



HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS

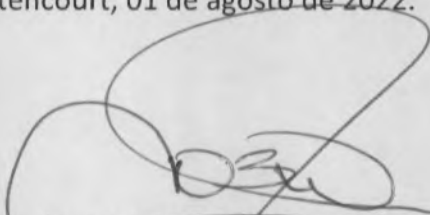


TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubiratã, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve **HOMOLOGAR** a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5726/2022.
2. MODALIDADE Nº: 106/2022
3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa para realizar serviços de atestado de saúde ocupacional, revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho e realização de exames complementares, conforme detalhamento constante no termo de referência.
4. FORNECEDOR (A): **PREVEN MED SAUDE OCIPACIONAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.515.302/0001-07, situada na Rua Minas Gerais, 67, na cidade de Chapecó, Estado Santa Catarina.
5. VALOR: R\$-5.972,45 (cinco mil novecentos e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).
6. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 28/07/2022.
7. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 01/08/2022.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 01 de agosto de 2022.



FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito de Ubiratã

**CONTRATO Nº 126/2022****PROCESSO Nº 5726/2022****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2022**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado como **CONTRATANTE**, e a empresa **PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.515.302/0001-07, situada na Rua Minas Gerais, 67, na cidade de Chapecó, Estado Santa Catarina, CEP nº 89801-015, telefone nº (49) 3323-1604, e-mail (contato@prevenmed.com.br), doravante designada como **CONTRATADA**, firmam o presente contrato que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5726/2022, Pregão 106/2022, e de acordo com as cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é contratação de empresa para realizar serviços de atestado de saúde ocupacional, revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho e realização de exames complementares, conforme detalhamento constante no termo de referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto do contrato se dará na seguinte especificação, quantidade, valores unitários e totais:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
2	Revisão e atualização de serviços na área de Saúde e Segurança do Trabalho: 1.1 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA (Incluso relatório específico de epi's relacionados à cada função). (conforme NR 9). 1.2 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7). 1.3 Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT (incluso conclusão sobre Insalubridade e Periculosidade). (CCG - 17825)	1	UN	5.972,45	5.972,45

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATADO

3.1. O valor global da contratação está fixado em R\$-5.972,45 (cinco mil novecentos e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).



3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A vigência da contratação será de doze meses, iniciada a partir da assinatura do instrumento de contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta meses, nos termos do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2. Será permitida a prorrogação desde que haja autorização formal da autoridade competente e sejam observados os seguintes requisitos:

4.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.2.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que o Município mantém interesse na realização do serviço;

4.2.3. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

4.2.4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

4.2.5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. Referente aos serviços de revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho:

5.1.1. Os serviços compreenderão na Revisão e/ou atualização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e/ou Programa de Gerenciamento de Riscos (conforme NR 1), incluso relatório específico de EPIs relacionados à cada função; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (conforme NR 7); Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT; Laudo de Insalubridade (conforme NR 15); Laudo de Periculosidade (conforme NR 16).

5.1.2. Os serviços e análises serão realizados in loco nas secretarias e respectivas divisões da estrutura administrativa do Município de Ubiratã, com aproximadamente 1000 servidores lotados nos cargos de Advogado, Agente Comunitário de Saúde, Agente da Defesa Civil, Agente de Combate a Endemias, Agente de Saúde, Agente Sanitário, Agente Social, Artesão, Assistente de Administração, Assistente de O. Educacional, Assistente Social, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Biblioteca, Auxiliar de Contabilidade, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Saneamento Auxiliar de Secretaria, Auxiliar de Serviços Diversos, Auxiliar Educacional, Auxiliar em Saúde Bucal, Baba, Bioquímico, Borracheiro, Cirurgião D. Prótese Dentária, Cirurgião Dentista, Contador, Costureira, Coveiro, Cozinheiro, Cuidador Social, Educador Físico, Eletricista Instalador, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Farmacêutico, Fiscal de



Obra, Fiscal Tributário, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Funileiro, Garf, Guardião de Bens Públicos, Instrutor de Arte, Instrutor de Informática, Instrutor de Musica, Jardineiro, Lavador de Veículos e Máquinas, Lubrificador Veículos Maquinas, Margarida, Mecânico de Maquinas Pesadas, Mecânico de Veículos Leves, Mecânico de Veículos Pesados, Mecânico em Geral, Medico Clinico Geral, Merendeira, Monitor (com 2º Grau Completo), Monitor (com Magistério), Motorista, Motorista de Veículos Leves, Nutricionista, Odontólogo, Operador de Maquinas, Operador de PABX, Padeiro, Pedreiro, Pintor, Procurador Jurídico, Professor, Professor de Musica, Psicólogo, Servente de Limpeza, Servente de Pedreiro, Técnico de Vigilância em Saúde, Técnico Desportivo, Técnico em Contabilidade, Técnico em Enfermagem, Técnico em Informática, Técnico em Saúde Bucal, Técnico Semidesportivo, Técnico em Tributação e Cadastro, Telefonista, Terapeuta Ocupacional, Zelador.

5.1.3. Os serviços deverão obedecer rigorosamente às leis e normas que tratam do tema.

5.1.4. Os programas e laudos deverão ser elaborados de maneira integrada.

5.1.5. Os programas PPRA e PCMSO deverão ser elaborados por profissionais devidamente inscritos em seus conselhos de classe.

5.1.6. O prazo de execução será de sessenta dias após recebimento da ordem de serviços.

5.1.6.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para refazimento/readequação será a metade do prazo inicialmente estipulado para execução, sujeitando-se à CONTRATADA às penalidades previstas no presente contrato.

5.1.6.2. Os prazos de que tratam o presente item poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.1.7. Todas as despesas decorrentes dos custos para execução dos serviços contratados ficarão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO

6.1. Após a execução do serviço constante na Ordem de Serviços, o mesmo será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

6.2. O CONTRATANTE se reserva ao direito de não aceitar serviços que não tenham sido executados em conformidade com as exigências apresentadas no presente contrato.

6.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal do Contrato através de notificação, encaminhada por escrito à CONTRATADA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Serviços.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a corrigir/refazer/substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.



6.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a correção/refazimento/substituição correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA.

6.4. O serviço que por ventura venha a ser recusado deverá ser corrigido/refeito/substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos da CONTRATANTE:

7.1.1. Receber a prestação do objeto deste contrato nas condições previstas;

7.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no presente contrato;

7.1.3. Modificar, unilateralmente, o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

7.1.4. Fiscalizar a execução do presente contrato;

7.1.5. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

7.2. São obrigações da CONTRATANTE:

7.2.1. Adquirir o objeto do presente contrato em sua totalidade, salvo nas hipóteses previstas em lei;

7.2.2. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

7.2.3. Cumprir os prazos previstos no presente contrato;

7.2.4. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

7.2.5. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução do objeto contratual;

7.2.6. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da contratação;

7.2.7. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.

7.3. São obrigações da CONTRATADA:

7.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes no presente contrato e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;



000290

- 7.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados a CONTRATANTE ou a terceiros, causados durante a execução do contrato;
- 7.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
- 7.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- 7.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no presente contrato, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.3.6. Manter contatos com a CONTRATANTE, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;
- 7.3.7. Comunicar a CONTRATANTE, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
- 7.3.8. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pela CONTRATANTE;
- 7.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
- 7.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 7.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 7.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do contrato;
- 7.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los à CONTRATANTE no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado após a execução de cada serviço, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.



8.2. A fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

8.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0301	5764	339039999900	Demais serviços de terceiros pessoa jurídica		178.452,45

9. CLÁUSULA NONA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

9.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. Os preços contratados poderão ser alterados visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10.2.1. Em eventual solicitação de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá encaminhar pedido de reequilíbrio econômico financeiro ao Gestor do Contrato, demonstrando quais itens da planilha de custos estão economicamente defasados e que estão ocasionando desequilíbrio do contrato.

10.2.2. Recebida a solicitação, a CONTRATANTE verificará os custos dos itens constantes da proposta da CONTRATADA, em confronto com a planilha de custos que deve acompanhar a solicitação de reequilíbrio e a ocorrência de fato que justifique modificações do contrato para mais ou para menos.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE**

11.1. Os preços poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

11.2. O reajuste do preço contratado estará limitado à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, considerando o índice do mês anterior ao da apresentação da proposta e o índice do mês anterior ao do aniversário da proposta.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da contratação à servidora Maria Inês Bento.

12.2. Caberá a fiscalização da contratação ao servidor Luiz Carlos da Solidade, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Félix Tiburcio de Almeida.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:



13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula contratual durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela sua inexecução total.

13.3. A CONTRATADA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução do contrato;

13.3.2. Incurrir em inexecução contratual; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A CONTRATADA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução contratual;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação contratual;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade,



independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a CONTRATADA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1. Constituem motivos para rescisão contratual:

14.1.1. A inexecução parcial ou total das obrigações assumidas;

14.1.2. As hipóteses especificadas nos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. A rescisão do contrato poderá ser:

14.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

14.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

14.2.3. Judicial, nos termos da legislação.

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VINCULAÇÃO AO CONTRATO**

15.1. Ficam vinculados ao contrato, dele fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da CONTRATADA.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ANTICORRUPÇÃO

16.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

16.1.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

16.1.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

16.2. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

UBIRATÃ

PREFEITURA



000296

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubitatã, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubitatã - Paraná, 01 de agosto de 2022.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito

MARCELO

KOPSTEIN:06

046903980

Assinado de forma
digital por MARCELO
KOPSTEIN:06046903980
Dados: 2022.08.05
08:42:33 -03'00'

PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA

Representante legal da empresa

UBIRATÃ

PREFEITURA



000297

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2022

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): **PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.515.302/0001-07.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5726/2022.

OBJETO: Contratação de empresa para realizar serviços de atestado de saúde ocupacional, revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho e realização de exames complementares, conforme detalhamento constante no termo de referência.

VALOR: R\$-5.972,45 (cinco mil novecentos e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2022.



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

000298

SEXTA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 2022

EDIÇÃO SEMANAL Nº 1.607- ANO: XVII

Página 8 de 9

www.ubirata.pr.gov.br

Termopolimerizada, com alta resistência química e mecânica, que permita bom polimento.			
TOTAL			R\$ 210.690,60

5. PREVISÃO LEGAL

Cláusula Décima do Contrato 207/2020.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as cláusulas e condições do Contrato não modificadas pelo presente apostilamento.

Ubiratã, Paraná, 27 de julho de 2022.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Contratante

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubiratã, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5726/2022.

2. MODALIDADE Nº: 106/2022.

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa para realizar serviços de atestado de saúde ocupacional, revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho e realização de exames complementares, conforme detalhamento constante no termo de referência.

4. FORNECEDOR (A): PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.515.302/0001-07, situada na Rua Minas Gerais, 67, na cidade de Japicó, Estado de Santa Catarina.

5. VALOR: R\$-5.972,45 (cinco mil novecentos e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

6. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 28/07/2022.

7. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 01/08/2022.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 01 de agosto de 2022.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO.

Prefeito de Ubiratã.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2022

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5742/2022.

2. OBJETO: Aquisição de equipamentos para sistema de monitoramento.

3. FUNDAMENTO LEGAL: A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no Art. 24, inciso II Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4. FORNECEDOR: MR LINK INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.587.016/0001-91, com sede na Rua Paraná, nº 732 – Município de Ubiratã, Estado do Paraná.

5. VALOR: R\$ 3.299,00 (Três Mil Duzentos e Noventa e Nove Reais).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 04/08/2022.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 04 de Agosto de 2022.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2022.

CONTRATANTE: Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.515.302/0001-07.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5726/2022.

OBJETO: Contratação de empresa para realizar serviços de atestado de saúde ocupacional, revisão e/ou atualização de serviços na área de saúde e segurança do trabalho e realização de exames complementares, conforme detalhamento constante no termo de referência.

VALOR: R\$-5.972,45 (cinco mil novecentos e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 247/2022

CONTRATANTE: Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

FORNECEDOR (A): C.H.QUEIROZ PEÇAS E ACESSÓRIOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 28.683.271/0001-08.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5715/2022.

OBJETO: Aquisição de troféus e medalhas destinados aos eventos realizados e apoiados pela Secretaria de Esportes e Lazer.

VALOR: R\$-17.425,00 (dezessete mil quatrocentos vinte cinco reais).

ATA DA ASSINATURA: 28/07/20

RETIFICAÇÃO DO TERMO RESCISÃO DO CONTRATO Nº 90/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5679/2022

RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 90/2022, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E A EMPRESA CEBRADE – CENTRAL BRASILEIRA DE ESTÁGIO LTDA.

1. OBJETO DO CONTRATO:

Contratação de agente integrador, com a finalidade de viabilizar oportunidades de estágio supervisionado no âmbito do Município de Ubiratã.

2. CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10, com sede administrativa na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubiratã - Paraná, CEP 85.440-000.

3. CONTRATADA:

CEBRADE – CENTRAL BRASILEIRA DE ESTÁGIO LTDA - ERP, inscrita no CNPJ nº 10.347.576/0001-83, com sede na Rua Saldanha Marinho, nº 1465, centro, Município de Guarapuava, Estado Paraná.

4. MOTIVO DA RESCISÃO:

A rescisão se fundamenta na Cláusula Décima Sétima do Contrato nº 90/2022, considerando a finalização da nova contratação por meio de Pregão Eletrônico.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubiratã. A Prefeitura Municipal Ubiratã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online.

Início